

SAMARA MADUREIRA MORAIS

**O MOVIMENTO PELA BASE E A (CON)FORMAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA NO NOVO ENSINO MÉDIO**

**FLORIANÓPOLIS
2023**

SAMARA MADUREIRA MORAIS

**O MOVIMENTO PELA BASE E A (CON)FORMAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA NO NOVO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc. Linha: Políticas Educacionais, Ensino e Formação. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariléia Maria da Silva.

FLORIANÓPOLIS
2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

MORAIS, SAMARA MADUREIRA
O MOVIMENTO PELA BASE E A (CON)FORMAÇÃO DA
CLASSE TRABALHADORA NO NOVO ENSINO MÉDIO /
SAMARA MADUREIRA MORAIS. -- 2023.
167 p.

Orientadora: MARILÉIA MARIA DA SILVA
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

1. EDUCAÇÃO. 2. TRABALHO. 3. NOVO ENSINO MÉDIO.
4. MOVIMENTO PELA BASE. 5. HEGEMONIA. I. DA SILVA,
MARILÉIA MARIA. II. Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Samara Madureira Morais

O Movimento pela Base e a (Con)Formação da Classe Trabalhadora no Novo Ensino Médio

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 26 de julho de 2023.

Banca Examinadora:

Presidente/a:



Prof. Dr. Marilêia Maria da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:



Prof. Dr. Lidnei Ventura
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:



Prof. Dr. Kenia Aparecida Miranda
Universidade Federal Fluminense – UFF

Dedico esta pesquisa à menina
que sonhava ter uma escrivaninha
antes mesmo de ter uma cama.

AGRADECIMENTOS

Dizem que o processo de escrita é algo extremamente solitário, preciso dizer que discordo, pois foi quando justamente mais precisei que me vi rodeada de amor e apoio. Neste sentido evidencio a dedicação do meu companheiro em cuidar da nossa casa, da nossa alimentação, da minha recuperação cirúrgica, do Thor e aturar meus surtos (tão comuns) ao longo do mestrado. Dessa forma, agradeço ao Laurence Ferretti, por ser o maior incentivador desta caminhada e um grande companheiro nesta vida.

Aos meus pais, Orias Morais, Norma Madureira, minha irmã, Cintia Madureira, assim como às minhas sobrinhas, Lorena e Rafaela, por compreenderem que a ausência de tempo é proporcional ao tamanho do meu amor.

À minha querida, Lua, por trazer tanta luz para nossa família e por me inspirar na luta por dias melhores. Espero que as suas condições de vida e sobrevivência sejam menos sofridas que as das mulheres que te antecederam.

“Todo começo é difícil em qualquer ciência”. Com essas palavras de Marx eu demarco como o processo de construção do conhecimento foi para mim uma tarefa árdua. Mesmo com diversos problemas de saúde e de ordem pessoal, consegui com a ajuda da minha orientadora, a Prof. Dra. Mariléia Maria da Silva, a materialização desta pesquisa. Muito obrigada professora por ter me acompanhado nessa trajetória e por ter me ensinado sobre categorias tão importantes.

Às minhas tias Aldair (in memoriam) e Sandra (in memoriam) por tantos anos de amor, acolhimento, aconselhamento e incentivo. Com toda a certeza eu não estaria aqui sem a participação destas duas incríveis mulheres.

Aos meus queridos sogros Luiz Ferretti e Margarete Simon, por todo o incentivo e carinho, assim como aos meus cunhados, Vanessa Ferretti Howel e Alexandre Ferretti, sobrinhos Ben, Noah, Bezinho e Lulu, além das queridas Elizabeth Simon, Rosane Simon, Cátia Simon e querido Carlos Eugênio Simon. Por último e não menos importante a matriarca Dona Cenita.

As minhas amigas, de toda uma história de luta e sonhos, Tatiana Austregésilo, Isis Amorim, Priscilla Andrade, Larissa Lugão, Viviane Aretuza, Lia Werneck e Sabi Moraes, amo vocês há mais de duas décadas. Vocês fazem minha vida mais leve e feliz!

Ao casal, Bruna Lombardo e Wesley Damasio, por tantas caronas, debates e incentivos, é maravilhoso aprender tanto com a nossa amizade.

Aos meus amigos do Pacheco, responsáveis pelas melhores memórias de infância e pré-adolescência, Ana Beatriz Matos, Bárbara Carvalho Ribeiro, Rodrigo Matos (canjica), Daniel (*in memoriam*) e Wendel (*in memoriam*).

Às queridas amigas, Marcela Rodrigues e Erika Barbosa por me enviarem sempre amor e carinho através das suas meditações, vibrações e orações. Vocês são presentes na minha existência e sou muito grata por tê-las conhecido.

Às minhas queridas amigas do Desterro, Juliana Faust, Elis Mira e Amanda Prado por me permitirem ser como sou e por me ajudarem a fazer desta ilha um lar. Nunca esquecerei vocês!

À minha querida Meimilany Gelsleichter por palavras que eram abraços.

Aos meus amigos Bruno Moreira, Gabo Monatte, Marcelo Souza, Márcio Vargas e Pedro Baruffi pela torcida e parceria ao longo desses anos, vocês sempre foram grandes incentivadores desse e de tantos outros projetos.

Aos membros do grupo de pesquisa LUTE - Lutas, Trabalho e Educação, pelas leituras e discussões tão pertinentes ao longo desta produção. Em especial à gramsciana Alessandra Nienkotter, minha amiga de mestrado e na melhor das possibilidades das futuras lutas sindicais. Filipe Kalemguessa por me ensinar tanto sobre tanto, em especial sua cultura. Patrícia Souza que trouxe questionamentos pertinentes a subseção sobre financeirização da educação, e aos demais colegas que contribuíram com grandes ensinamentos e impulsos revolucionários.

Ao Prof. Dr. Lidnei Ventura, membro da banca, por ser tão generoso nessa etapa de formação e por contribuir brilhantemente com o apontamento da financeirização como uma nova fase do capitalismo.

À querida teórica e revolucionária, Prof. Dra. Kênia Miranda, que acolheu a minha radicalidade e limitações em 2013 e que em 2020 me inspirou a acreditar neste sonho aqui hoje materializado. É extremamente importante que a Universidade seja ocupada por professores que reconhecem as limitações e as potencialidades da formação de precarizados em pesquisadores. Você também é responsável por eu acreditar no doutorado, nunca conseguirei expressar o tamanho da minha gratidão e amor.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UDESC, em especial Prof. Ivan Dourado, que apresentou grandes contribuições para esta pesquisa e para a continuidade da minha formação e a Prof. Dra. Roselaine Ripa que “endurece, sem perder a ternura”.

À sensacionalmente, brilhante e incrível Prof. Dra. Olinda Evangelista que contribuiu com diversos diálogos sobre Gramsci, suas categorias e principalmente sobre a minha formação como professora. Olinda é uma inspiração para minha formação como docente e como revolucionária.

Aos meus professores da Universidade Federal Fluminense Elza Deli (in memoriam), Jorge Najjar (in memoriam), Dora Henriques da Silveira, Jaqueline Ventura, Luiz Carlos Manhães, Sônia Rummert, Rocco Lacorte, Giovanni Semeraro, Andrea Serpa, Zoia Prestes e tantos outros.

Aos teóricos revolucionários que vieram antes e possibilitaram para esta pesquisa e para esta existência, ferramentas de análise e orientação para uma caminhada ética e radical.

Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. Nunca será demasiado insistir nessa ideia, numa época em que a propaganda em voga do oportunismo vem acompanhada de uma atração pelas formas mais estreitas da atividade prática.

Lenin

RESUMO

Esta pesquisa de dissertação se organiza com o propósito de contribuir na análise dos impactos sobre as relações entre o Estado e o Movimento Pela Base na configuração do Novo Ensino Médio e, conseqüentemente, na formação da classe trabalhadora, evidenciando as agendas empresariais e a constituição de um aparato hegemônico em prol da naturalização das dinâmicas do capital imperialista. Neste intento, realizamos um conjunto de análises sobre a natureza do Novo Ensino Médio e o Movimento Pela Base com o Estado e a reorganização do trabalho, constituindo, a partir das evidências, do materialismo histórico-dialético sobre as táticas de naturalização burguesas das novas relações de trabalho. Utilizamos como referencial teórico Marx (1993; 1996; 2004; 2006; 2013; 2019), Gramsci (1991; 2000; 2006; 2020; 2022), Lenin (2021;2012) e pesquisadores contemporâneos como Andrade (2021), Carcanholo (2013), Castelo (2020), Fontes (2016; 2019), Gawryszewski (2017; 2018), Lamosa (2021), Brettas (2020), Seiki (2021), Souza (2022) e Souza (2022b). A abordagem metodológica foi de cunho qualitativo, cujos procedimentos escolhidos são: revisão bibliográfica e análise de documentos oriundos do Movimento Pela Base, incluindo as chamadas organizações da sociedade civil que o compõe, das organizações multilaterais, assim como leis e portarias e análise de redes sociais, plataformas de dados de pesquisa e *sites*. Infere-se que a reforma do Ensino Médio não surgiu após o golpe de 2016, pois estava sendo costurada pelas organizações transnacionais, pela mídia, pelos intelectuais do capital e diversas frações burguesas, com características claras de naturalização das novas formas de reprodução do trabalho e acumulação do capital. Neste intento, a pesquisa em tela se debruça sobre a análise das condições de constituição do aparato hegemônico constituído em torno da nova reorganização produtiva do capital, da complexificação da ação empresarial no Estado e seus impactos na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Trabalho; Novo Ensino Médio; Currículo; Hegemonia; Movimento pela Base.

ABSTRACT

This dissertation research is organized with the purpose of contributing to the analysis of the impacts on the relations between the State and the Movement for the Base in the configuration of the New High School (Ensino Médio) and, consequently, in the formation of the working class, highlighting the business agendas and the constitution of a hegemonic apparatus in favor of naturalizing the dynamics of imperialist capital. In this endeavor, we carry out a set of analyses on the nature of the New High School and the Movement for the Base in relation to the State and the reorganization of labor, building, from the evidence, on dialectical historical materialism about bourgeois strategies for naturalizing new labor relations. We use as theoretical references Marx (1993; 1996; 2004; 2006; 2013; 2019), Gramsci (1991; 2000; 2006; 2020; 2022), Lenin (2021; 2012), and contemporary researchers such as Andrade (2021), Carcanholo (2013), Castelo (2020), Fontes (2016; 2019), Gawryszewski (2017; 2018), Lamosa (2021), Brettas (2020), Seiki (2021), Souza (2022), and Souza (2022b). The methodological approach was qualitative, with the chosen procedures being: literature review and analysis of documents from the Movement for the Base, including the so-called civil society organizations that compose it, multilateral organizations, as well as laws and decrees, and analysis of social networks, research data platforms, and websites. It is inferred that the reform of the High School did not arise after the 2016 coup, as it was being woven together by transnational organizations, the media, capital intellectuals, and various bourgeois factions, with clear characteristics of naturalizing new forms of labor reproduction and capital accumulation. In this endeavor, the research at hand delves into the analysis of the conditions for the constitution of the hegemonic apparatus formed around the new productive capital reorganization, the complexification of business action in the State, and its impacts on education.

KEYWORDS: Education; Labor; New High School; Curriculum; Hegemony; Movimento pela Base.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Captura de tela da página inicial do Movimento Pela Base.....	19
Figura 2 - Captura de tela do Esquema Visual do Todos Pela Educação sobre os resultados do SAEB de 2015.....	41
Figura 3 - Esquema visual de mapeamento do site do Movimento Pela Base.....	43
Figura 4 – Captura de tela do acesso ao documento curricular.....	44
Figura 5 - Restrição de visualização do espaço para os gestores escolares.....	45
Figura 6 - Captura de tela da página Nosso Ensino Médio.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de teses e dissertações publicadas entre 2016-2018 a partir dos descritores ‘empresariamento da educação’ e ‘novo ensino médio’.....	30
Quadro 2 - Artigos Selecionados. Produzidos entre 2016 – 2022 e publicados pela Scielo Brazil, busca realizada entre os meses de abril e setembro de 2022.....	36
Quadro 3 - Entidades privadas que compõem o Movimento Pela Base em 2022.....	46
Quadro 4 - Apresentação do Conselho do MpB do ano de 2022.....	48

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPUH	Associação Nacional de História
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários da Educação
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FGV EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas
INEP	Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LIDE	Grupo de Líderes Empresariais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério Da Educação
MpB	Movimento pela Base
MPV	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino Médio
NOVO	Partido Novo
ODCA	Organização Democrata Cristã das Américas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Progressistas

PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
WB	World Bank

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	O TRAJETO DA AUTORA ATÉ O PROBLEMA DE PESQUISA.....	19
1.2	OS OBJETIVOS DA PESQUISA	23
2	PERCURSO TEÓRICO- METODOLÓGICO	25
2.1	TESES E DISSERTAÇÕES	28
2.2	ARTIGOS	34
3	A NATUREZA DO NOVO ENSINO MÉDIO E O MOVIMENTO PELA BASE .	37
3.1	A APARÊNCIA DO MOVIMENTO PELA BASE.....	41
3.2	COMPOSIÇÃO EMPRESARIAL E INTELLECTUAL DO MOVIMENTO PELA BASE	44
4	OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E SEUS INTERLOCUTORES: DESMISTIFICANDO O MOVIMENTO PELA BASE	52
4.1	O ORDENAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO-EMPRESARIAL EM PROL DAS NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	68
4.2	DE OBSTÁCULOS À ALIADOS, A FORMAÇÃO OFERTADA PELO MOVIMENTO PELA BASE PARA OS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO	87
5	A CONCEPÇÃO DE TRABALHO E EMPREGO PARA A JUVENTUDE NAS FORMULAÇÕES DO MOVIMENTO PELA BASE	94
5.1	CONTRADIÇÃO DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E A SUA HISTÓRIA SEMPRE ATUAL	105
5.2	APROXIMAÇÕES À CATEGORIA DE FINANCEIRIZAÇÃO	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS	138
	ANEXO A - COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO PELA BASE (LOGO DAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS)	166

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o “Movimento pela Base” (MpB) e sua relação com o novo ensino médio. Segundo Fontes (2016, p.14), a educação proposta pelo sistema capitalista é “[...] limitada’, ‘hierarquizada’ e ‘neutralizada das questões sociais”. Esta formação é organizada a partir de dois desdobramentos: o primeiro relacionado à formação do trabalhador, esse que pode exercer as funções mais simples até as mais complexas; e o segundo, o fortalecimento dos discursos da educação como responsável pelo desenvolvimento econômico/capitalista de um país.

Neste intento, é importante destacarmos que esta pesquisa parte da compreensão de que a educação escolar possui disputas e contradições, mas que a sua condição de educação pública para a classe trabalhadora se dá, fundamentalmente, quando essa se encharca das concepções hegemônicas, atuando principalmente em prol do aprofundamento dos consensos do capital. Evidencia-se que seu direcionamento deveria ser uma recorrente pauta das lutas da classe trabalhadora e das organizações sindicais (FONTES, 2016).

A priori, nosso objeto de pesquisa estava pautado na participação das entidades privadas nos currículos itinerantes para o Novo Ensino Médio no estado de Santa Catarina; principalmente, no que concerne ao oferecimento, pelas entidades privadas, de itinerários formativos. Porém, ao longo das nossas buscas, foi observada a existência de uma organização que se autodenominava de “sociedade civil na Base Nacional Comum Curricular”, cuja atuação direcionava-se para a organização de estudos, formulação de documentos e formações, elaborações de materiais e parceria com outras entidades na execução do novo currículo pedagógico para a educação básica (MPB, 2020).

Pesquisando, então, sobre o Novo Ensino Médio, encontramos, como primeira resposta do *Google*, o site do “Movimento Pela Base¹”. Nele, está presente a história, os documentos oficiais e os materiais construídos para apoio. Destacamos neste *site* a organização e o vasto acervo de materiais, notícias, leis e materiais diversos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em cada etapa da educação básica. É interessante

¹ O Movimento Pela Base define-se como “uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições que, desde 2013, se dedica a apoiar a construção e implementação de qualidade da BNCC e do Novo Ensino Médio” (MTB, 2022, *online*).

observar que as informações na página supracitada estão organizadas com cores fortes, com a predominância do amarelo e do azul. Em alguns destaques há o uso do traçado bordô. Suas fontes de texto são organizadas em tamanho grande, com negrito e normalmente na cor preta, sendo tudo organizado para induzir a uma navegação por destaques.

A estrutura de navegação é composta pelo site principal, no qual estão as seguintes informações: <https://movimentopelabase.org.br/>, com os seguintes *hiperlinks*: “Quem somos”; “Sobre a BNCC”; “Para Implementar”; “Observatório”. Além disso, há a possibilidade da navegação em inglês e acesso às redes sociais da entidade. Na navegação inicial², o leitor tem acesso aos seguintes materiais: 1- posicionamento contrário ao *homeschooling*; 2 - “direitos de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular”; 3 - “acompanhamento, construção e homologação das bases de educação infantil e ensino fundamental”; 4- “Novo Ensino Médio”; 5 - “documentos, materiais e cursos para a implementação da nova base”; 6- “Relatório anual”, referente ao ano de 2021 e 2022 da base; além da possibilidade de visitar as demais páginas; ao “Guia de implementação do currículo escolar”; à “**Curadoria para apoiar professores e gestores no planejamento da prática**”; ao “Alinhamento para as avaliações”; aos “Guias de regulamentações” diversas; ao “Monitoramento” em tempo real da base, apresentando os avanços em cada estado e cidade brasileira (MOVIMENTO PELA BASE, 2022, *online*, grifo nosso).

O menu “Observatório” é organizado como um suporte para a implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, no qual constam: “dados, informações, análises e experiências para entender e acompanhar a implementação nas políticas nacionais e nas redes estaduais de ensino (nível médio) e nas redes municipais (educação infantil e ensino fundamental)”. Ao organizar a historicidade e todos os vídeos e materiais a serem disponibilizados para as formações e encontros dos trabalhadores, o MPB se apresenta, visualmente, como um órgão responsável pela gestão da nova base nacional comum curricular (MOVIMENTO PELA BASE, 2022). Conforme podemos ver na imagem abaixo:

² Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: fev. 2022.

Figura 1 – Captura de tela da página inicial do Movimento Pela Base



Fonte: Movimento pela Base (*online*). Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: set. 2022.

Segundo Ferreira e Santos (2020, n. p), o Movimento Pela Base nasce da instabilidade e das concessões do governo petista (2002-2016), que adere a uma tendência internacional de reformulação da educação a partir dos interesses do empresariado e dos organismos multilaterais.

Tal afirmação também pode ser observada no estudo de Seki (2021), que sistematiza cronologicamente a ação e a maximização das organizações privadas em oligopólios da educação, entendendo que as políticas públicas de acesso ao ensino superior cancelaram dois movimentos: o fracionamento do fundo público, que deixava de atender a ampliação e a qualidade das universidades públicas e passa a ser transferido para o pagamento das bolsas e/ou dedução de impostos, maximizando o lucro do empresariado que atua no ensino superior, e o movimento que se refere à participação do empresariado na formação intelectual da classe trabalhadora.

Tendo concordância com essa leitura, particularmente pelos estudos anteriores e pela discussão no âmbito do grupo de pesquisa Lute³ do qual sou integrante, o intuito da pesquisa voltou-se para a investigação da atuação do Movimento Pela Base e sua influência na construção e implementação do Novo Ensino Médio.

³ O grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (LUTE) vem se dedicando a investigar a participação ativa das diferentes frações burguesas na formulação das políticas educacionais mediante categorias de análise assentadas no materialismo histórico-dialético, com as contribuições de Gramsci e Lenin.

1.1 O TRAJETO DA AUTORA ATÉ O PROBLEMA DE PESQUISA

Início a exposição narrando certas experiências que tive e que me levaram a percorrer alguns caminhos no curso de Pedagogia. Acredito ser importante descrever brevemente as experiências vivenciadas por meio de minhas memórias, pois o caminho percorrido diz muito sobre meus intentos, sobre as minhas limitações e, principalmente, sobre as escolhas que venho fazendo ao longo da constituição da minha existência, incluindo as motivações para a materialização desta pesquisa.

Estudante de graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2009/1, iniciei minha trajetória como bolsista de Iniciação Científica, orientada pela Professora Dra. Maria Ciavatta, na quinta fase do curso. Destaco que as vivências como bolsista me possibilitaram o contato com a pesquisa e leituras sobre a formação das categorias e demais temas relacionados à educação e trabalho.

É necessário dizer que toda a minha vida escolar foi atravessada pelas condições e desafios que são cotidianos à classe trabalhadora. Em diversos momentos tive medo de não conseguir chegar à escola, por conta do trânsito e custo financeiro, tive medo da violência, dos alagamentos (na alameda da escola) e dos demais receios que surgiam por conta das políticas educacionais, em destaque as relacionadas ao “apagão” da educação, em caráter nacional, mas, principalmente, na rede estadual de educação do Rio de Janeiro. Destaco que, por vezes, a escola fechava em razão da necessidade de se fazer greve e, em outras, era mantida aberta sem educadores, livros, condições de higiene.

O Colégio Estadual Hilário Ribeiro localizado na Zona Norte de Niterói, na alameda São Boaventura, possui à sua frente o famoso presídio que abrigou Sérgio Cabral e o Presidente Golpista Michel Temer (Batalhão Especial Prisional da Polícia Militar de Niterói). Além de ser cercado pelas áreas mais violentas de Niterói, como o Complexo da Vila Ipiranga (Vila Ipiranga, Santo Cristo, Corea e Nova Brasília) e o Morro do Juca Branco. Com todas essas comunidades no entorno, quase sempre tínhamos helicópteros, tiroteios e/ou invasões.

Destaco que a escola recebia todos os jovens dessas comunidades, além dos mais periféricos pertencentes à cidade fronteiriça, chamada São Gonçalo, como era o meu caso. Meu trajeto casa x escola, iniciava no primeiro ônibus que saía do bairro do Pacheco, em São Gonçalo, às 5h30 da manhã. Por conta de o trajeto ser um dos acessos da Ponte Rio-Niterói era comum que eu não chegasse antes das 7h30 na escola, o que me levava a ter que esperar o segundo sinal (do recreio para entrar) e receber faltas pelas primeiras aulas perdidas. Fui

presidente do grêmio desta escola, participando da conquista do Passe Livre municipal da cidade, assim como das manifestações contra a ALCA e o FMI⁴ na Cinelândia⁵. Tínhamos representatividade na União Niteroiense de Estudantes Secundaristas e nos Congressos da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e, é claro, na lista de reprovados por faltas injustificadas dos anos 2000 (contemplando quase todos os membros da chapa majoritária do grêmio).

Reprovada por atrasos e faltas, precisava dizer aos meus pais, que eu não havia conseguido. Obviamente não contei, já sabia o caminho. A partir daquele dia eu sabia que precisaria começar a trabalhar e a estudar no horário noturno. Em poucos meses desta vivência já havia evadido, muitos assaltos na rua da escola, dificuldade do ônibus à noite, que não parava na região da escola, e tantas outras questões. Afinal, o horário do rush também era implacável, assim como o cansaço e todo o “combo” que todo trabalhador enfrenta (fome, ódio de classe, exaustão, ansiedade e demais dificuldades).

Matriculada na Educação de Jovens e Adultos, trabalhei em diversas funções precarizadas, até conseguir uma oportunidade de trabalhar em escritório de contabilidade e administração (por um valor que não chegava à metade do salário-mínimo). Apesar dos diversos desafios, o escritório mencionado, ficava bem próximo da minha escola o que contribuiu com a minha conclusão. Formada, encontrei uma oportunidade em um curso profissionalizante de bairro, por conta da experiência com planilhas, documentos e processos no escritório, conseguindo uma vaga de instrutora de qualificação.

Decidida a entrar na Universidade, assim como a minha irmã que já estava exausta dos subempregos que conseguia, iniciamos as nossas buscas por cursos comunitários. Com sorte encontramos o Lócus, que funcionava na Escola Estadual Pandiá Calógeras, no bairro Alcântara, São Gonçalo – RJ.

Reprovada no primeiro ano de vestibulanda, por não acertar nenhuma questão de física busquei novamente no ano seguinte o ingresso. A minha aprovação foi muito comemorada, principalmente pela minha irmã mais velha que havia entrado no ano anterior.

⁴ A Implantação de Área de Livre Comércio da América e a renovação do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional nos anos 2000/2001. Entretanto, o governo FHC (1995 -2002) adquiriu novas dívidas em 2002, US\$ 30 bilhões de dólares.

⁵ A Cinelândia é a região central da cidade do Rio de Janeiro, que engloba o entorno da Praça Floriano, a Avenida Rio Branco, Rua Senador Dantas, a Evaristo da Veiga seguindo até a Praça Mahatma Gandhi. região da Lapa. Tal localidade é considerada um espaço histórico de luta e organização popular e abrigou várias manifestações históricas, como: as que pediam o final da ditadura; a Marcha dos Cem Mil e tantas outras atividades populares e classistas.

Aprovada na Universidade Federal Fluminense percebi que precisaria lidar com um grande desafio, concluir um curso integral de 10 semestres que ficava a três ônibus da minha casa. Dependendo do trânsito o trajeto de 1h40 poderia durar 6h. Diante da realidade da universidade optei por empregos que pudessem contemplar o horário noturno (freelancers em bares, cerimonial e decoração de eventos e *call centers*), me sustentando em tais estratégias até a aprovação na seleção de iniciação científica.

Após conseguir um estágio com a professora Dra. Maria Ciavatta, participei do Projeto sobre a constituição das categorias, participei do grupo de pesquisa These - Trabalho, história, saúde e educação; com membros da FioCruz, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tais como: Gaudêncio Frigotto, Zacarias Gama, Jaqueline Ventura, Sônia Rummert, Marise Ramos e outros.

Diante da radicalidade inerente do ser trabalhador precarizado e das questões levantadas e ainda não apreendidas, busquei ajuda com a professora Dra. Kênia Miranda, para orientar a produção da minha monografia.

Foi neste frutífero encontro que nasceram as minhas primeiras análises sobre o trabalho destinado à juventude (trabalhadora) e sobre as formulações deste trabalho, principalmente sobre o surgimento de novas formações/profissões ainda mais precarizadas. Evidenciando nos programas de aprendizagem profissional, principalmente o Jovem Aprendiz, Lei 10.047/2000 os indicativos das atuais plataformizações profissionais.

Enquanto estive como pesquisadora nos programas mencionados, realizei o mapeamento das diversas entidades privadas⁶ que atuavam na execução do Programa Jovem Aprendiz, sendo essas responsáveis pela triagem dos currículos, encaminhamento dos jovens para os processos de seleção, contratação, formação, acompanhamentos, *feedbacks* e demissões. Tais entidades apresentavam um currículo de formação, que era validado pelo governo federal. Composto por dois tipos de módulos⁷, estes currículos eram (são) subdivididos entre básico e específico.

Os módulos específicos destacavam-se as temáticas que possuíam relação com as funções desempenhadas, exemplo: Formação do Jovem Aprendiz no Curso de Atendimento e Comércio, destinado aos jovens que já foram selecionados para trabalhar nos comércios dos empresários parceiros das organizações privadas que ofertavam o programa de aprendizagem

⁶ Chamadas de qualificadoras pelo Conselho Federal de Aprendizagem Profissional.

⁷ O programa jovem aprendiz era dividido em parte teórica e parte prática, sendo a teórica realizada na entidade privada mediadora desta contratação e a parte prática realizada dentro da empresa. Isto é, o trabalho do adolescente e jovem configurava aprendizagem mesmo durante a jornada de trabalho na empresa contratante. Esta divisão se dava em 40% da carga horária na instituição e 60% na empresa.

(parte teórica). Havia ainda os seguintes cursos/funções: Copa e Cozinha, *Contact Center*; Logística; Construção Civil; Limpeza e Manutenção; Administração e Recepção.

A aprovação nos módulos e a permanência do jovem dialogava diretamente com a avaliação profissional a que eram submetidos, no ambiente laborativo e no ambiente de ensino (profissional), a partir das notas nas avaliações escritas e presença no programa.

O módulo básico contemplava as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Direitos Humanos, Diversidade, Projeto de Vida e Carreira e Empreendedorismo. Segundo a análise dos elementos abordados nesse projeto mencionado, os módulos exigidos no programa de aprendizagem apresentavam, sem nenhum pudor, “a ressignificação da atividade laboral” disfarçada de empregabilidade (MORAIS, 2015, p.309).

Dentre as organizações privadas (instituições qualificadoras) pesquisadas, chegamos às pertencentes ao sistema “S”, tais como: SENAI, SESI, SESC, SENAC, além das entidades privadas ligadas a grupos religiosos ou empresariais, tais como: o CIEE – Centro Integrado Empresa Escola, ligado à fundação Roberto Marinho; Pão dos Pobres, que atua nos espaços físicos e sobre a gestão da equipe *La Salle*, e tantas outras (MORAIS, 2015, p. 312).

A compreensão da organização dessas empresas do social apresentou-se para esse projeto de monografia como uma farsa para a classe trabalhadora. Que recebia como formação para o trabalho o caminho do subemprego e lupemproletariado⁸. Para Tiriba e Sichi(2011), esses programas se apresentavam como uma verdadeira “[...] reorganização do mercado de trabalho”, nos quais a terceirização e o empreendedorismo se colocavam como assuntos fundamentais para responder aos anseios dos trabalhadores, principalmente sobre suas necessidades imediatas.

Tal olhar cadenciou para além da pesquisa de monografia e culminou em um artigo de aprofundamento, publicado junto ao grupo de aperfeiçoamento Políticas Públicas de Qualificação Profissional Emprego e Renda Para Jovens e Adultos Trabalhadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ligado ao Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, coordenado pelo Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto.

A partir das pesquisas realizadas, somadas a participação no grupo de pesquisa LUTE, me vi provocada em perseguir a relação do empresariado com o NEM. Isto é, o modo como as instituições privadas atua e ressignificam o trabalho da juventude. Destacando que foi no

⁸ A minha monografia teve como título: A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÓTICA DO SISTEMA CAPITALISTA: O JOVEM APRENDIZ NO SEGMENTO DE CONTACT CENTER, cujo grau 10 foi obtido a partir do parecer do Prof. Dr. José Rodrigues.

PPGE-UDESC, sob a orientação da Professora Dra. Mariléia Maria da Silva, que me vi provocada a compreender a essência da pedagogia espriada pelo aparato hegemônico.

É diante da premissa anteriormente mencionada e da minha condição de trabalhadora e estudiosa no campo marxista, que me debruço em desvelar as condições possibilitadas para a classe trabalhadora. Destacando que para alcançar tais análises, precisei neste caminho, evocar importantes estudos leninistas e gramscianos, buscando apreender com rigor teórico e metodológico a realidade da classe a que pertenço, não por ideários blanquistas⁹, mas por buscar apreender que a essência da lógica do capital, é o alimento da sua superação.

E é nesta cadência que evidencio ao leitor que meu objetivo essencial nesta e em futuras pesquisas é o de aprender com profundidade e de transmitir com simplicidade, contribuindo assim com a formação e a emancipação da classe que pertenço.

1.2 OS OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa pautou-se pelas seguintes questões de investigação: Qual a natureza da formação defendida pelo Movimento Pela Base (MPB) no ensino médio? O que propõe a entidade? O que defende? Tais interrogações nos remetem a problematizar a própria constituição do MPB, isto é: O que é MPB? A que se destina? Quais são seus principais interlocutores? Quais são suas formulações mais gerais e, em particular, aquelas direcionadas ao ensino médio?

Tendo em vista o conjunto de questões acima referido, a pesquisa em tela pretende analisar a configuração e atuação do MpB na formulação de políticas para o novo ensino médio a partir dos seguintes objetivos:

Objetivo geral: Analisar as condições de constituição deste aparato hegemônico em torno da relação com o Novo Ensino Médio, da nova reorganização produtiva do capital e da complexificação da ação empresarial no Estado.

Objetivos específicos

- Conhecer e compreender o MpB;

⁹ No livro *o Estado e a Revolução*, Lenin (1917) refere-se aos blanquistas como teóricos que não dialogam com a condição revolucionária dos sujeitos.

- Contribuir na análise do projeto de formação da juventude trabalhadora no Ensino Médio defendido pelo MpB entre 2016 e 2022;
- Evidenciar as principais entidades interlocutoras do Movimento pela Base;
- Apresentar os intelectuais orgânicos do MpB e os princípios que defendem;
- Organizar e analisar a documentação sobre a formação de jovens trabalhadores no Ensino Médio da ótica do MpB.

Compreendemos a relevância social e pedagógica da pesquisa tendo em vista a necessidade de apreender a natureza da atuação das entidades privadas nas formulações sobre a educação da classe trabalhadora, principalmente na compreensão dos níveis de articulação dos interesses das diferentes frações burguesas no campo educacional.

Para problematizar tais questionamentos, buscamos, ao longo deste estudo, realizar uma pesquisa de estrutura documental (MARCONI; LAKATOS, 2008), de modo a analisarmos, a partir do site do Movimento Todos Pela Base, os documentos relacionados à sua constituição e configuração; assim como documentos pré-definidos a respeito dos seus parceiros e interlocutores, organizando e elencando importantes elementos históricos de formulação teórica, de modo a buscar a análise crítica acerca da real condição de existência dessa nova diretriz para a educação da classe trabalhadora.

Para dar conta dos objetivos propostos, os conceitos fundantes deste estudo, que tem como objeto central as **condições de constituição do Movimento pela Base, sua relação com o Novo Ensino Médio e de ambos com a reorganização produtiva do capital**, ancoramos o estudo a partir da perspectiva teórico-metodológica do campo marxista e em particularmente, nos estudos gramscianos. Evidenciando que estes foram escolhidos minuciosamente como valiosas lentes para a leitura histórica e material do Estado burguês e da educação escolar da classe trabalhadora.

Para o desenvolvimento desta pesquisa documental, realizamos a coleta de dados no *site* do MpB, compreendendo que essas informações prévias constituem o ponto de partida para análise acerca da complexidade do objeto de pesquisa em questão. Desse modo, é parte deste escopo o *site* do Movimento Pela Base, assim como o *site* do observatório do Novo Ensino Médio (administrado pelo MPB) e demais páginas e materiais das entidades privadas que compõem tal movimento, quando se fizeram necessárias.

Para alcançarmos os objetivos propostos, julgamos importante situar, na terceira seção, a Natureza do Novo Ensino Médio e a sua relação com o Movimento Pela Base, assim

como sua orientação política e pedagógica. Na quarta seção, apresentamos a problematização do Movimento Pela Base e seus interlocutores com as políticas públicas do Estado brasileiro, analisando, principalmente, se estamos diante da constituição de um aparato hegemônico. Na quinta e última seção, buscamos evidenciar qual a concepção de trabalho e emprego difundida para a Juventude Trabalhadora a partir desta relação entre o Estado e os impulsos do capital.

Importante destacar que a análise do MpB e do Novo Ensino Médio se entrelaçam em suas formas e métodos e que entender como se dá esse entrelaçamento, taticamente, nos exige estudo para além da mera formulação público *versus* privado, exige o aprofundamento a partir da perspectiva de totalidade, na qual se evidencia a relação entre o Estado integral e a sociedade capitalista.

2 PERCURSO TEÓRICO- METODOLÓGICO

Os homens fazem a sua própria história, mas não o fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dadas diretamente e herdadas do passado (MARX, 2003. p. 7).

A presente pesquisa se organiza a partir da materialidade das políticas curriculares brasileiras, tendo como recorte específico as interlocuções e formulações do Movimento Pela Base no que se refere ao chamado Novo Ensino Médio. Trata-se de um estudo documental (MARKONI & LAKATOS, 2008), tendo como escopo o site do Movimento Pela Base, assim como dos seus parceiros institucionais e órgãos governamentais, além de documentos relacionados à constituição da entidade e sua relação com a nova política pública de formação da juventude trabalhadora.

Buscamos no materialismo histórico-dialético importantes elementos históricos de formulação teórica para constituir uma análise crítica acerca da real condição de existência dessa nova diretriz para a educação da classe trabalhadora. Segundo Lefebvre (1991), o método dialético precisa ser rigoroso e fecundo, pois parte dele a desestabilização de configurações universais indicadas a partir da abstração da realidade. Portanto, ao escolher esse método para a pesquisa, buscamos, partir da identidade e da natureza do que está sendo posto sobre o Novo Ensino Médio pelo Movimento Base, evidenciar as articulações das frações burguesas em torno da formação da classe trabalhadora e, simultaneamente, explicitar

o caráter alienador presente nessas atuações que, na superficialidade, aparecem como entidades benfeitoras da sociedade.

Evidenciando que não se trata de algo dado, articulado e executado plenamente pela burguesia, a contradição está presente no método marxista assim como está presente em nossa vida material e objetiva, onde vivenciamos o resultado dos embates das classes e não somente as movimentações do capital. Conforme podemos ver abaixo:

[..] a teoria de Marx é intrinsecamente revolucionária, anticapitalista e humanista. Ela é uma teoria que sustenta a esperança e nos entrega instrumentos para a ação transformadora. Ela, estudada em toda a sua profundidade, estabelece bases sólidas para que construamos de maneira sistemática e científica, sem concessões à metafísica, respostas àquelas perguntas e a muitas outras importantes (CARCANHOLO, 2008, p.10).

Em Marx, o método de análise social esmiúça as questões dadas à classe trabalhadora, a partir das suas condições objetivas de vida e a partir das movimentações e formulações ideológicas (consensos) da classe dominante. Evidenciando que para o autor é somente é possível a partir desses dois vieses que a reprodução da veracidade “o pesquisador só será fiel ao objeto se atender a tal imperativo [..]” (NETTO, 2011. p.48).

Neste caminho, evidenciamos que apreender o método marxista é analisar dialeticamente os “nós” acerca das disputas ideológica do Estado (NETTO 2011), partindo da premissa de um compromisso assumido com a análise e a denúncia sobre a nossa real condição de existência. Evoca-se, assim, uma teoria de análise das contradições, que vê no capital especulativo e parasitário sua maior condição de intensificação e possibilidade de derrubada.

O pensamento marxiano parte sempre de uma totalidade, que constitui o ser social, conforme podemos ver em Lukács (1979, p. 28):

[..] a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente, as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática; ao contrário, são na realidade “formas de ser, determinações da existência” elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas, dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto intensivo quanto extensivo.

Ao pesquisar a partir da categoria de totalidade nos atentamos em evidenciar a essência do real; isto é, tratando na dissertação em tela sobre as principais determinações

burguesas sobre a formação da classe trabalhadora. Destaca-se que a categoria totalidade foi evocada a fim contribuir com análise sobre a configuração do modelo de educação da classe trabalhadora proposto.

O método aqui evocado não se resume a seguir um ordenado de debates e conflitos, mas uma análise acerca do que se constitui historicamente como naturalizado para a classe trabalhadora (NETO, 2011), evidenciando no objeto de estudo em tela, o impulso da pesquisa em desvelar o que é obscurecido na formação do sujeito histórico. Deste modo contribuindo para apontarmos como a classe dominante historicamente atua na manutenção de um sistema que não só espolia a classe trabalhadora, como oprime e formula novas ideologias.

Diante do exposto, compreendemos que para chegarmos na essência deste objeto deveríamos apreendê-lo em sua condição dialética, discutindo sua materialidade, seus aspectos de desenvolvimento, seus movimentos contraditórios, evidenciando e analisando suas lutas, de modo a não negligenciar ou suprimir indícios, entendendo assim que suas formas possibilidades são infinitas e que justamente por isso é preciso fazer um movimento de reanálise (LEFEBVRE, 1991).

Neste sentido a pesquisa em tela aponta que o Movimento Pela Base é constituído a partir de sistemáticos eventos e falas sobre o fracasso da educação pública, além de obscurecer que seus princípios de formação são voltados somente aos interesses da classe dominante. Destacando que é a partir de organizações privadas como a mencionada, que o NEM tem sido formulado, sustentado e publicitado. Tais intentos dialogam diretamente com pautas da agenda internacional do Banco Mundial para a configuração das políticas públicas, do professor, da escola, e principalmente para a formação da juventude trabalhadora para o trabalho e para a produção do conhecimento.

Ainda que o Movimento pela Base (MpB) tenha sua existência a partir do ano de 2013, optamos por delinear esta dissertação de mestrado a partir do recorte temporal do Novo Ensino Médio, iniciando com a MP 746/2016, que resultou na lei nº 13.415/2017 até o momento da sua interrupção de implementação pelo Governo de Lula (2023- em andamento).

Neste sentido, destacamos que o Novo Ensino Médio (NEM) foi promulgado pela Lei n.º 746 (MEC, 2016), sendo tal reforma criticada pelos mais diferentes estudiosos do campo da educação, dentre os quais destacamos Gawryszewski (2017), Ferretti (2018), Silva e Araújo (2021), Ferreira e Santos (2020) e Andrade (2021), tanto por razões de ordem pedagógica, quanto por sua forma autoritária de construção e relação com a naturalização de condições precarizadas de trabalho.

Segundo tais produções, a formulação do NEM desconsiderou completamente os estudos acumulados sobre o ensino médio. Se, por um lado, houve uma reação contundente dos pesquisadores da educação sobre os problemas que este novo ensino médio apresentaria, também é visível a movimentação de segmentos empresariais e intelectuais comprometidos com a defesa deste novo modelo.

A fim de atendermos a constituição do MpB e o seu entrelaçamento com o Novo Médio definimos como delimitação temporal, a constituição do NEM e a sua interrupção em 2023¹⁰. Não negligenciando que o MpB possui outras frentes de atuação que não cessam ou pausam com o NEM, assim como não cessa a influenciada sua cadeia de intelectuais e organizações privadas nas demais políticas públicas nacionais, mas delimitamos uma condição temporal que apresente os porquês da sustentação (ou não) desta política pública.

Neste sentido, a dissertação em tela evoca outras produções e transversalidades sobre o NEM, a fim de trazer ao leitor um mapeamento das produções científicas acerca do tema, comprovando assim sua necessária condição de materialidade e sua compromissada discussão com as demais produções vigentes.

2.1 TESES E DISSERTAÇÕES

Conforme esclarecido na apresentação desta seção, procuramos, nesta pesquisa, evidenciar os estudos realizados até o ano de 2022 sobre o Movimento Pela Base e a sua relação orgânica com as políticas educacionais brasileiras.

O levantamento foi realizado no Banco de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)¹¹, na área da Educação e no site de produções científicas Scielo¹², onde efetuamos buscas de artigos a partir dos seguintes verbetes: “Novo Ensino Médio”; “Contrarreforma do Ensino Médio”; “Trabalho Novo Ensino Médio”, “Empresariamento da Educação” e “Movimento Pela Base”. Nesta busca encontramos uma (1) tese e (4) dissertações.

O recorte temporal utilizado para os buscadores, das produções científicas, foi o de 2016 à 2021, período de reforma do NEM e entrelaçamento deste com o MpB e a realização

¹⁰ O governo de Luiz Inácio, O Lula, interrompeu a agenda de implementação do NEM por conta da pressão popular (GALVÃO, 2023, *online*).

¹¹ O Banco de Teses do IBICT possui a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/pt>.

¹² Brasil Scientific Electronic Library Online. Disponível em: (<https://www.scielo.br/>).

deste balanço de produções. Visando um maior corpo documental, ainda que delimitada em seu recorte temporal, a pesquisa não elimina a possibilidade de apresentar informações de qualquer tempo, desde que essas apresentem elementos que possam contribuir com a análise.

É importante destacarmos que os materiais encontrados nos apresentaram ferramentas teóricas diversas de análise para o objeto desta pesquisa, evidenciando, entretanto, que tais produções podem ser divididas em duas perspectivas, uma primeira relacionando-as a produções que dialogam as problemáticas do Novo Ensino Médio a uma narrativa de interesse e expansão do discurso empresarial, e o segundo, entendendo que existe um aparato que chancela e dialoga com a pedagogia do capital, tornando-a hegemônica em torno da formação da consciência, da formação cultural e da formação para o trabalho.

Neste sentido, a pesquisa aponta que o(s) autor(es) apresentados dialogaram diretamente com a intrínseca relação do Estado com o empresariado e estes com intelectuais e entidades privadas (empresas) atuantes no chamado “terceiro setor”, conforme podemos observar a seguir:

Quadro 1 - Quadro de teses e dissertações publicadas entre 2016-2018 a partir dos descritores ‘empresariamento da educação’ e ‘novo ensino médio’

ANO	TIPO	PESQUISA	PESQUISADOR/ ORIENTADOR	IES	ÁREA	VERBETES
2018	Tese	Educação Básica em Disputa: O jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento no século XXI	SOUZA, Camila Azevedo/ RUMMERT, Sônia Maria.	UFF	Educação	Empresariamento da Educação
2019	Dissertação	Empresários e Educação. Consentimento e Coerção na política educacional do ensino médio	BEZERRA, Vinícios de Oliveira/ BRITO, Silvia Helena Andrade de.	UFMS	Educação	Empresariamento da Educação

2019	Dissertação	Crítica à Contrarreforma do Ensino Médio (LEI. 13.415)	CARDOSO, Paulo Erico Fontes / ROCHA, Antônia Rozimar Machado.	UFC	Educação	Contrarreforma do Ensino Médio
------	-------------	--	---	-----	----------	--------------------------------

Quadro 1 - Quadro de teses e dissertações publicadas entre 2016-2018 a partir dos descritores ‘empresariamento da educação’ e ‘novo ensino médio’

2019	Dissertação	Efeitos do sentido do discurso do/sobre o “Novo Ensino Médio”.	LIMA, Josenilda Rodrigues de/ MELO, Kátia Maria Silva de.	UFAL	Educação	Novo Ensino Médio
2020	Dissertação	Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro.	ANDRADE, Maria Carolina Pires de/ MOTTA, Vânia Cardoso da.	UFRJ	Educação	Novo Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora.

Após iniciarmos a leitura dos trabalhos selecionados, observamos como imperativo das produções, a relação do Estado Brasileiro com a agenda capitalista, contando desde a participação ativa das organizações privadas no direcionamento à formação de consensos.

Neste sentido, a tese de Souza (2019) nos foi valiosa, pois evidenciou a participação do empresariado internacional nas decisões acerca da educação básica do Brasil e Portugal. Pois segundo a autora, a educação tem sido formulada a partir de uma perspectiva de mundialização da educação neoliberal. A tese tem como objeto de estudo a Consultoria Internacional McKinsey & Company¹³ e sua contribuição se deu a partir de um conjunto de análises do Todos Pela Educação¹⁴ e da organização Empresários pela Inclusão Social. Para

¹³ Segundo a autora, a empresa estadunidense foi constituída na década de 1920, considerada uma das consultorias mais estratégicas do mundo, atuando desde 2007 com expertise para apresentar soluções educacionais para sistemas escolares de todo o mundo (SOUZA, 2019).

¹⁴ O Todos Pela Educação é uma organização privada cujo objetivo principal é “mudar para valer a qualidade Educação Básica no Brasil” (TODOS, online). Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: set. 2022.

tanto, houve um processo investigativo, constituído de materiais orais e escritos que apresentam ao leitor estudos e apontamentos da consultoria com as políticas públicas dos dois países. A autora apresenta os esforços das organizações privadas em um movimento de repensar a educação, pautados principalmente uma visão gerencialista voltada para a venda estratégica de novos produtos e serviços a partir de cada novo estudo. Isto é, o estudo destaca que o capital atua elaborando métricas de análise e formulações para novos serviços e produtos, com foco nos sistemas educacionais de diversos países. Ainda que a produção evidenciada não discuta diretamente o NEM, ela se atenta em apresentar um “Estado Educador” voltado para uma pedagógica mundialização do capitalismo neoliberal de terceira via, ou seja, a mundialização de uma pedagogia hegemônica via organizações privadas.

A dissertação “Empresários e Educação, Consentimento e Coerção na Política Educacional de Ensino Médio” foi elaborada a fim de evidenciar que o NEM se constitui como um tema de grande disputa política. Para Brito (2019), as proposições das novas políticas curriculares só foram possíveis a partir de uma potente correlação de forças capitalistas, articuladas principalmente com a via privada, dentre os quais o autor aponta o Todos Pela Educação e seus mantenedores, Unibanco, MEC, CONSED e CNE.

A produção acima mencionada dialoga com a crítica de Cardoso (2019), que elenca a implantação do novo currículo aos intentos do Governo Michel Temer (2016-2018) e do Governo de Bolsonaro (2019-202-), apresentando como grande tendência de ofensiva do capital à elitização do acesso ao ensino superior e a militarização da escola pública. A partir de uma análise sobre os fenômenos naturais, sociais e mentais, o autor baseou seu estudo nas modificações históricas e nas contradições, buscando elencar não somente a reforma, mas o momento histórico de sua implementação, correlacionando tais decisões ao cenário político e social brasileiro pós-golpe. Configurando esta como uma organização escolar voltada principalmente para a acentuação das carências da população. A pesquisa, ainda que valorosa para o nosso trabalho, apresenta como limitação uma análise cujo recorte se dá a partir da saída do governo petista, não contemplando, portanto, que tais movimentos ocorreram em consonância e/ ou em consequência do caráter reformista dos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016).

Na dissertação “Efeitos do Sentido do Discurso do/sobre o Novo Ensino Médio” , Lima (2019) investiga os pressupostos suprimidos na nova organização curricular e como tais mudanças incidiram na formação da classe trabalhadora, diferentemente das demais pesquisas que buscaram, a partir do materialismo dialético, realizar uma análise conjuntural do projeto.

Nesta pesquisa, a autora realiza uma abordagem no campo linguístico, relacionando o discurso como fundamental para a uma institucionalização dualista, que reflete a educação sobre dois campos: o primeiro, relacionado ao esvaziamento do conhecimento científico, a partir das escolhas sobre o currículo propedêutico; e o segundo, acerca da circunscrição do pensamento liberal sobre a formação sobre o trabalho, sendo este último relacionado à adaptação do trabalhador aos novos contextos.

Lima (2019), assim como Cardoso (2019), também preveem como resultado do NEM a ampliação da desigualdade social, organizado a partir de uma carapuça chamada de qualidade da educação (slogan). Nestas pesquisas, observamos que os movimentos resultantes do NEM indicavam um aprofundamento da miséria, a partir da diminuição das disciplinas de humanas, entretanto os materiais não evidenciaram que tais movimentações são necessárias a organização tática do capital, pois o capital se organiza em discursos de crise, aumentando a extração de trabalho e aprofundando novos discursos sobre a realidade da classe trabalhadora.

O capital é um “marido” tóxico que a classe trabalhadora foi ensinada desde o berço que deveria “casar” e que é cotidianamente convencida a permanecer junto, como se esta fosse a sua única alternativa de realidade, como uma releitura moderna ao mito da caverna de Platão.

Neste sentido, encontramos no trabalho de Andrade (2020) importantes expressões e movimentações empresariais para a constituição do NEM, sem suprimir a relação com a crise orgânica do capital mundial. Destacando que, para a autora, a hegemonia política brasileira vivenciou um período de crise em sua estrutura, configurada principalmente no recorte do golpe político-civil-militar-midiático de Dilma Roussef (2011-2016), até a reorganização do bloco, com a posse de Jair Bolsonaro (2018-2022). Suas análises foram elaboradas a partir das categorias gramsciana de Estado Ampliado e superestruturas, apresentando ao leitor proposições sobre uma rede de constituição ideológica, atuante em prol da constituição de um trabalhador de “Novo Tipo”.

Diante das exposições a pesquisa evidencia que o cenário político brasileiro tem sido historicamente configurado por sua subsunção às necessidades do capital internacional. Andrade (2020) utiliza como referência, para sua análise, a formulação de Florestan Fernandes sobre capitalismo dependente e a constituição da sociedade brasileira pautada na herança da aristocracia rural. Os resultados de Andrade (2020) revisitaram que a consolidação do capitalismo ortodoxo reverbera no pauperismo e, principalmente, na perpetuação da

dependência política e ideológica do Brasil ao capital internacional. Sendo tais análises compreendidas por nós como uma base valiosa para a pesquisa em tela.

Destacamos, ainda, que Andrade (2020) dedicou parte da sua dissertação a apresentar o Movimento Pela Base e sua estreita relação com órgãos governamentais e com o empresariado, o que para nós contribuiu diretamente com a historicidade de um movimento orgânico, atuante em prol não só do empresariamento da educação, mas da perpetuação de condições favoráveis às crises capitalistas e a necessidade de novos incrementos para mitigação da própria crise no que se refere aos interesses das diferentes frações burguesas.

A pesquisa em tela evidencia que não fez uso de crivos metodológicos, entretanto observou-se que todos os trabalhos tiveram como método a historicidade dialética das condições materiais de vida dos trabalhadores, destacando inclusive da importância de Marx e dos marxistas para a análise econômica e política das transformações observadas.

Em todos os trabalhos observamos uma questão fundante, a de que o espectro da privatização e financeirização do conhecimento ronda a educação pública brasileira. Neste sentido, a pesquisa em tela e os referenciais levantados apresentam algumas consonâncias, seja pela busca ao longo do processo de escrita em evidenciar os empresários/conglomerados/APH's (ANDRADE, 2020) que apresentam protagonismo no que tange as formulações e as execuções das políticas públicas no processo de evidenciar o favorecimento de diversas consultorias, a partir de financiamento /empréstimos com o Banco Mundial (SOUZA, 2018) na compreensão das disputas intraburguesas em torno das políticas de Estado, principalmente no que tange a MP 746/2016. Para tal, o projeto em questão busca apresentar não somente a comissão mista de parlamentares envolvidos (BEZERRA,2019), mas um pouco das suas histórias e movimentações acadêmicas/profissionais e políticas, destacando que o discurso debatido acerca do NEM de Lima (2019) foi inicialmente subestimado, tendo em vista que nas leituras iniciais a pesquisadora não tinha a clareza de análise da totalidade social gramsciana (IASI, 2007), portanto, destacamos que a última dissertação levantada só foi considerada valorosa após o processo de maturação da pesquisa/pesquisadora.

Neste sentido de “buscar o balde” que havia anteriormente “chutado” evoco a pesquisa de Bezerra nas seções 4 e 5, evidenciando a relação do discurso político-empresarial com a formação de consensos acerca da reestruturação produtiva e da formação da juventude trabalhadora.

A fim de conseguirmos ainda mais elementos para esta pesquisa, na próxima seção iremos elencar alguns artigos que contribuíram fortemente para a nossa chegada à constituição do MpB e sua relação com o Estado.

2.2 ARTIGOS

Para a seleção dos materiais complementares, realizamos as escolhas de artigos recorrendo aos mesmos descritores utilizados para as buscas de teses e dissertações, com os verbetes: “Novo Ensino Médio”; “Contrarreforma do Ensino Médio”; "Empresariamento da Educação"; "Trabalho Novo Ensino Médio”; “Movimento Pela Base” e demais descritores.

Encontramos um total de doze produções¹⁵, das quais selecionamos quatro artigos da área da educação que elencamos por se destacarem pela coesão metodológica e provisão, conforme observamos a seguir:

¹⁵ Produções e motivações dos descartes: a) SILVA & DANZA, MARCO ANTONIO MORGADO DA; HANNA CEBEL. **Projeto de vida e identidade: articulações e implicações para a educação**. Publicado em 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/YHwg8Fxlkweb7gGSc7OQKKg/?lang=pt> Acesso em 10 de fev de 2023. Motivo do descarte: Apresenta o projeto de vida como uma proposta voltada para a formação moral alinhada a à perspectiva fundada pelo Centro de Estudos sobre a Adolescência da Universidade de Stanford (Estados Unidos), relacionado ao conceito de *purpose* (sem tradução para o português, mas caberia algo relacionado a propósito). Evidenciamos que as questões levantadas sobre as intersecções não dialogam com as condições objetivas dos trabalhadores brasileiros e as ansiedades e condições psicossomáticas não deveriam ser evocadas como uma meta de trabalho escolar, tendo em vista que os teóricos behavioristas evocados pautam suas atividades em ações positivas comportamentais, de reforço e punição, portanto dialogando comportamentos a partir da constituição de um sujeito genérico e não um trabalhador, cuja vida é delineada pelas condições forjadas para a classe. b) WATHIER E CUNHA, VALDOIR PEDRO; CÉLIO DA CUNHA. **Novo Ensino Médio: análise da política de escolas em tempo integral**. Publicado em 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Jdd6KNrCfsqbMbKxBpt5fPF/?lang=pt> acesso 20 de Fev de 2023. Motivo do descarte: O artigo analisa as políticas de fomento ao ensino integral previsto no Novo Ensino Médio, evocando que nas observações dos pesquisadores a escola possui uma complexidade de governança que precisa ser reestruturada a fim de garantir a auto-eco-organização das políticas, indicando que a reforma não se dá em recursos e normas, mas na transformação do trabalho prático e em alocação sustentável dos recursos destinados. O material se baseia na produção de Schultz sobre governança, portanto apresenta as pautas da teoria do capital humano, tratadas aqui nesta pesquisa como pensamento hegemônico, antirrevolucionário, neoliberal e até hediondo. c) SILVA, ROBERTO RAFAEL DIAS DA SILVA. **Escolarização, adolescência e a ubiquidade do entretenimento: práticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil**. Publicado em 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/CqxdXrQzk4XNxrJvJfBys9N/?lang=pt> Acesso em 10 de fev de 2023. Motivo do descarte: O artigo apresentado é elaborado a partir de entrevistas no sul do Brasil com professores do Ensino Médio e apresenta como padrão a dualidade da configuração do ensino, isto é, se por um lado observa-se o crescimento de métricas de avaliação, por outro se encaminha um modelo de ensino recreativo para o espaço escolar. d) SCAPIN E FERREIRA, GISLEI JOSÉ; LILIANA SOARES. **O abandono do trabalho pedagógico na educação física do novo ensino médio**. Publicado em 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sSVTVqnMqZXWw37d6KM47sC/?lang=pt> Acesso 26 de Mai de 2023. Motivo de descarte: O projeto é valoroso no que tange as pesquisas curriculares da educação física e sua base na Pedagogia Histórico Crítica representa grande relevância para os profissionais da educação, entretanto a pesquisa em tela optou pelo descarte deste material entendendo que não teríamos condições de adentrarmos nas especificidades dos novos componentes curriculares. e) ISQUIERDO, FREITAS, QUINT, PEREIRA & GUIRRO. Ana Paula Rosa Isquierdo, Giovana Ferreira de Freitas, Miranda Fernanda, Cristine Quint, Ana Leticia Pereira, Ursula Bueno do Prado Guirro. **Comunicação de más notícias com pacientes padronizados: uma estratégia de**

Quadro 2 - Artigos Seleccionados. Produzidos entre 2016 – 2022 e publicados pela Scielo Brazil, busca realizada entre os meses de abril e setembro de 2022

ANO	NOME DO ARTIGO	AUTOR (ES)	ÁREA	VERBETE
2017	Crises capitalistas e conjunturas de contrarreforma: qual o lugar do ensino médio?	Bruno Gawryszewski	Educação	CONTRARREFORMA
2018	A reforma do Ensino Médio e a sua questionável concepção de qualidade da Educação.	Celso João Ferretti	Educação	NOVO ENSINO MÉDIO
2020	As estratégias do Movimento Pela Base na construção da BNCC: Consenso e privatização	Fabíola da Silva Ferreira; Fabiano Antônio dos Santos	Educação	Movimento Pela Base
2021	Educação na contramão da democracia – A reforma do ensino médio no Brasil.	Mônica Ribeiro da Silva/ Ronaldo Marcos de Lima Araújo	Educação	Contrarreforma

Fonte: Elaborado pela autora.

Abrindo a exposição dos materiais elencados nesta seção, trouxemos o artigo de Gawryszewski (2017) sobre a natureza das políticas curriculares. Seguimos com Ferretti

ensino para estudantes de medicina. Publicado em 2021. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/mBj46qsPfmCm9P7StfbXPSf/?lang=pt> Acesso em 26 de Mai de 2023. Motivo de descarte: Artigo não apresenta relação com o objeto de pesquisa ou temas transversais. Possivelmente apresenta erro na classificação da temática no site da Scielo Brazil. f)ARTES & UNBEHAUM, AMÉLIA, SANDRA. **As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira.** Publicado em 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Gdzt7NqL7ncDdBfGH9KLWZD/?lang=pt> Acesso em 26 de Mai de 2023. Motivo do descarte: Ainda que haja relevância no que tange o levantamento e a problematização dos dados de jovens negros e brancos, a pesquisa em tela não teria condições práticas /cronológicas de abarcar essa temática, além de tal estudo não dialogar com os objetivos propostos para a execução deste trabalho. g)MACEDO, ESTER. **Filosofia nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio e no Enem: lacunas temporais e conceituais.** Publicado em 2021. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ep/a/wZxqxKBfhnKWMGSPzM8Rh4x/?lang=pt> Acesso em 26 de mai de 2023. Motivo de descarte: O texto apresenta um estudo basicamente quantitativo da cobertura dos conteúdos de filosofia das Ocem (Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) ao longo dos vinte anos do Enem, considerando a diminuição das questões acerca da realidade do sujeito, evocando para isso veia aristotélica.

(2018) e seu estudo que dialoga com a concepção de qualidade partir dos consensos formulados para/do NEM; assim como Santos e Ferreira, que dialogam com a temática do NEM já sob a influência do MpB. Concluímos com o artigo de Silva e Araújo (2021) sobre a intrínseca relação antidemocrática do NEM com a sua constituição.

O capital é um modo de produção e de sociabilidade, cujo movimento de sobrevivência necessita continuamente de acumulação, sendo este seu imperativo próprio, estratégico que, ao ser limitado ou suspenso, eclode em uma paradoxal crise. Para Gawryzewksy (2017), o NEM se organiza como uma formação voltada para aliviar as crises capitalistas, isto é, as medidas utilizadas para discutir e implementar as políticas educacionais são elaboradas a partir de métricas apresentadas pelas organizações privadas e seus intelectuais orgânicos, de modo a permitir que estes formulem e propaguem narrativas de conformação sobre imperativos sociais, tais como o desemprego e a constante e não cessante precarização do trabalho.

Para Ferretti (2018), as formulações sobre a qualidade e as supostas respostas das novas políticas curriculares contribuíram para que, mesmo diante de críticas severas, o NEM fosse aprovado não como uma ocasionalidade, mas como uma proposição de pacotes de leis e ajustes fiscais, tais como as restrições severas das despesas primárias do país, que apresentaram um perverso teto de gastos para a educação. Dialogando com um referencial marxista, o autor elenca, em uma perspectiva documental, um movimento dialético dos indicativos de (con) formação da classe trabalhadora. Além disso, evidencia em suas análises as problemáticas apresentadas pelo governo federal, mídia e empresariado às promulgações relacionadas ao NEM. Das problemáticas evidenciadas por Ferretti (2018), destacamos: o oferecimento da educação integral, mesmo sem ser uma possibilidade refletida no planejamento dos espaços e no trabalho docente; possíveis evasões escolares, sejam estas pela necessidade de garantir a própria renda ou demais fragilidades da classe trabalhadora. Destacando o autor evidencia que as formulações do NEM partem de um consenso premissa que seria o da escola pública como algo desinteressante para a juventude trabalhadora.

Para o autor (FERRETTI, 2018), o currículo do NEM implicará nas escolhas dos futuros trabalhadores, pois ainda que presente na propaganda a possibilidade de escolher por sua formação profissional, não cabe ao aluno a escolha dos cursos, mas sim às frações burguesas mais atuantes na região, ou seja, o autor alinha o NEM aos interesses econômicos do empresariado de cada região, que privilegia as necessidades empresariais de suprimento, formação e/ou rebaixamento salarial. Configurando o NEM como um consenso espreado a

fim de garantir aderência às concepções capitalistas, assim como a perpetuação de condições desfavoráveis para a transformação social.

Articulando a compreensão de uma estratégia do capital de consenso e privatização, conforme prevê grande parte dos demais trabalhos, as estratégias do MpB são refletidas por Ferreira & Santos (2020) como uma educação voltada para a sociabilidade capitalista que, para tal, necessita estar alinhada a uma estratégia de projeto de formação social. Para os autores, tal ideia formula consensos e potencializa a participação do terceiro setor. Assim como propôs a tese de Souza (2019), ao dialogar sobre a consultocracia e a relação com o Todos Pela Educação. Já Brito (2019) e Lima (2019) tratam sobre a formulação de consensos a partir das proposições empresariais e Andrade (2020) sobre um novo tipo de empresariamento.

A partir da sugestão da leitura dos trabalhos acadêmicos selecionados, identificamos algumas importantes questões acerca do novo ensino médio, tais como: a participação do empresariado nas tomadas de decisões sobre as políticas educacionais, no esvaziamento e na oferta do novo currículo, a atuação de organismos multilaterais, a dependência político-ideológica brasileira, assim como o aprofundamento das formulações sobre o chamado “trabalho 4.0”¹⁶ e suas variadas roupagens, tais como empreendedorismo, empregabilidade e educação socioemocional.

Dado o exposto, julgamos importante que a pesquisa em tela buscasse enfrentar o desafio de escrever sobre a real natureza de uma política pública, sem esquecer-se de apontar para a classe trabalhadora o seu real movimento de consonância com os interesses do Estado e das diversas frações burguesas e constituição destes como aparato hegemônico na formação da força de trabalho precarizado.

3 A NATUREZA DO NOVO ENSINO MÉDIO E O MOVIMENTO PELA BASE

Nesta seção, apresentamos a constituição da educação básica e dos tempos pedagógicos distintos que a configuram, assim como as críticas ao antigo modelo curricular e as formulações acerca do Novo Ensino Médio, evidenciando principalmente os documentos

¹⁶ Apresentarei posteriormente.

elaborados pelo Movimento Pela Base e seus parceiros, assim como aproximamos o leitor da intrínseca relação desta organização com a agenda internacional neoliberal.

A educação básica brasileira, conforme a LDB, Lei nº9.394/96, é constituída por dois níveis: educação básica e educação superior. A educação básica é composta por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Infantil atende às especificidades da primeira infância: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas¹⁷; o público atendido é o de 0 até 5 anos e 11 meses; enquanto o Ensino Fundamental compreende a etapa do 1º ao 9º ano, atendendo crianças de 6 a 14 anos, cuja primeiro segmento é chamado anos iniciais e o segundo, anos finais. O Ensino Médio é formalmente cursado por estudantes com idade entre 15 e 18 anos, quando em condições regulares de ensino e idade/série. E condições adversas, os estudantes podem cursar a primeira e segunda etapa da educação básica no formato da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (MEC, 2013).

Para iniciarmos a discursão acerca da etapa de ensino médio apresentamos que os primeiros questionamentos resultantes no chamado Novo Ensino Médio têm como marco temporal as propostas do economista Reginaldo Lopes (Partido dos Trabalhadores), encaminhadas à Câmara dos Deputados no ano de 2013, cuja Proposição de Lei n. 6.840¹⁸, que culminava na alteração da LDB, sugerindo o tempo integral no EM e uma nova disposição curricular organizada nos agrupamentos das disciplinas I – linguagens; II – matemática; III – ciências da natureza; e IV – ciências humanas (BRASIL, 2013).

Destaca-se que foi no de 2014, a partir do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, que estipulou a meta governamental de universalização do ensino médio a partir das taxas de matrícula e permanência, assim como entrelaçar essa etapa de formação ao desenvolvimento de uma formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; tendo como estratégia para o alcance destas e das demais metas, a criação do programa nacional de renovação do Ensino Médio - EM (BRASIL, 2014, *online*).

Justificando a evasão escolar a partir dos dados do Sistema Nacional de Educação da Avaliação Básica – SAEB¹⁹, não problematizados, os defensores da reformulação do Ensino

¹⁷ Os tempos pedagógicos da educação infantil receberam esses três nomes para evidenciar que há distinções fundamentais nas três etapas presentes da educação infantil.

¹⁸ Primeiras elaborações jurídicas do Novo Ensino Médio, disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=07B2A00572F05272A556376633D02316.proposicoesWeb?codteor=1480913&filename=Avulso+-PL+6840/2013. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

¹⁹ Nome da prova objetiva aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para diagnóstico dos níveis de conhecimento em Língua Portuguesa e Matemática. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Médio apresentaram como estratégia de melhora na matrícula, permanência e conclusão, a constituição de um novo modelo curricular, como será explicitado adiante.

No que se refere à evasão escolar, as propostas giraram em torno da diminuição dos tempos pedagógicos das disciplinas imaginativas, críticas e artísticas, assim como a introdução de turnos estendidos, integrais, voltados principalmente às formações relacionadas ao trabalho. Disciplinas como português, matemática, história, geografia, física, química, educação física, artes, filosofia, sociologia e biologia passaram a ser organizadas e apresentadas em formato transdisciplinar, do seguinte modo: matemática e suas tecnologias; linguagens e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; ciências da natureza e suas tecnologias e trilhas formativas (profissionalizantes), escolhidas conforme possibilidade de oferta da rede pública de ensino (MEC, 2018). Enquanto no tocante à carga horária, diferentemente das 2400h anteriores, esta passou a ser de 3000h, divididas entre 1800h para as disciplinas obrigatórias e 1200h destinadas às disciplinas itinerantes. Destacando que cerca de 40% de todo o currículo de formação do Ensino Médio tornou-se destinado às discussões e formações profissionais, assim como as atividades práticas relacionadas às respectivas indicações de trabalho (MEC, 2018).

Os desdobramentos relacionados à evasão da juventude, assim como os resultados relacionados à qualidade da educação, foram mensurados a partir de dados probabilísticos, pesquisados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (INEP, 2022). E foi a partir de um desses resultados, o do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, que o ex- Ministro da Educação e atual consultor da Fundação Lemann²⁰, José Mendonça Filho²¹, trouxe a público que o cenário da educação brasileira no ano de 2016 era extremamente “dramático”. Conforme podemos observar a seguir:

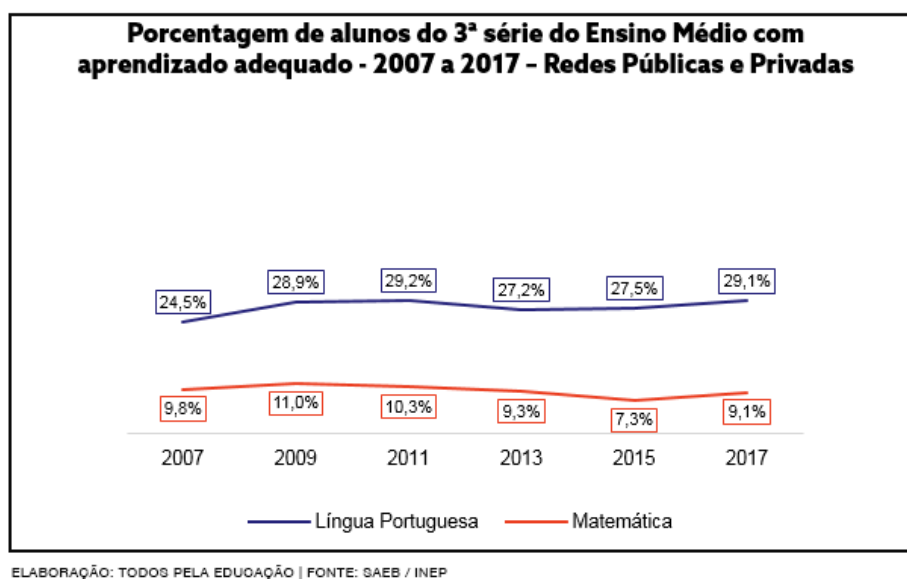
Um milhão de jovens com 17 anos não estão cursando o ensino médio. O desempenho em português e matemática hoje é pior que há 20 anos. Mesmo num quadro dramático como esse, ainda se tem coragem de afirmar que não tem que ter pressa para reformar o ensino médio” (BRASIL, 2016 b, p.1).

²⁰ Entidade privada fundada em 2022 atuante nas políticas públicas educacionais e sociais.

²¹ Segundo o *LinkedIn* do próprio ex-ministro em julho de 2022, Mendonça Filho, é formado em Administração pela Universidade de Pernambuco e participou de dois cursos de extensão da Universidade de Harvard na temática de Políticas Públicas. Após a saída da pasta da educação brasileira, foi consultor da UNESCO e atualmente é Consultor da Fundação Lemann e Presidente do Instituto Liberdade e Cidadania, que atua como espaço de formação política dos Democratas. . O Instituto oferece formações em diversas modalidades, com foco em “três pilares: mulher, jovens e líderes. Os cursos são focados nos programas ELAS, JUVENTUDE e PILARES”. O instituto possui como parceiros IDU – *The Global Alliance of the Centre Right*, IDC-CDI *Internacional Demócrata de Centro* *Centrist Democrat International* e *Christian Democrat Organization of America* (ODCA 2022). Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/mendon%C3%A7afilho-25/>. Acesso em: 04 de mar de 2022.

É importante evidenciarmos que a fala do ex-ministro da educação é referenciada a partir dos resultados observados na imagem nº 02 abaixo:

Figura 2 - Print do Esquema Visual do Todos Pela Educação sobre os resultados do SAEB de 2015



No rápido e controverso contexto político de impedimento de Dilma Rousseff, em 2016, e eleição de Jair Bolsonaro (2018-2022), o Novo Ensino Médio foi promulgado. Sua viabilidade jurídica se deu a partir de uma Medida Provisória, a Lei 746/2016, que alterou a LDB e a Lei nº 11.494/2007 (MEC, 2018).

A nova lei apresenta diversas alterações em toda a estrutura do Ensino Médio, além de duas novas possibilidades para o contexto da educação pública nacional: a primeira, relacionada à chancela governamental sobre a participação do empresariado nas etapas de implementação, oferecimento e avaliação; e a segunda, na possibilidade de atuação de novos profissionais na escola pública, isto é, na chancela da atuação dos profissionais com “notório

saber” como docentes deste EM à revelia das pesquisas e críticas enviadas. Conforme vimos em Souza (2019), Brito (2019), Cardoso (2019) e Andrade (2020), o Novo Ensino Médio surge mesmo diante da resistência de diversos teóricos e diversas organizações social (KUENZER, 2017).

Com o nascimento documentado a partir de um encontro em 2013, o Movimento Pela Base nasce do evento “Liderando Reformas Educacionais”, organizado pela Universidade de Yale, com cerca de 200 integrantes do Todos Pela Educação, dirigentes da Fundação Lemann e do Grupo Abril, CONSED, Undime, CNE, além da presença de uma comissão de educação da Câmara dos Deputados e seus primeiros representantes (FERREIRA e SANTOS, 2020).

Autodenominado apartidário, o Movimento Pela Base²² apresenta como missão trabalhar em prol da parceria público-privada²³ para garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças e jovens brasileiros. Segundo o *site*, seus princípios são: 1-direito “à educação integral de qualidade”; 2- “busca pela organicidade entre currículos”, “formação de professores”; 3- “materiais didáticos e avaliações”; 4- “garantia da qualidade e legitimidade dos processos”; 5- “valorização do regime de colaboração”, 6- “transparência e acompanhamento contínuo do processo entre outros” (MOVIMENTO PELA BASE, 2022, *online*²⁴).

Consideramos importante destacar o envolvimento do MpB com a nova política curricular, por isso apresentamos um breve comparativo entre o *site* do governo federal e o *site* do Movimento Pela Base, evidenciando no segundo a riqueza de materiais e acessos que estes possuem sobre a política que está em andamento, como podemos flagrar no observatório do Novo Ensino Médio, que possui uma série de notícias atualizadas sobre as redes, os mais diversos guias e materiais de implementação e uma parte de monitoramento com o panorama, indicadores da implementação e análises práticas (OBSERVATÓRIO, 2023), diferentemente do site do MEC, como veremos nas seções seguintes.

3.1 A APARÊNCIA DO MOVIMENTO PELA BASE

²² Fundado em 2013 durante a gestão presidencial de Dilma Rousseff (2011-2016).

²³ Evocamos Montañó (2003) ao longo desta pesquisa para entendermos que as parcerias público-privadas (terceiro setor) surgem a partir de uma perspectiva hegemônica apresentada para a resolução de problemas entre os setores públicos e privados, sendo publicizados principalmente a partir de uma clara abstração neopositivista, excluindo principalmente a totalidade social

²⁴ Como comentado no início do trabalho, destacamos que estamos diante de uma comunicação extremamente visual, cujas orientações partem de slides com setas e cores. Demandando um grande esforço ao longo da pesquisa de entendermos a real natureza dos indicativos.

Com uma página bem-organizada, repleta de fotos de crianças e adolescentes de todas as regiões do país, o Movimento Pela Base se autodeclara como o melhor espaço para busca e pesquisa de materiais sobre o NEM. Com destaque ao observatório da Base, página responsável por publicar o panorama dos indicadores (sempre atualizados) do Novo Ensino Médio, análises práticas e notícias sobre a implementação e transversalidades.

A fim de facilitarmos ao leitor a compreensão da riqueza de detalhes presentes no site do MpB, desenvolvemos o esquema visual abaixo:

Figura 3 - Esquema visual de mapeamento do site do Movimento Pela Base



Fonte: Movimento pela Base. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: set. de 2022.

É importante destacar que no site do MpB todos os materiais são organizados prioritariamente para a pesquisa e leitura de professores envolvidos no processo de implementação e/ou com dúvidas sobre planos de aula e recursos que poderiam ser utilizados. Diferentemente do site do MEC, cujo site da Base Nacional Comum Curricular apresenta somente quatro partes:

1 – O início, que apresenta a base como um documento normativo basilar para todos;

- 2- A base, em formato online e formatos para *download*;
- 3- O histórico, cujo recorte se dá até a data da homologação em 14 de dezembro de 2018 e inicia em 1988, com a promulgação da Constituição de 88; E por último a aba implementação, que conforme abordado abaixo, o acesso não é permitido.

Na página do MEC não existe a opção de cadastro, o acesso a este material só pode ser realizado pelas pessoas que receberam os links enviados pelo governo federal, tais como: coordenadores estaduais da implantação, coordenadores de etapa, redatores e boas práticas (consultores da rede/palestrantes). É extremamente importante evidenciarmos que os documentos curriculares não podem ser acessados por demais pesquisadores, inclusive a página não oferta a possibilidade de novo cadastro, conforme vemos abaixo na imagem 4 e na imagem 5:

Figura 4 – Captura de tela do acesso ao documento curricular

Fonte: Documento Curricular (online). Disponível em: <http://doccurricular.basenacionalcomum.mec.gov.br/#/login>. Acesso em: set. 2022.



Figura 5 - Restrição de visualização do espaço para os gestores escolares

Consulta Pública
Apoio à (re)elaboração de currículo.

Acesse

Orientações

Esta área é destinada aos gestores de redes de ensino que estejam (re)elaborando seus currículos e desejam realizar uma consulta pública.

Caso já seja um gestor cadastrado no módulo "Documento Curricular", você pode utilizar os mesmos dados de acesso (e-mail e senha) para disponibilizar seus documentos curriculares em (re)elaboração para Consulta Pública.

Caso você não seja gestor de uma rede de ensino e queira apenas **responder** uma consulta pública, você precisa ter recebido um *link* para essa consulta.

Apenas as redes de ensino estaduais e municipais podem enviar esses *links*.

Usuário
Digite seu e-mail

Senha
Senha

Entrar

Esqueci minha senha

Suporte

Fonte: Consulta Base Nacional Comum Curricular (online). Disponível em: <http://consulta.basenacionalcomum.mec.gov.br/#/login>. Acesso em: set. 2022.

Lembramos que enquanto os dados presentes no *site* do governo federal são extremamente sigilosos, no site do Movimento Pela Base temos uma riqueza de materiais disponíveis para a pesquisa, contando com a organização do histórico não somente do Novo Ensino Médio, mas de toda a Base Nacional Comum Curricular em todos os seus tempos e em todas as etapas da educação básica (educação infantil, fundamental e médio - regular e EJA), além dos dados da implementação em tempo real, materiais para a formação docente e livros eletrônicos de orientações diversas.

3.2 COMPOSIÇÃO EMPRESARIAL E INTELECTUAL DO MOVIMENTO PELA BASE

O Movimento Pela Base é constituído, segundo seu *site*, pela presença de grandes organizações privadas que se destacam por sua relação com os setores de tecnologia, mídia e

bancos. Tem como mantenedores a Fundação Lemann, a Fundação Telefônica Vivo, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal²⁵, o Instituto Natura, o Instituto Unibanco, o Itaú Educação e Trabalho e o Movimento Bem Maior. Como doador exclusivo, figura a Fundação Roberto Marinho, que permaneceu ao longo de 2021 e saiu no segundo semestre de 2022, dando lugar ao Movimento Bem Maior ²⁶(MOVIMENTO BEMMAIOR, 2002). Conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 3 - Entidades privadas que compõem o Movimento Pela Base em 2022

MANTENEDORES	Fundação Lemann	Fundação Telefônica Vivo	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	Instituto Natura
	Instituto Unibanco	Itaú Educação e Trabalho	Movimento Bem Maior	
DOADOR	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO			
PARCEIROS INSTITUCIONAIS	Associação Brasileira de Avaliação Educacional-ABAVE	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária-CENPEC	Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação	Centro de Inovação para a Educação Brasileira-CIEB
	Comunidade Educativa-Cedac	Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas - FGV/Ceipe	Fundação Roberto Marinho	Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional - lede
	Instituto Alana	Instituto Avisa Lá	Instituto Ayrton Senna	Instituto Iungo
	Instituto Natura	Instituto Reúna	Instituto Rodrigo Mendes	Instituto Singularidades
	Movimento Colabora	Oi Futuro	Todos Pela Educação	Vozes da Educação
	Instituto Sonho Grande	Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho	Itaú Social	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social da Universidade de São Paulo - LEPES/USP
	Conselho Nacional de Secretários de Educação-Consed	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação- Uncme	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime	

Fonte: Elaborado pela autora, em setembro de 2022.

²⁵ O nome da organização é o da esposa do Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, banqueiro, ex-diretor do Banco do Estado de São Paulo (VIDIGAL, 2022).

²⁶ Instituição privada cuja principal ação é a certificação de outras organizações de sociedade civil, tem importantes mantenedores, tais como: Microsoft, Folha de São Paulo e Mol editora, seus principais nomes são Elie Horn (Grupo Cyrela / Conglomerado de Construtoras), Rubens Menin (Fundador da CNN e Presidente da MRV Engenharia), Eugênio Mattar (Presidente da Localiza e Defensor do Golpe de 64), A empresa de investimentos Brasil Capital e o Apresentador e Empresário Luciano Hulk (BMB, 2022, *online*).

É importante situarmos que a participação de organizações privadas chamou a nossa atenção em diversos aspectos, seja pela constante presença no desenvolvimento/fomento de políticas públicas, isto é, pela participação na elaboração de diversos documentos, estudos e pesquisas; seja pelo seu protagonismo em jornais, noticiários e *sites* diversos, denotando uma relação extremamente orgânica entre o Movimento Pela Base, setores empresariais e governamentais²⁷.

No quadro de participantes do Movimento Pela Base, é comum encontrarmos instituições privadas atuantes em inúmeros outros projetos mediante parcerias público-privadas (ANDRADE, 2021), assim como observarmos a participação de diversos intelectuais em organizações privadas e públicas, como também em importantes espaços políticos, como conselhos e secretarias, como veremos a frente ao descrevermos os intelectuais participantes.

Salientamos que o MpB conta ainda com diversos teóricos, amplamente conhecidos por suas consultorias, tais como: Beatriz Ferraz, Cláudia Costin, Denis Misme, Diogo Jamra, Eduardo Deschamps, Katia Schweickardt, Kátia Smole, Lina Mesquita e Mariza Abreu Pilar Lacerda.

Os conselheiros do ano de 2022, tiveram como forte consonância em seus currículos a forte relação das suas formações, pesquisas com os intentos das organizações privadas, entretanto suas atividades laborativas não se dão somente no campo empresarial, estes também atuam dentro de conselhos e secretarias fomentando novas políticas de Estado, conforme podemos observar no quadro abaixo:

²⁷ Para uma melhor visualização sugerimos ao leitor que visualize o anexo desta pesquisa.

Quadro 4 - Apresentação do Conselho do MpB do ano de 2022

CONSELHEIRO DO MpB	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO	FONTE
BEATRIZ FERRAZ	Doutorado PPGE - USP, com especialização em liderança Política para a primeira infância pela Universidade de Harvard, com introdução à pedagogia Pikleriana, pela Fundação Léczy pela criança (Budapeste/Hungria) e em Cotidianidade nas Escolas em Reggio Emilia, pelo Centro Internacional Loris Malaguzzi (Reggio Emilia, Itália).	Consultora de diversas organizações privadas, tais como: Itaú BBA, Banco Mundial, Fundação Lemann, Associação Nova Escola; e organizações públicas: MEC, INEP, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Sendo, ainda, fundadora executiva da Escola de Educadores.	LATTES, 2023.
CLAUDIA COSTIN	Mestre em Economia Aplicada pela Fundação Getúlio Vargas, com graduação em administração na mesma faculdade. Segundo a página de dados do corpo docente da EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas	Professora visitante na Faculdade de Educação de Harvard Integra também a Comissão Global sobre o Futuro do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma agência das Nações Unidas. Atuou na reforma do Estado durante do governo FHC (1995 -2000), secretaria de cultura de São Paulo (2003-2005). Consultora para modernização de políticas públicas de diversos países africanos como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau,	THINKERS, 2023.

		Moçambique e São Tomé e Príncipe. Diretora geral de educação do banco mundial.	
--	--	--	--

Quadro 4 - Apresentação do Conselho do MpB do ano de 2022

DENIS MIZNE	Advogado, formado pela Universidade de São Paulo - USP	Presidente fundador do Instituto Sou da Paz, membro do conselho da Fundação Roberto Marinho, atualmente é CEO da Fundação Lemann e recebeu do Governo de Bolsonaro, no ano de 2018, o título de Ordem Nacional do Mérito Educativo.	LINKEDIN, 2023.
DIOGO JAMRA TSUKUMO	Graduado em Geografia pela Universidade de São Paulo e Relações Internacionais pela PUC, Diogo autointitula-se especialista em Economia Solidária.	Gerente de articulação, atuando há mais de quinze anos em empresas privadas atuantes no terceiro setor e em setores públicos, o foco do seu trabalho se dá na articulação, concepção e implementação de políticas sociais, com foco nas áreas de trabalho, ensino técnico e profissional	ITAÚ, 2023.
EDUARDO DESCHAMPS	Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (1987), Mestrado e Doutorado pela mesma universidade (1990 e 1999). Possui especialização em empreendedorismo e MBA em Liderança e Gestão Pública no Instituto Superior de Educação de São Paulo (2017).	Professor titular da Universidade Regional de Blumenau - FURB; Docente Avaliador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, membro fundador da Fundação Fritz Müller (que fornece cursos como: Psicologia Positiva na Liderança, Programa de Desenvolvimento de Coachs, Programa de	LATTES, 2023a.

		Desenvolvimento de Dirigentes, Inteligência Emocional, <i>Designer Thinking</i> , entre outros). Ocupou o cargo de secretário- adjunto da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (2012- 2018). Foi conselheiro no Conselho Nacional de Secretários de Educação, presidiu as comissões do Sistema Nacional de Educação, do Ensino Médio e da BNCC.	
--	--	---	--

Quadro 4 - Apresentação do Conselho do MpB do ano de 2022

KATIA SCHWEICKARDT	Graduada em Agronomia e Ciências Sociais, é Mestre em Sociedade e Cultura pela Universidade Federal do Amazonas, onde também atua como docente, possui doutorado em Filosofia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo professora visitante na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos	ex-secretária de meio ambiente e ex-secretária de educação do município de Manaus. Participa como membro consultivo da Nova Escola e também da D3E - Dados Democráticos na Educação, assim como também atua pelo Movimento Nacional Pela Base e Fundação Amazônia Sustentável, é Especialista do Todos Pela Educação e atua como <i>Fellow</i> ²⁸ da Fundação Lemann	SCHWICKARDT, 2023
	Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na área de ensino de ciências e	É diretora-executiva do Instituto Reúna. É conselheira do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. É coordenadora do	LATTES, 2023b.

²⁸ Fellow significa que a Katia Schweickardt participa da comunidade acadêmica ou de um seletivo grupo de pesquisadores da Fundação Lemann (tradução própria).

KATIA SMOLE	Matemática, possui mestrado em Educação, na área de didática na mesma instituição. Fez especialização e aperfeiçoamento em Matemática pelo Instituto de Matemática e Estatística da USP, graduação em Bacharelado e licenciatura plena pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Moema	subgrupo de estudo de Ensino Médio no FONCEDE. É associada do Todos Pela Educação. administrativo da Fundação Nova Escola. Foi Secretária de Educação Básica no MEC e membro do Conselho Nacional de Educação. Atua e parceria com o Instituto Ayrton Senna.	
-------------	---	--	--

Quadro 4 - Apresentação do Conselho do MpB do ano de 2022

LINA KATIA MESQUITA	Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo na área de ensino de ciências e matemática, possui mestrado em Educação na área da Didática e especialização e aperfeiçoamento no área de Matemática, pelo Instituto de Matemática e Estatística da USP, bacharel e licenciada pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moema.	Conselheira Estadual de Educação de São Paulo, onde preside a câmara de educação básica. Coordenadora do subgrupo de estudo de Ensino Médio no Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, FONCEDE. Compõe o Todos Pela Educação, é membro do conselho da revista Nova Escola, desenvolveu o Produto Fórmula da Vitória, do Instituto Ayrton Senna, e é diretora-executiva do Instituto Caed.	ESCAVADOR, 2023.
MARIZA ABREU	Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988) e graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Foi professora do Centro Universitário Metodista, IPA, Colégio Sevigné e Colégio Americano, La Salle, Faculdade Porto Alegrense;, 1ª Vice-Presidência da Assembléia Legislativa do RS, conselheira do Ministério da	ESCAVADOR, 2023b.

	(1976).	Educação, Assessora do FNDE. Assessora do Instituto Nacional de Educação INEP/MEC, para a realização de pesquisa sobre a implantação do FUNDEF, assessora do Conselho Nacional de Secretários de Educação CONSED e consultora de captação de recursos públicos.	
--	---------	---	--

Quadro 4 - Apresentação do Conselho do MpB do ano de 2022

PILAR LACERDA	Historiadora pela Universidade Federal de Minas Gerais, com pós lato sensu em gestão educacional pela PUC-MG.	Presidente Nacional da Undime (2005-2007), foi secretária nacional da educação básica (2007-2012), realiza consultorias pedagógicas sobre a Educação básica e é pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas. Em seu perfil profissional de trabalho Pilar apresenta uma vasta agenda de participações em feiras, simpósios, formações de professores e gestores, também atuando nos encontros do CBVE - Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial.	LINKEDIN, 2023a.
---------------	---	--	------------------

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme observado acima, a relação dos intelectuais com a propagação das concepções neoliberais dentro do Estado apresenta ainda um fator que precisa ser destacado, que é a relação destes com a elaboração das políticas e a atuação na captação dos recursos que

tais políticas destinam. Evidenciando a relação ideológica do Estado com o avanço do gerenciamento das políticas educacionais ao “bel-prazer” do capital.

O Movimento Pela Base busca organicidade junto à sociedade civil e à sociedade política²⁹, atuando como um satélite em prol do compartilhamento de sociabilidade e orientação sobre e para o trabalho, cujas bases de pesquisa se apresentam principalmente a partir dos organismos multilaterais e da burguesia local. Neste intento, entendemos que não podemos desprezar as atividades desenvolvidas por seus intelectuais, tendo em vista que suas movimentações também apresentam elementos para a nossa pesquisa.

Atuando como representante de empresas de comunicação, entidades privadas ligadas a bancos e banqueiros, intelectuais e políticos, o Movimento Pela Base (seus representantes) tem atuado também na implementação do novo currículo de Ensino Médio. O currículo que Kuenzer (2017) compreende como uma política de ataque à vida e à formação do trabalhador.

O currículo defendido pelo MpB é o currículo forjado a partir da relação cultural, educativa e política que o aparato aqui representado considera fundamental para a classe trabalhadora, um currículo, que conforme discutirei nas próximas seções, apresenta uma concepção de naturalização das condições ideológica ideias da reestruturação produtiva que o capital impõe.

4 OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E SEUS INTERLOCUTORES: DESMISTIFICANDO O MOVIMENTO PELA BASE

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007 p. 95).

Nesta seção, abordamos o Movimento Pela Base a partir de lentes gramscianas, apreendendo esse movimento não por aquilo que ele se autoproclama, mas, ao contrário,

²⁹ A sociedade política é configurada pela materialidade dos sujeitos que compõem os cargos e as funções gerenciais do Estado, enquanto a sociedade civil trata-se do grupo que formula e indica nexos para a condução das políticas sociais, atuando, portanto, como um único corpo protagonista na condução e na construção de uma identidade ética para o Estado burguês (GRAMSCI, 2000).

capturando e evidenciando a sua função na composição da organização da sociedade de classes, na qual o Estado, no sentido integral, constitui elemento central. Para Gramsci (2007), estudioso revolucionário italiano, que dedicou sua vida a combater e compreender a sociedade capitalista, especialmente em suas novas formas de dominação, é necessário apreender as particularidades da dominação burguesa em cada momento histórico.

Não é intuito de esta seção levantar um estudo minucioso sobre a rica contribuição do pensamento de Gramsci para analisarmos as políticas educacionais. O que vamos apresentar no decorrer da discussão aqui proposta é a desmistificação do MpB utilizando alguns conceitos-chave desenvolvidos por Gramsci, para analisar a constituição do aparato hegemônico: Estado integral, sociedade civil, sociedade política, Aparelhos Privados de Hegemonia, intelectuais orgânicos e hegemonia.

Discutir a categoria de hegemonia em Gramsci não é possível se tomada de forma isolada, pois como afirma Gill (1990, p. 42), “para dar um entendimento mais completo da hegemonia é necessário elaborar outros conceitos gramscianos”. Neste sentido, evidenciamos em nossa pesquisa que, para discutirmos as condições materiais e imateriais que estão sendo propagadas para a classe trabalhadora, o fazemos a partir da perspectiva de totalidade, compreendendo que a movimentação burguesa não se dá somente a partir dos campos econômicos, mas a partir destes somados às movimentações empresariais, políticas e, principalmente, culturais.

A hegemonia, em Gramsci, se apresenta como a capacidade de constituir uma base social que consiga garantir a sociabilidade e a saúde das condições de dominância do Estado burguês. Segundo o autor, “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2016, p. 248).

Neste fio, evidenciamos a hegemonia como um processo de expansão que parte de uma condição nuclear do capital e se amplia para todas as estruturas que este sustenta. Para Gramsci (2007), a totalidade apresenta a organicidade e disparidades (antagonismos e disputas) das formulações para novas organizações produtivas, conforme o autor evidenciou ao elaborar seus estudos sobre americanismo, que segundo ele, possuíam novas apreensões sobre trabalho, consumo, moralidade e cultura, que contribuíram como parte do movimento de constituição de um novo mercado, de um novo estilo de vida, conforme podemos observar a seguir:

Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: às investigações dos industriais sobre vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho (GRAMSCI, 2007 p. 266).

Gramsci (2006) dedicou seus anos de cárcere para entender os fenômenos que constituíram as derrotas da classe trabalhadora e para constituir instrumentos de análise que auxiliassem pesquisadores na compreensão das dinâmicas do capital, de modo a orientar que esses não desprezassem em suas pesquisas a participação e os esforços dos agentes da burguesia, principalmente os relacionados à cultura, os que atuam na constituição de novos consensos.

A compreensão de hegemonia apresentada pelo autor é uma valorosa estratégia de pesquisa e orientação para evidenciar, analisar e criticar as complexidades de dominação e complexificação do capital:

[a] consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. E por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, 2006, p. 103-104).

Salientamos que a classe dominante se antecipa às consequências das crises do capital (de acumulação), influenciando na compreensão do trabalhador sobre as suas reais condições de sobrevivência. Constrói formulações organizadas e compartilhadas a partir do Estado em sua condição integral, isto é, exercendo a sua condição de dominante diante da participação da sociedade civil e da sociedade política no espriar dos consensos (GAWRYSZEWSKI, 2018).

Deste modo, entendemos que a análise da categoria hegemonia não pode ser abstrata; a relação dos intelectuais da burguesia/consultores, dos banqueiros, da mídia e do

empresariado que atuam ora na condição de sociedade civil³⁰, ora na condição de sociedade política, são, na verdade, a constituição material da centenária relação do capital com o Estado.

Neste sentido, a pesquisa em tela considerou como fundamental a apreensão dos movimentos (e categorias de análise) que entrelaçam o Estado, entendendo que para uma pesquisa de dissertação deveríamos esmiuçar o espectro do capital em um campo ampliado de formação da consciência do trabalhador.

É neste viés que as categorias gramscianas nos foram fundamentais, pois partimos de sua potência de análise para compreendermos as movimentações político-jurídicas, econômicas e culturais em torno da aprovação e manutenção do NEM.

Para isso, discutimos a participação de um grupo de técnicos que se intitulam especialistas, os intelectuais orgânicos³¹, responsáveis por propagarem os novos consensos oriundos principalmente dos aparelhos privados de hegemonia e aparelhos multilaterais. Sobre essa importante categoria, Gramsci escreveu (em comunicação para amiga e cunhada Tatiana, em 07 de setembro de 1931):

O projeto de estudo que fiz sobre os intelectuais é muito amplo e, na realidade, não acredito que existam na Itália livros sobre este tema. Existe, por certo, muito material erudito, mas disperso num número infinito de revistas e arquivos históricos locais. Por outro lado, eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo um tipo de produção e à economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais (Ben.Croce, por exemplo, é uma espécie de papa laico e é um instrumento muito eficaz de hegemonia, ainda que vez por outra possa divergir deste ou daquele governo, etc.), (GRAMSCI, 2005, p. 84).

As condições objetivas e subjetivas atravessadas ideologicamente para a classe trabalhadora são formuladas, segundo Marx, por historiadores [intelectuais] aliados à burguesia, que defendem este modelo social, colocando inclusive as necessidades e os

³⁰ Aqui compreendemos a categoria gramsciana de sociedade civil a partir da interpretação hegeliana do autor, sendo, portanto, a “Hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 225).

³¹ Teóricos participantes do Movimento Pela Base expostos na seção anterior.

intentos do capital como uma liberdade de coerção corporativa (MARX, 2021). Para Gramsci, as contradições da sociedade acontecem pelas vias ativas dos embates hegemônicos, evidenciadas principalmente através das formulações dos intelectuais (SEMERARO, 2006).

Segundo Lenin (2017), o Estado atua como um aparato/ferramenta da perpetuação da classe dominante que possui duas forças distintas de atuação: a doutrinadora, exercida principalmente a partir de diversos aparelhos privados para propiciar a condição alienante, e a coercitiva (política - jurídica), exercida quando o Estado repreende, persegue, prende e usa de demais violências para impor as estratégias da classe que domina.

A perpetuação da democracia da ordem burguesa operada, conforme o nome mesmo diz, pela classe dominante, conta com diversos intelectuais orgânicos para garantir as formulações existenciais desse modelo de sociedade, sendo estes sujeitos os prepostos da superestrutura, espreado, portanto, a partir dela e para ela, as necessidades orgânicas deste Estado (burguês), de modo a apresentar como característica a estratégica tríade de atuação: educativa, diretiva e organizativa (GRAMSCI, 2022).

Para Castelo (2013), historicamente, os métodos utilizados pela burguesia são os de busca pelo impedimento da compreensão do trabalhador sobre a produção, assim como as problemáticas advindas destes. Desse modo, a lógica de sobrevivência da burguesia e do Estado necessita, permanentemente, das elaborações que garantirão a expansão da extração de valor.

Neste intuito, evidenciamos que o Brasil não está isolado, pois as políticas relacionadas à liberalização, desregulação e privatização foram primeiramente implementadas em alguns países imperialistas e a partir destes mundializadas na condição de sucesso (*cases*) educacional. Entretanto, consideramos que essas vão tomando formas próprias, oriundas principalmente dos recortes específicos de tempo, história e condições de espaço, considerando principalmente os intentos das frações burguesas regionais/nacionais.

Realçamos que seria, portanto, um erro metodológico se tivéssemos partido de uma análise sobre a política e a sociedade sem contemplarmos as formulações destes intelectuais (SEMERARO, 2006). A partir de tal perspectiva, consideramos importante mencionar que a produção aqui elaborada ressalta que os interlocutores do Movimento Pela Base operam em um formato de itinerância (transitabilidade), atuando por vezes na sociedade política e por tantas outras na sociedade civil/empresarial, assim como nas organizações multilaterais³². Denunciamos assim sua atuação nas políticas públicas educacionais, assim como sua

³² Como podemos observar nos quadros da seção anterior, apresentando as experiências/itinerâncias profissionais dos intelectuais orgânicos.

participação na gestão e/ou na consultoria de entidades privadas, que cancelam e multiplicam os pressupostos curriculares do Novo Ensino Médio.

Consideramos que é preciso, ainda, discutir o conceito de Estado Integral para avaliar a movimentação dos intelectuais orgânicos do capital. Para Jacomini (2020), o conceito de Estado Integral em Gramsci está relacionado à organicidade dos intelectuais com os conceitos que são hegemônicos, isto é, os conceitos compartilhados em aspecto naturalizado. Segundo a autora, os estudos gramscianos apontam que a compreensão das movimentações do Estado precisa se ater às formulações e atividades das organizações privadas, das escolas, da imprensa, da igreja, dos partidos, dos sindicatos, das associações etc. A autora compreende que tal transversalidade sustenta e/ou contesta a atuação da sociedade política.

Sobre a movimentação do Estado Integral, Gramsci nos diz que:

[..]o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente. Assim, em certo sentido, Hegel já supera o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar com seu regime dos partidos. Sua concepção da associação não pode deixar de ser ainda vaga e primitiva, entre o político e o econômico, segundo a experiência histórica da época, que era muito restrita e dava um só exemplo acabado de organização, o “corporativo” (política enxertada na economia). (GRAMSCI, 2007, p. 119).

A aparência naturalizada destes imbricamentos se fundamenta principalmente na naturalização da condição existencial do próprio sistema capitalista, que apresenta como essência da realidade a crença de que existe uma só dimensão a ser apreendida, a ser discutida e a ser ensinada (CARCANHOLO, 2013).

Segundo Semeraro, referindo-se ao pensamento de Antônio Gramsci sobre os intelectuais orgânicos, as designações dos intelectuais precisam ser sistematizadas para além da visão tradicional destes sujeitos. Destacando que é importante analisarmos que esses atuam a partir de organismos vivos e em expansão e o fazem a partir da necessidade do seu grupo dirigir a sociedade (SEMERARO, 2006).

Para exemplificarmos a movimentação dos intelectuais orgânicos, tomamos como exemplo o Prof. Dr. em Engenharia Elétrica, Sr. Eduardo Deschamps³³, participante ativo de formações na Serra catarinense, atuante em diversos conselhos, tais como o Conselho Municipal de Educação de Blumenau, o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

³³ Consideramos pertinente incluir aqui que em agosto de 2022 o Sr. Eduardo Deschamps foi condenado pelo Tribunal de Contas da União ao pagamento de R\$ 13,1 milhões em contratos da alimentação escolar do estado de Santa Catarina (PEREIRA, 2022, *online*).

(BLUMENAU, 2022, *online*), o Conselho Nacional de Educação (MEC, 2021, *online*) e na Fundação Lemann (LEMANN, 2019, *online*).

Segundo os estudos de Farias (2021) a Fundação Lemann, é um dos mais importantes projetos de conformação burguesa, sendo esta construída a partir da trama de um “conjunto complexo e emaranhado de institutos, fundações e organizações sociais que dirigem, financiam e executam as ações de hegemonia”. Segundo a autora a estrutura ideológica empresarial – social promovida por, Jorge Paulo Lemann e seus sócios Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto da Veiga Sicupira é o de executar a partir da condição de braços sociais os valores e as concepções burguesas de mundo (FARIAS, 2021, p. 739).

Destacamos que Deschamps participou da semana de inovação 2020³⁴ realizando a palestra intitulada “O Futuro da Educação: Discutindo os papéis do Estado e da iniciativa privada na educação básica”, cujo encontro foi organizado pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap, e tinha como descrição do evento que seu objetivo principal era fomentar as discussões de novos projetos a partir da experiência da mentalidade disruptiva na administração pública, de modo que esse evento apresentaria as “tendências e possibilidades para a transformação das organizações” (ENAP, 2020, *online*). Segundo página oficial do evento:

Construir um futuro melhor para a educação no Brasil precisa passar por uma discussão sobre priorização de recursos e eficácia do gasto público com políticas educacionais. Em quais aspectos o poder público tem as melhores experiências e resultados? Novos equilíbrios de responsabilidade entre as esferas público e privada na educação básica poderiam trazer que tipo vantagens e consequências? Quais são as alternativas com bons resultados fora do Brasil? Nossos painelistas internacionais e nacionais têm visões e experiências distintas para contribuir com este debate (ENAP, 2020, *online*).

Contando com importantes organizações privadas (APHs), tais como: Banco Internacional do Desenvolvimento (BID), Embaixada da Dinamarca, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)³⁵, Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)³⁶ e patrocinadores públicos e privados, como o Banco do Brasil, o

³⁴ Evento realizado em formato virtual no dia 18 de novembro de 2020, entre 14h e 15h50. Disponível em: <https://semanadeinovacao.enap.gov.br/2020/index.php/palestrantes/atividades-tematicas/eduardo-deschamps>
Acesso em: nov. 2022.

³⁵ Agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/quem-somos>. Acesso em: 09 de jul de 2022.

³⁶ Maior organismo de cooperação multilateral entre países ibero-americanos de língua espanhola e portuguesa, com cerca de 500 especialistas e colaboradores espalhados fisicamente por 20 países da Iberoamérica. Disponível em: <https://oei.int/pt/quem-somos/oei>. Acesso em: 09 de jul de 2022.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Microsoft, a semana de inovação foi considerada pelo empresariado como um importante marco das reflexões acerca do ensino médio, principalmente no que tange a hibridização de aulas e as ferramentas de mediação tecnológicas.

É imperativo destacarmos que a categoria chamada Aparelho Privado de Hegemonia, trata-se de um estudo Gramsciano que segundo Hoeverler (2019) atua a partir da ligação entre a atuação de diversos “tipos de entidades, associações e instituições”, com a dominação dos subalternos (HOEVELER, 2019, p. 146), a dominação aqui é refletida a partir de uma constituição mental da compreensão da realidade, evidenciando que nesse processo que as APHs são os meios pelos quais o capital exerce sua condição de propagadora da hegemonia, principalmente no que tange formação da cultura e dos valores da classe trabalhadora.

Segundo Deitos (2005), existe uma relação entre os projetos educacionais e a agenda global do capital, evidenciando que estes permanentemente passam por ajustes, novas reestruturações, a fim de atender às dinâmicas que o próprio capitalismo impõe de “ajuste estrutural preconizado pelos organismos financeiros internacionais e pelos governos e classes dominantes nacionais que se materializam, reproduzem e se beneficiam nesse processo” (DEITOS, 2005, p. 207).

Neste sentido a operação de crédito externo, representada pelo Acordo de Empréstimo para apoiar a implementação do Novo Ensino Médio, realizada entre o Brasil e o BIRD/Banco Mundial³⁷, faz parte da política de reformas educacionais articuladas pela correlação de forças burguesas, nacionais e internacionais, com vistas principalmente à agenda de crescimento e produtividade, incentivado, a partir de via sistêmica dos organismos nacionais e internacionais, dispositivos legais e normatizações a nova formação da força de trabalho (DEITOS & FONARI, 2021).

³⁷ Consideramos neste projeto de pesquisa que o Banco Mundial atua como uma agência de Estado, assumindo o papel de organizar e sistematizar interesses econômicos em diversos países assumindo, assim, a configuração gramsciana de intelectual coletivo, e instituição que produz pensamento e ação, que se articula em ideias-eixo, tais como: globalização, mercado, mercadoria, mercado-financeiro, dívida externa, ajuste fiscal, países centrais e “em desenvolvimento”. Indicaremos que o BM exerce a função de intelectual por aglutinar as esferas subjetivas, isto é, por organizar, sistematizar e executar os interesses dos países centrais. A expressão intelectual coletivo referida aqui à agência também é encontrada em Silva Jr. e Sguissardi (2001) na abordagem sobre a passagem da acumulação fordista para a acumulação flexível, após a década de 1970. Assim se referem os autores: Nesse cenário emergem os intelectuais coletivos internacionais, os organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, A Organização Mundial do Comércio, UNESCO, CEPAL, [...] com novas funções específicas voltadas para a consolidação, em nível global, da Acumulação Flexível (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001, p.107).

Corroborando com a compreensão de um Estado voltado aos interesses da perpetuação da dominação, Semeraro (2021) afirma que a existência de oferta da educação pública dentro do Estado burguês tem sua manutenção ligada à subsunção da universalidade da escola aos interesses do capital. O que nos faz destacar que, desde o seu início, o Novo Ensino Médio apresenta indícios de uma formação voltada para a sociabilidade capitalista, conforme podemos analisar na essência do novo formato, citado abaixo:

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional (...) reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas; exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos (...); agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017b, p. 10).

Com o discurso sobre a necessidade de melhorar a qualidade educacional, somado aos serviços oferecidos, presentes no *site*, nos documentos e notas (informativas) emitidas pelo MpB, questionamos que tal qualidade não se dá na possibilidade da ampliação de repertórios artísticos, culturais e políticos, mas na constituição de novas formulações acerca das novas organizações sociais do trabalho.

Sobre essa pseudoqualidade, Gramsci (1991) escreve:

É claro que eles não se preocupam com a "humanidade" e a "espiritualidade do trabalhador", que são imediatamente esmagadas. Esta "humanidade e espiritualidade" só podem existir no mundo da produção do trabalho, na "criação" produtiva; elas eram absolutas no artesão, no "demiurgo", quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando ainda era bastante forte o laço entre a arte e o trabalho. Mas é exatamente contra este "humanismo" que luta o novo industrialismo. As iniciativas "puritanas" só tem o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, *mas poderá tornar-se interno se for proposto pelo próprio trabalhador, e não imposto de fora, se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais* (GRAMSCI, 1991, p.398, grifo nosso).

Interessante observar na citação acima o quanto Gramsci contribui para desvelar o discurso empresarial sobre os valores que a educação deve promover. Porém, sua análise não resvala para uma crítica moralista na qual o problema estaria na falta de "sensibilidade" da classe dominante em relação aos pobres, ainda que este elemento seja também verdadeiro,

mas a questão fundamental é que seus interesses estão sustentados no mundo da produção. Ou seja, pregar certos valores aos trabalhadores é condição *sine qua non* para garantir a necessária sociabilidade burguesa. Por essa razão, a preocupação central de Gramsci reside na compreensão dos mecanismos de dominação burguesa mediante a complexificação da sociedade de classes.

Sobre as produções gramscianas, destacamos leituras que não tomam como simples a constituição das estruturas ideológicas burguesas. Seu pensamento dirige-se no sentido evidenciar as possibilidades de que a classe trabalhadora construa, elabore e dispute seu próprio projeto de sociedade. O que, na especificidade da nossa pesquisa, nos remeteu à necessidade de atenção aos mecanismos de dominação, no sentido do seu influir sobre a formação da classe trabalhadora mediante o fortalecimento do aparato hegemônico.

É nesta compressão que consideramos que a relação das frações burguesas com a educação pública brasileira não é uma novidade inerente ao MpB. Entretanto compreendemos que estas disputam narrativas ideológicas e políticas distintas de educação, conforme observamos nos estudos de Lamosa (2017) que evidenciam que no governo bolsonarista haviam duas frentes neoliberais³⁸ em disputa e que essas atuavam a partir de duas grandes organizações guarda-chuva, o Todos Pela Educação (TpE) e o Movimento Brasil Livre³⁹ (MBL), cuja função se dava em alinhar as ações do empresariado brasileiro com as alianças transnacionais, como o Banco Internacional do Desenvolvimento (BID) e a União Europeia (EU)⁴⁰.

Ao analisarmos a constituição do MpB, observamos que sua composição conta com o formato associativa destes dois grupos, assim como a estreia da participação das seguradoras

³⁸ Para Lamosa (2017), as frentes contemporâneas da classe dominante na educação são configuradas a partir de dois grandes agrupamentos liberais: os sociais liberais, apoiados pelo Banco Mundial e o segundo, constituído a partir de uma frente liberal nacional ultraconservadora, que compõe atualmente o Bolsonarismo, formada principalmente por militares, lupemburgueses e religiosos ortodoxos.

³⁹ “O MBL se propõe a promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil [...] Na prática, isso significa que o MBL defende bandeiras como: Redução e simplificação da carga tributária; Federalismo político e descentralização administrativa, em respeito ao princípio da subsidiariedade; Autonomia contratual para o trabalhador; Defesa da livre concorrência e livre iniciativa; Fim do voto obrigatório; Liberdade para a criação de partidos políticos; Revogação do estatuto do desarmamento e o reconhecimento do direito de autodefesa do cidadão; Progressivo aumento da participação do setor privado em serviços públicos passíveis de serem privatizados, tais como educação, saúde, infraestrutura, administração de serviços penitenciários, dentre outros ; Fim dos monopólios estatais e privatização de empresas públicas e sociedades de economia mista; Fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais ou de gênero; Livre comércio com todas as nações, independente de preferências ideológicas de governos específicos; Fortalecimento de mecanismos de inclusão democrática; Melhoria na infraestrutura nacional e fomento às PPPs; Combate aos privilégios da elite do funcionalismo público (MBL, 2023, online).

⁴⁰ O MBL possui uma composição política histórica ligada a políticos do PPS, PV, DEM, PSDB e PRB (FRAZÃO, 2016, *online*), enquanto o Todos Pela Educação, já contava com a participação de diversos membros da sociedade política, inclusive atuantes no governo de centro – esquerda do PT, como o caso do Fernando Haddad (TODOS, 2018) e empresários.

internacionais e empresas de finanças e investimentos. Assim como mantem a participação de políticos e organismos multilaterais, indicando, portanto, que seus pressupostos são advindos da agenda burguesa de trabalho internacional.

As análises sobre a juventude e as demandas nacionais do MpB são referenciadas a partir de um relatório⁴¹ elaborado pela Fundação Lemann em conjunto com o Todos Pela Educação. Neste relatório, o antigo ensino médio é visto como inadequado para as demandas do mundo do trabalho, seja porque não promoveria a empregabilidade, seja porque não garantiria a aderência do aluno/trabalhador às novas organizações do trabalho (LEMANN, 2018).

Configurando o alinhamento junto aos organismos internacionais, temos a citação do relatório do Banco Mundial, ressaltando a necessidade de mudança na educação brasileira a partir da necessidade de ampliação da produtividade, conforme exposto na página da Base Nacional Comum Curricular. Destacando que tal relatório afirma ser culpa da escola e dos professores grande parte da desigualdade social brasileira, evocando principalmente este ponto como responsável pelo baixo nível de permanência do trabalhador na escola e pela baixa produtividade do trabalhador brasileiro. “Em 1950, um trabalhador brasileiro produzia 2,5 vezes a mais do que um sul-coreano. Em 2019, um brasileiro não produz nem metade de um trabalhador sul-coreano” (BNCC, 2019, p.7).

Apresentadas como respostas às entrevistas do relatório da fundação Lemann, as citações dos participantes levantavam as dificuldades enfrentadas pelos jovens e empresários no cotidiano profissional, remetendo a formação para o trabalho como uma fundamental responsabilidade da escola. Assim como a fala dos jovens que apresentavam frustração com a escola a partir da cobrança de saberes específicos da função laborativa, tais como as exigências relacionadas à fluência na língua inglesa e destreza na ferramenta de elaboração e controle de planilhas (do pacote office) chamada Excel (LEMANN, 2018).

A entrevista também contava com os empregadores. Estes citavam a necessidade da juventude trabalhadora saber matemática para aprenderem a calcular vendas e comissões. Segundo um dos contratantes participantes, não lhe interessava a contratação de pessoas que não saibam calcular mentalmente porcentagem (LEMANN, 2018).

Os especialistas que participaram em condição de anonimato foram categóricos no que tange à necessidade de um novo currículo; para eles, o currículo anterior possuía um caráter conteudista, assim como métodos descolados da necessidade dos alunos que deveriam ser

contemplados e orientados a partir de aulas e atividades práticas mais eficientes (LEMANN, 2018).

Para Semeraro (2021), os aparelhos privados de hegemonia retomam a dualidade histórica da educação brasileira, destinando para a classe trabalhadora um ensino pobre e sem grandes ganhos no que tange à formação cultural.

Nesta linha de raciocínio, consideramos importante frisar que as diversas organizações privadas⁴² movimentam-se historicamente dentro de diversos programas de formação profissional⁴³. De modo que consideramos importante destacar que sobre esses programas também foram realizados estudos sobre a precarização do trabalho (MORAIS, 2015).

Corroborando com o pensamento sobre a formação da classe trabalhadora ser voltada para condições favoráveis ao empresariado, observamos no Programa Novos Caminhos⁴⁴ (PNC) um acordo realizado entre o governo federal e as organizações privadas, a partir das demandas regionais, conforme podemos observar abaixo:

O Catálogo é instrumento central para garantir a oferta de cursos atualizados e alinhados às demandas socioeconômicas, a **arranjos produtivos locais** e a inovações tecnológicas em constante transformação. A edição atual do CNCT, publicada em 2014, contém as denominações de 227 cursos distribuídos em 13 eixos tecnológicos, apresentando suas cargas horárias mínimas, perfil profissional de conclusão, infraestrutura mínima requerida, campo de atuação, ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), normas associadas ao exercício profissional e possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, além de formação continuada em cursos de especialização e de

⁴² Tais movimentações contaram com o apoio de gigantescas campanhas nas mídias de comunicação, como a Fundação Roberto Marinho, participante como conselheira e mantenedora do CIEE – Centro Empresarial Empresa Escola. Destacando que os programas de aprendizagem profissional dos anos 2000 apresentaram para a classe trabalhadora as primeiras formações sobre empreendedorismo, sobre empregabilidade, sobre diversidade, sobre direitos humanos e todos sem o aprofundamento da discussão histórica de classe (MORAIS, 2015).

⁴³ Asseveramos a partir da pesquisa de Morais (2015) que os programas de aprendizagem profissional dos anos 2000 aceleraram o aprofundamento do discurso meritocrático e da plataforma dos jovens trabalhadores. Além de um currículo voltado para o Projeto de Vida e disciplinas relacionadas à função do trabalho, assim como o NEM. Consideramos importante destacar que, assim como o NEM, também era/é mediada por diversas organizações privadas e que também era destinada à juventude lumpemproletária. O número de jovens aprendizes ultrapassa, segundo o CAGED, a marca de meio milhão ao ano, isso sem somarmos os programas de estágio, *trainee* e Pronatec (BRASIL, 2022). Se realizarmos uma projeção para auferir os anos iniciais do programa de aprendizagem, temos mais de 10 milhões de adultos hoje da classe trabalhadora que foram orientados para o trabalho a partir da lógica das organizações privadas nos anos 2000 (BRASIL, 2022b).

⁴⁴ O Programa Novos Caminhos surgiu no governo Bolsonaro e foi voltado para três eixos estratégicos: Gestão e Resultados; Articulação e Fortalecimento; Inovação e Empreendedorismo. O Programa foi responsável pela atualização do cadastro dos cursos técnicos; Responsável por regulamentar a oferta do curso técnico por instituições privadas; responsável pela regularização dos diplomas pós 2016; formação de professores; fomento a formação dos cursos técnicos e profissionais para jovens e adultos; Ampliação dos polos com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial- EMBRAPI; Fomento a projetos de Inovação e Empreendedorismo. (PNC, 2022, *online*). Disponível em: <http://novoscaminhos.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 de out de 2022.

verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo. (MEC 2022, grifo nosso, *online*)

O catálogo nacional, anteriormente mencionado, apresenta indicativos de formações específicas para diversas regiões de cada estado brasileiro. Em Santa Catarina, por exemplo, enquanto a região denominada de Grande Florianópolis (capital e municípios conurbados) apresenta cursos como: marisqueiro (pescador de marisco), mecânico de aparelho esportivo/bicicleta (mecânico de cicle), operadores de instalação elétrica (eletricista), assim como cursos tecnológicos (programação), no oeste catarinense, os cursos são voltados, na maioria, para extrativismo de minério, extrativismo florestal, forneiros, manipulação química, tratamento de couro, tecelagens, grãos (MEC, 2022, *online*), isto é, as formações ofertadas para o Novo Ensino Médio estão relacionadas às profissões que já seriam ocupadas pela classe trabalhadora na sua localidade.

A partir da inserção desses conhecimentos dentro do currículo regular, ocupando conhecimentos históricos, entendemos esse processo como um movimento de direcionar a escola para o atendimento imediato e exponencial da classe dominante.

Conforme podemos observar no *site* Novos Caminhos:

A Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade de ensino de extrema relevância estratégica para o Brasil. Além do potencial para a ampliação de oportunidades de inserção socioproductiva de milhões de brasileiros, contribui para impulsionar a produtividade e a competitividade nacional. Como fator imprescindível para o crescimento econômico e importante diferencial na competitividade, a oferta de cursos de **Educação Profissional e Tecnológica deve estar articulada à política de geração de emprego e renda e alinhada às demandas do setor produtivo**. Deve ainda estimular o desenvolvimento contínuo de soluções técnicas e tecnológicas para fazer frente às demandas internas e aos fluxos crescentes de competitividade no cenário nacional e internacional – comprometida, assim, com o dinamismo, o empreendedorismo e a prosperidade do país. Diante de cenários produtivos cada vez mais dinâmicos e complexos, a formação de profissionais qualificados para a inserção no mundo do trabalho exige conhecimentos atualizados para atuar frente ao desenvolvimento constante de novas tecnologias, processos produtivos e relações comerciais e sociais. Um contexto que demanda tanto competências técnicas específicas da ocupação (*hard skills*) como também outras (*soft skills*), tais como criatividade, capacidade de trabalho em equipe e adaptação, construção de soluções e atuação com autonomia. (PNC, 2022, *online*, grifo nosso).

Desta forma, a natureza do NEM tem se apresentado como uma estratégia de reorganização das relações produtivas, cujas movimentações de implementação já se encontravam no radar do pensamento hegemônico. Pois, segundo os estudos gramscianos sobre o Estado Integral, as movimentações burguesas antecedem as políticas e isso e dá

porque, segundo Gramsci (2006), a aprovação de políticas públicas tão profundas demandaria que condições anteriores fossem estabelecidas, gestando assim as condições ideais para a atuação do empresariado. Conforme podemos observar abaixo:

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produções novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. (GRAMSCI, 2006, p.36)

Gramsci (2006) entende que os atravessamentos do capital nas formulações da sociabilidade do trabalhador precisam ser analisados a partir dos movimentos das estruturas, verificando, portanto, se as formulações ideológicas analisadas surgem como constituições permanentes ou conjunturais. Para o autor, as relações de forças ligadas às estruturas determinam a viabilidade das formulações ideológicas, isto é, a condição material previamente constituída (coletivamente) que serve de base para uma constituição superestrutural.

O processo molecular que Gramsci compreende como um pensamento relativo à sociedade está ligado à sua compreensão de consciência, a partir da modificação da estrutura social e das situações de vida que modificam estes conhecimentos, isto é, Gramsci nega o papel do pensamento da classe trabalhadora como meramente economicista e bebe na fonte leninista que entende que as novas concepções e consensos são introduzidas por aparatos hegemônicos. Evocando para esse processo um novo movimento de análise, um movimento dialético; que rompe entendimento da formação da classe trabalhadora a partir da maturação política e assume como de fundamental importância o olhar que compreenda que a realidade “modifica progressivamente as composições anteriores das forças e, portanto, tornam-se matrizes de novas modificações” (RAGAZZINI, 2005, p.63).

Lembramos que para o revolucionário italiano, fatores territoriais também não podem ser desprezados, tendo em vista que as condições estabelecidas para a classe trabalhadora se dão a partir de um recorte específico temporal, de um nível específico de contradições⁴⁵, de localidade e da organização social do trabalho. Conforme podemos observar abaixo:

Na história real estes momentos implicam-se reciprocamente, por assim dizer, horizontal e verticalmente, isto é, segundo as atividades econômica (horizontais) e segundo os territórios (verticalmente) combinando-se e

⁴⁵ Esse ponto será desenvolvido na quinta seção a partir das categorias de capitalismo dependente, acumulação primitiva, conformação e financeirização.

cindindo-se, variadamente, cada uma destas combinações pode ser representada por uma própria expressão organizada econômica e política. (GRAMSCI, 2006, p.42).

Segundo Semeraro (2021), o novo modelo de ensino médio não dialoga com a necessária formação histórica da classe trabalhadora, evidenciando que seu currículo sem a história das contradições, da constituição real do Estado moderno, sem o reconhecimento das lutas, pressões e reivindicações históricas da classe trabalhadora não se trata, de um currículo apartidário (como observado em algumas falas liberais), mas de um currículo voltado aos interesses exclusivos do capital imperialismo (SEMERARO, 2021).

A fim de corroborar com esta análise elencamos o “Guia de Itinerários Formativos” do NEM, no *site* do Movimento Pela Base. Elaborado pelo Instituto Reúna, com o apoio do Itaú Trabalho e Educação, Instituto Natura, Instituto Sonhe Grande e Fundação Telefônica Vivo, todos participantes do MpB. Segundo o próprio material, sua natureza é destinada à formação de professores, elaboração de projeto político pedagógico e monitoramento da implementação da BNCC de Ensino Médio (MOVIMENTO PELA BASE, 2021).

O guia dedica a parte introdutória às habilidades que um gestor escolar precisa ter, principalmente no que tange à corresponsabilização de todos, tais como: a mediação de conflitos e o fortalecimento de consensos, além da mobilização de competências socioemocionais e a criação/fortalecimento de uma comunidade escolar voltada para a aprendizagem (MOVIMENTO PELA BASE, 2021). O que nos evidencia o anseio da nova política na manutenção de agentes conciliadores do capital no seio escolar.

Dentre as orientações presentes no guia, destacamos dois momentos: o primeiro, relacionado ao mapeamento do perfil de governança para a execução do projeto, cuja exigência se dava na participação prévia nas comissões de organização da BNCC⁴⁶, além de experiências como organizador, consultor e/ou palestrante de formações continuadas, limitando assim para estado e municípios a contratação a partir da participação prévia em outras etapas. E o segundo momento influenciando na escolha dos educadores participantes, tendo em vista que os documentos de implementação indicavam que os professores envolvidos deveriam possuir experiências prévias no campo da educação profissional. Segundo o mesmo documento, é preciso considerar a dificuldade para encontrar professores com experiências e aprofundamento no campo profissional, para o sucesso da implementação (MOVIMENTO PELA BASE, 2022b, *online*).

⁴⁶ Esses apontamentos serão problematizados também no que tange ao pagamento destes serviços e a execução via organizações privadas, isto é, trata-se de escolhas ‘viciadas’ para a consultoria e gestão desse projeto.

O exposto acima nos leva a refletir acerca da participação de intelectuais previamente organizados nas construções das bases municipais e PPP's, na autonomia sobre as escolhas das redes municipais, nas alocações dos professores nas novas vagas, na possibilidade de novas contratações e, principalmente, na vivência prática que cada região poderá oferecer, assim como as modificações realizadas no SAEB e ENEM, justamente quando o formato empresarial passar a operar na implementação.

Para Kuenzer (2017), o novo currículo é concebido a partir do resultado de métodos e recursos hiperestimulantes (dinâmicos e com recursos inovadores) para atenderem a uma dinâmica de sociabilidade extremamente competitiva, cujas principais características estão relacionadas à busca pelo trabalho em rede e a formação para a solução de problemas. Destacando neste modelo uma formação proposta para tornar o sujeito responsável por sua própria aprendizagem e escolhas (frustrantes) profissionais, além, é claro, de corroborar com uma socialização desigual de conhecimento.

É na condição de despossuída dos meios de produção e alienada da sua condição revolucionária que a classe trabalhadora se tornou e se mantém na condição de classe proletarizada, e é justamente por isso que para a manutenção da ordem burguesa (Estado Burguês) se faz necessária a condição existencial de um nexos que fundamentalmente sustente as condições desiguais impostas.

Neste sentido, entendemos como uma parte estratégica do processo de implementação, a participação da mídia como propagadora do pensamento hegemônico, conforme observamos na matéria “Base Nacional Comum Curricular, um projeto de Nação”, escrito por Ricardo Henriques⁴⁷, no jornal Valor Econômico:

[...] trata-se de iniciativa importante do MEC, que aproxima o Brasil dos sistemas de educação mais avançados do mundo. A base viabiliza a reorganização do sistema educacional. Ao definir os objetivos de aprendizagem de cada etapa, ela permite formatar os currículos, estruturar as formações dos professores, alinhar as expectativas de aprendizagem com estudantes e famílias, subsidiar as práticas didáticas em sala de aula, desenhar sistemas de avaliação externa e aumentar a qualidade dos livros didáticos. Em particular, possibilita a discussão sobre a identidade do Ensino Médio e seus desafios. Um currículo flexível tem sido a solução apontada para a necessária reforma do Ensino Médio. Não faz sentido o excêntrico desenho brasileiro em que todos têm de aprender todo o conteúdo das mesmas 12 a 14 disciplinas obrigatórias, independentemente de suas vocações e projetos de vida. A trajetória única e a falta de

⁴⁷ Henriques é economista, superintendente executivo do Instituto Unibanco e membro do Conselho de Administração do Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIEP) da Unesco. Foi Secretário Nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação.

conexão com a diversidade dos jovens e suas possibilidades de empregabilidade, somadas ao excesso de conteúdo e às dificuldades estruturais do sistema de ensino, geram desinteresse, incompreensão sobre a relevância das disciplinas e, no limite, fraco desempenho, evasão e abandono [...] Trata-se de uma virada radical na perspectiva binária que os jovens têm hoje - universidade ou subemprego. O modelo do Ensino Médio flexível constitui-se um enorme desafio em seu desenho, avaliação, certificação e adequação dos conteúdos à carga horária. Requer a oferta de um repertório de conhecimentos e competências cognitivas e socioemocionais que categorizo em três dimensões - global, diversificada e específica. A primeira diz respeito ao conhecimento imprescindível e estruturante para uma formação geral, comum a todos os estudantes. A segunda, dá ênfase às características regionais. A terceira, específica, possibilita o aprofundamento em uma área de conhecimento, dentro de possibilidades finitas. O estudante passaria a exercer o direito à escolha de uma aprendizagem específica no Ensino Médio para aprofundar os estudos em uma área de conhecimento, permitindo uma formação técnica inicial ou o acesso à universidade. O currículo flexível demandará mudanças no sistema de avaliação e certificação. Será preciso modelos de avaliação com pesos para cada área de conhecimento e um sistema de certificação que englobe todas as trajetórias, inclusive o ensino técnico. Uma grande conquista seria uma certificação de Ensino Médio, ao final de três anos, em todas as escolas públicas, que contemple os ensinos regular e técnico. Há centenas de escolas técnicas reconhecidas por sua qualidade no país, mas demandam, em geral, mais de seis horas diárias ou a continuação dos estudos além do Ensino Médio regular, em um modelo pós-médio. São centros de excelência preparatórios para as universidades públicas e não têm a capilaridade das redes estaduais de Ensino Médio regular. O currículo flexível nas escolas públicas com a possibilidade de certificação (também técnica) poderia mudar o patamar de inclusão educacional e, por consequência, do nível de escolaridade e qualificação técnica (HENRIQUES, 2016, *online*).

É diante das condições expostas que evocamos o pensamento de Marx (1993) ao compreender que a burguesia se organiza em toda a sua extensão a fim de garantir a sua dominação, buscando a captura da subjetividade do seu tempo histórico a partir da constituição das ideias hegemônicas. Para a classe que domina, a capilaridade de dominação não acompanha somente as questões políticas, mas também as relacionadas à validação do que é ou não é arte, do que é ou não cultura, religião, possibilidades jurídicas e meios de comunicação.

4.1 O ORDENAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO-EMPRESARIAL EM PROL DAS NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Gramsci acrescenta que a realização de um aparato hegemônico, isto é, de um aparato de direção- pode-se dizer, do aparato do Estado-, enquanto cria um novo terreno ideológico determina uma reforma das consciências, novos métodos de conhecimento, sendo assim um evento filosófico (GRUPPI, 1978, p. 04).

A fluidez do NEM não se deu só no tempo destinado à sua construção curricular, a sua aprovação também se deu em caráter de urgência, rompendo inclusive com a lógica naturalizada proposta pelos órgãos jurídicos do Estado. Para entendermos a importância desta informação, é importante compreendermos que as medidas provisórias (como a MP 746/2016) são normas que possuem a mesma força jurídica de uma lei, sendo estas medidas edições especiais que só podem ser realizadas via presidente da república. Podendo este formado ser evocado quando o presidente em curso observa a relevância e urgência na alteração dessas leis. Tal movimento é embasado pelo artigo 62º da Constituição Federal, que prevê a possibilidade de alterações em casos de extrema urgência.

Segundo o Congresso (2023) para a medida provisória se tornar uma Lei Orgânica, precisa atender sua via jurídica em cinco etapas. Sendo a primeira a sua publicação, quando o texto é publicado no Diário Oficial e passa a ter seus prazos e processos delineados. Para a análise dessa medida com força de lei é constituída uma comissão mista, formada por 12 Senadores e 12 Deputados titulares (com igual número de suplentes), que se tornam responsáveis por analisar previamente os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, o mérito e a adequação financeira e orçamentária. A terceira etapa é a de aprovação junto a Câmara dos deputados que ocorre em uma deliberação de quórum simples (50% + 1 membro). As conclusões da deliberação da matéria incluem: a rejeição, aprovação na íntegra (nos termos da MPV editada), ou aprovação de projeto de lei de conversão – PLV (com alteração do texto originalmente publicado). Rejeitada, a matéria tem a sua vigência e tramitação encerradas e é arquivada. Se aprovada (na íntegra ou na forma de PLV), é remetida ao Senado; A quarta etapa se dá no encaminhamento para o Senado, que também precisa apresentar quórum simples, destacando nesse movimento que os resultados podem apresentar diferentes formato de aprovações (íntegra, emendas, aprovação da medida reformulada) até a aprovação final, que segue para nova deliberação dos deputados. A última etapa se dá na promulgação da medida provisória em lei ordinária.

Segundo o Senado (2016), a comissão mista da votação do NEM possuía como membros os seguintes políticos descritos abaixo:

I – Presidente da Comissão: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Abandonou a pedagogia para estudar contabilidade no Centro Universitário do Distrito Federal. Presidiu o SINEPE – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal. Criou a ONG Abeduq – Associação Brasileira de Educação de Qualidade (IZALCI SENADOR, [201-?], *online*) e foi o criador do cheque-educação, um programa que aproveita as vagas ociosas nas escolas particulares e oferece bolsas para alunos da classe trabalhadora. Evidenciando que tal modelo serviu de inspiração para o PROUNI. Começou na política como deputado estadual no Distrito Federal, eleito em 1998, foi reeleito em 2002 e 2006. Em 2010, foi eleito deputado federal e reeleito nas eleições seguintes, em 2014 e 2018. Durante seu tempo como deputado federal, Izalci Lucas atuou em diversas comissões, como a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a Comissão de Educação, e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Ele também foi líder do PSDB na Câmara dos Deputados em 2017. Além de sua atuação política, Izalci Lucas é professor universitário e possui formação em Engenharia Civil.

II- Vice-Presidente: Senador Elmano Férrer (PP/PI). Iniciou sua carreira política como vereador em Teresina, sendo eleito em 1992. Posteriormente, foi eleito prefeito de Teresina em 1996 e reeleito em 2000. Em 2010, foi eleito senador pelo estado do Piauí, cargo que ocupa atualmente. Durante seu tempo como senador, atua em diversas comissões, como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Ele também já foi líder do Bloco Parlamentar Vanguarda no Senado Federal. Além de sua atuação política, Elmano Férrer é formado em Engenharia Civil e já exerceu cargos em órgãos públicos e privados relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano. Já atuou na gestão pasta do trabalho, nos conselhos do SEBRAE e costuma compor atividades voltadas para o empreendedorismo (ELMANO Férrer lança livro que destaca trajetória sua política, 2023, *online*).

III- Relator Senador Pedro Chaves (REPUBLICANOS/MS). Fundador de um maiores conglomerados educacionais do interior do Brasil, cujo principal serviço é o, oferecendo educação privada em níveis infantil, fundamental, médio, superior e pós-graduação (CHAVES, 2023) Em dezembro de 2016, votou a favor da emenda nº95, a PEC do Teto dos Gastos Públicos (VEJA como votaram os senadores na aprovação da PEC do Teto de Gastos,

2016, *online*), em julho de 2017 votou a favor da reforma trabalhista (REFORMA trabalhista: saiba como votaram os senadores no plenário, 2017, *online*).

IV- Senador Romero Jucá (MDB/RR). Economista, foi nomeado pelo presidente José Sarney (1985-1990) para presidir o Projeto Rondon, em 1986, assumiu a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) e no ano de 1988 para ser governador do território de Roraima. Em dezembro de 1989, manifestou-se contra o plano do governo federal de retirada de cerca de 40 mil garimpeiros das terras dos índios ianomâmis. Defendeu a implantação de uma política de ordenamento dos garimpos. Denunciado pela Procuradoria Geral da República, tornou-se alvo de um processo, sob a acusação de que, quando presidente da Funai, teria realizado venda ilegal de madeiras de lei da reserva indígena de Uru-eu-au-wau. Na década de 1990, sob o governo Fernando Collor de Mello, foi diretor de abastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. Em janeiro de 1995, foi denunciado pelo Ministério Público Federal em outro processo por corrupção, formação de quadrilha e peculato, que teriam sido praticados durante sua passagem pela presidência da Funai. Entretanto, mediante recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conseguiu tomar posse no Senado em fevereiro de 2003. Filiado ao então Partido da Frente Liberal (PFL), como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Mineração, propôs a elaboração de uma nova legislação para o setor e novas formas de ação com vistas à modernização da exploração mineral no país. Ao longo do ano de 1995, votou a favor da quebra do monopólio estatal das telecomunicações e do monopólio da Petrobras na exploração do petróleo, e da criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), imposto de 0,2% sobre transações bancárias, criado como fonte complementar de recursos para a saúde, que substituiu o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). Em maio-junho de 1997, votou favoravelmente à reeleição para presidente, governadores e prefeitos e, em outubro, ao fim da aposentadoria por tempo de serviço, item fundamental da reforma da Previdência que estabeleceu novas regras de aposentadoria que combinavam idade mínima (60 anos para homens e 55 para mulher) com tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 para mulher). Foi também favorável ao projeto da reforma administrativa, que permitia a demissão de servidores públicos por mau desempenho e/ou excesso de gastos com a folha de pagamento, posto em votação em março de 1998. Ao se transferir nos anos 2000 para o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, Romero exerceu a vice-liderança em dobradinha com Fernando Henrique Cardoso.

Em 2005, já filiado ao PMDB (que posteriormente passou a chamar de MDB - Movimento Democrático Brasileiro, recebeu o convite do presidente Lula para assumir o cargo de ministro de Estado da Previdência Social, tendo rompido com a base aliada de Dilma Roussef em 2015 e em 2016, sob a gestão de Michel Temer, atuou no Planejamento, Orçamento e Gestão. No início de setembro, em relatório que integrava processo no STF, a Polícia Federal apontou indícios de que Jucá e mais três senadores do PMDB - Renan Calheiros, Jader Barbalho e Valdir Raupp - receberam propinas de empresas que integravam o consórcio que construiu a Usina de Belo Monte, no Pará, sob forma de doações legais. Tendo reassumido o cargo de senador, Romero Jucá foi escolhido, em novembro, para se tornar líder do governo no Congresso no lugar da senadora Rose de Freitas. Com essa nomeação, o governo sinalizava, por um lado, que estaria afastada a possibilidade do retorno de Jucá a um ministério; de outro, a sua relevância como operador político dentro do Congresso, já que o cargo de líder do governo daria a ele o status de interlocutor do presidente Temer para encaminhar projetos, negociações e votações de interesse do governo. A principal delas foi a aprovação, em meados de dezembro, da proposta de emenda constitucional que limitaria o aumento dos gastos públicos, chamada PEC do Teto dos Gastos, medida fundamental para os planos do governo. Por esta proposta, os gastos públicos ficariam limitados, a partir de 2017, por 20 anos; as despesas seriam corrigidas pela inflação do ano anterior; já as despesas com saúde e educação só entrariam no limite de teto a partir de 2018. Em finais de novembro de 2016, o ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a abertura de inquérito na Operação Zelote, para investigar Romero Jucá por corrupção e prevaricação. Com isso, Jucá passou a responder a oito inquéritos no STF, sendo dois da Operação Lava Jato e um sobre fraudes na construção da Usina de Belo Monte. Jucá é de uma família que possui diversos veículos de comunicação do estado de Roraima, emissoras de televisão na capital Boa Vista afiliadas da Rede Record, TV Imperial, e afiliadas da Rede Bandeirantes, além de um jornal impresso e duas estações de rádio (FGV, 2023; GOIS, Chico, 2014; OPERAÇÃO da PF em Roraima investiga ex-senador Romero Jucá, 2022, online).

V- Senadora Simone Tebet (MDB/MS). Votou a favor do Impeachment de Dilma Roussef e do teto de gastos. Apresentava no período, como principal pauta política, a suspensão da demarcação de terras indígenas. Foi candidata à presidência da república na eleição de 2022 e no segundo turno foi apoiadora da eleição de Lula. Simone, segundo a (BDF, 2022) já foi prefeita, vice-governadora, deputada federal e senadora, tendo como destaque a sua

movimentação contra os direitos indígenas à terra e a relação da sua família como uma das principais oligarquias mais poderosas do agronegócio e da política.

VI- Senador Valdir Raupp (DEM/RO). Acusado pelo doleiro Youssef de favorecimento financeiro junto aos contratos da Petrobrás. A Polícia Federal apontou indícios de que Valdir Raupp (RO), Romero Jucá (RR), Renan Calheiros (AL) e Jader Barbalho (PA) receberam propina das empresas que construíram a usina de Belo Monte, no Pará. Segundo o relatório que integra inquérito que corre no Supremo Tribunal Federal. Um dos indícios é o volume de contribuições que o partido recebeu das empresas que integram o consórcio que construiu a hidrelétrica: foram R\$ 159,2 milhões nas eleições de 2010, 2012 e 2014 (FEDERAL quer indicar Raupp, sob suspeita de propina do petróleo, 2016, *online*; FALCÃO, 2016, *online*). Em abril de 2022, o Supremo Tribunal Federal absolveu Raupp, alegando que “Foram desconsiderados elementos negativos em relação aos crimes que constam dos depoimentos das testemunhas e das provas materiais juntadas aos autos, como a ausência de ingerência ou de poder de comando de Raupp sobre as decisões de cúpula do partido ou sobre as doações recebidas pelo diretório em Rondônia” (COELHO, 2022, *online*).

VII- Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES). Capixaba, é considerado um político com uma importante relação com o empresariado, com um pai político, Ferraço adentrou na carreira ainda na década de 1980, como vereador da cidade de Itapemirim (ES), teve dois mandatos como deputado estadual, sendo inclusive, presidente da assembleia legislativa. Em 1998 apresentou a melhor votação como deputado federal (pelo ES), posteriormente ocupou cargos políticos em secretarias de agricultura e infraestrutura (QUEM é Ricardo Ferraço, o futuro vice-governador do ES, 2022, *online*). Segundo entrevista à TV Senado, Ferraço apresentou posição favorável ao impeachment de Dilma Roussef (TV SENADO, 2016) e apresentou também em 2016, posição favorável ao teto de gastos públicos (CONFIRA como votaram os senadores sobre a PEC do Teto de Gastos, 2016, *online*) e em 2017 à reforma trabalhista (REFORMA trabalhista: saiba como votaram os senadores no plenário, 2017, *online*).

VIII - Ronaldo Caiado (DEM, posteriormente UNIÃO BRASIL), agricultor e médico, possui mestrado em medicina, já foi filiado ao PSD, e PFL, votou a favor do impeachment (TV SENADO, 2016b), pediu votos para o teto de gastos públicos (RONALDO Caiado pede voto

de confiança em relação à PEC do Teto de Gastos, 2016, *online*), além de votar também pela reforma trabalhista e lei que facilita o uso de agrotóxicos (MONTEIRO, 2018, *online*).

IX- Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), pedagoga, formada pela Universidade Federal de Natal, professora concursada, aprovada em 1º lugar para o município de Natal, sindicalista do SINTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação, foi deputada estadual por dois mandatos pelo Rio Grande do Norte (1994 e 1998), e três vezes deputada federal (2002, 2006 e 2010), senadora e atualmente é governadora. Foi relatora do FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, defendendo sua permanência, é considerada responsável pela ampliação de 2 unidades para 21 unidades do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte, atuou na gestão democrática do programa Caminhos da Escola, destacando os municípios do RN que precisam de transporte escolar. Em 2017 recebeu ameaças diversas por conta da sua participação no Senado Federal contra a aprovação da Reforma Trabalhista. Evidenciando que nessa situação inclusive desligaram as luzes e microfones enquanto ela, Gleisi Hoffman, PT-PR e Vanessa Graziottini, PCdoB- AM (SANTOS, 2019). Após eleita governadora para a gestão (2019-2023), Fátima recebeu do Ministério Público Eleitoral o pedido de cassação, alegando irregularidades na empresa de comunicação contratada pela campanha. Segundo matéria (MP ELEITORAL pede cassação dos diplomas de Fátima Bezerra e do vice-governador eleito no RN, 2018, *online*) Fátima teve seus gastos reprovados por que a empresa havia sido criada durante a campanha e em apenas 3 dias de fundação já recebera 350 mil reais, totalizando no processo 1,9 milhão durante a campanha eleitoral. Para o advogado de defesa da chapa de Fátima e seu vice Antenor Roberto – PCdoB, não houve qualquer irregularidade, tendo em vista que a empresa contratada apresentou capacidade técnica para a execução da atividade. Vítima de fake news Fátima foi atacada por conta de uma montagem contendo a sua imagem, itens de matrizes africanas e um boneco do então presidente Jair Bolsonaro. A montagem associava a governadora ao diabo e o presidente Bolsonaro a Deus (MARÉS, 2020, *online*).

X- Senador Telmário Mota (PDT/RR), Técnico em contabilidade, se formou em Economia pela Universidade Católica de Salvador, foi vereador (2007-2012) e duas vezes senador (2015 – 2023). Atuante na comissão da Mercosul sobre a Venezuela, Telmário fez críticas a presença do Secretário Americano na fronteira, alegou que o governo (Bolsonaro, da qual era

apoiador) não contribuía com a política local, mas fazia picuinha políticas entre os países (SENADOR protesta contra cessão de território brasileiro por Bolsonaro para agressão à Venezuela, 2020, *online*). Com uma postura exótica para o cargo ocupado, o Senador já foi responsável por compartilhar e pedir estudos sobre meteoro destruidor inexistente, acusado de participar em território brasileiro e venezuelano de rinhas de galo (CARVALHO, 2018, *online*). Sua relação familiar também não foge de um estranhamento, sua companheira, a ex-deputada Suzete Macedo de Oliveira já precisou se entregar para a Polícia Federal. “A médica foi condenada em segunda instância a mais de sete anos de prisão no caso conhecido como Escândalo dos Gafanhotos, que investigou esquema que desviou mais de R\$ 300 milhões dos cofres estaduais, conforme a denúncia” (ESPOSA do senador Telmário Mota se entrega à PF, 2016, *online*). Acusado de assédio/tentativa de estupro, por sua filha (na época) menor, Telmário foi indiciado, segundo a reportagem, a jovem alegou que o pai bêbado e durante um passeio de pai e filha (na noite do dia dos pais de 2022). Informado da situação, o político comentou que a filha sofria de problemas psicológicos e que se tratava de uma perseguição política (RODRIGUES; RUFINO, 2022, *online*). Segundo o delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva, ex-superintendente da polícia informou em entrevista que Telmário Mota e o político Mecias de Jesus são da bancada do crime, que atua a favor de diversos criminosos da Amazônia. O delegado ainda acrescentou “Vou dizer nomes: Zequinha Marinho (PL-PA), estava com Ricardo Salles no dia da 'Handroanthus', Telmário Mota, Mecias de Jesus [...]”, disse o delegado que participava de um programa para comentar o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips na Amazônia. Após negativa dos parlamentares, o delegado reiterou as acusações e acrescentou dizendo que Telmário e Mecias fizeram pressão para que ele cessasse investigações contra criminosos, principalmente madeireiros (OLIVEIRA, 2022, *online*). Evidenciamos que o senador também participou favorável a votação do teto de gastos (VEJA como votaram os senadores na aprovação da PEC do Teto de Gastos, 2016, *online*) e à reforma da presidência de 2019 (REFORMA da Previdência: como votaram os senadores, com relação ao texto principal, em segundo turno, 2019, *online*).

XI - Senador Cristovam Buarque (PDT/DF), natural de Recife, é formado em engenharia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atuou no movimento estudantil/social com um grupo de ação popular ligado a igreja católica. Por medo de represálias ao jovem, Dom Helder chancelou uma bolsa de estudos para o doutoramento de Cristovam em Economia na

Sorbonne, cujo tema de pesquisa foi a UNESCO. Após a experiência estudantil, o senador trabalhou seis anos no BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, ligado ao Banco Mundial. Sua função era a de chefiar equipes de elaboração de projetos para a América Latina. Em 1979 voltou a lecionar na Universidade de Brasília e foi eleito (curiosamente na ditadura militar) reitor da universidade. Suas produções políticas na maioria evocam investimentos na educação e um capitalismo mais ético. Por conta disso foi convidado para diversas atividades internacionais, onde evocava que as dívidas dos países do hemisfério sul latino deveriam ser perdoadas em troca de investimento na educação. Conforme ocorreu entre Espanha (financiadora) e Argentina, influenciando também diversos países do continente africano, foi governador do Distrito Federal (1995-1998), senador (2003-2019), foi Ministro da Educação nomeado no Governo Lula, em 2003 (UM POUCO da trajetória de Cristovam Buarque, 2022, *online*). Cristovam votou a favor do impeachment de Dilma Rouseff, assim como da PEC de gastos públicos, reforma trabalhista e o novo ensino médio, que inclusive manteve seu posicionamento de não revogar ao longo da paralisação do governo Lula.

XII - Senadora Lidice da Mata (PSB/BA), formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1976- 1982), Vereador(a), Salvador, BA, Partido: PMDB, Período: 1983 a 1987; Prefeito(a), Salvador, BA, Partido: PSDB, Período: 1993 a 1996; Deputado(a) Estadual, BA, Partido: PSB, Período: 1999 a 2003; Deputado(a) Estadual, BA, Partido: PSB, Período: 2003 a 2007; Senador(a), BA, Partido: PSB, Período: 2011 a 2019. (CÂMARA DOS DEPUTADO, [201-?]a, *online*). Em plenária a Senadora Lídice informou que o ensino médio era o “calcanhar de aquiles” da educação brasileira e que precisava ser discutido com humildade pelos dirigentes políticos em prol de uma solução (LÍDICE da Mata critica desempenho do ensino médio no Ideb, 2018, *online*). A senadora votou contra a PEC do teto de gastos, contra a reforma do Novo Ensino Médio e contra a reforma trabalhista.

XIII - Senador Otto Alencar (PSD/BA), Médico, formado pela Universidade Federal da Bahia, foi deputado estadual na Bahia por três mandatos (1987 - 1998), vice-governador (1999 - 2002), vice-governador (2011 -2014), senador (2015 - 2023) e novamente eleito (2023 - 2031). No que tange a reforma do Ensino Médio o senador não registrou posicionamento (voto), mas foi favorável a reforma da previdência e votou favorável ao teto de gastos (PEC 55/2016) (SENADO, [201-?], *online*).

XIV - Senador José Medeiros (PL/MT); atualmente filiado ao PL, é graduado em Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso e Direito pelo Centro de Ensino Superior de Rondonópolis. Foi professor e agente da Polícia Federal Rodoviária. (SENADO, 2023, [201-?]a). Seus partidos foram: PPS (2001-2016); PSD (2016-2017); PODE (2017-2022); PL (2022-presente). Dentre as atividades políticas do político temos a participação, apoiou a saída de Dilma Rousseff e foi um dos parlamentares responsáveis pela liminar que suspendia direitos políticos da ex-presidente. Protocolou o pedido de saída da Venezuela da Mercosul (RODRIGUES, 2015, *online*), votou a favor do teto de gastos, da reforma da previdência e do NEM. Em novembro de 2022 teve suas redes sociais bloqueadas por conta da propaganda de manifestações pro-Bolsonaro e pró-golpe (ADRILLES e outros bolsonaristas têm contas retidas no Twitter: 'Cerceados', 2022, *online*).

XV- Deputado Renzo Braz (PP/MG), formado em administração pela Universidade do Iguazu, pós-graduado em gerências de custos logísticos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É filiado no PP desde 1999 e já foi duas vezes deputado federal pelo Estado de Minas Gerais. É autor da PI 10726/2018 que beneficia organizações privadas atuantes no terceiro setor, segundo a proposição de lei, estas organizações deveriam possuir gratuidade para a transição dos seus enquadramentos jurídicos. Votou a favor do impeachment de Dilma, dos tetos de gastos e da reforma trabalhista, em 2017 votou contra o processo de investigação de Michel Temer (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [201-?]b, *online*).

XVI - Relator revisor: Deputado Wilson Filho (PTB/PB), natural de João Pessoa é advogado e atuava como funcionário público. Se elegeu em 2010 pelo PMDB e foi reeleito em 2014 pelo PTB. Na última gestão votou a favor da admissibilidade do processo de impeachment (Dilma /2016), da PEC do teto dos gastos públicos, a reforma trabalhista, ao novo ensino médio e ao arquivamento da denúncia do MPF à Michel Temer (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [201-?]c, *online*).

XVII- Deputado Celso Jacob (PMDB/RJ), foi prefeito da cidade de Três Rios - RJ, por dois mandatos, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro (2001-2008), atualmente cumpre prisão em regime semiaberto por falsidade em documentos públicos e contratação de creche

terceirizada no município que era prefeito (DEPUTADO presidiário é o único a registrar presença na sessão desta sexta da Câmara, 2017, *online*). Votou pelo NEM e mesmo em cumprimento de pena votou pela absolvição de Temer.

XVIII- Deputado Lelo Coimbra (MDB/ES), Sr. Wellington Coimbra é sanitarista, foi deputado estadual pelo ES (1995-1998) em 2002 foi vice-governador do mesmo estado (2003-2006) onde atuou como Secretário Estadual de Educação. Acusado de ter tido a campanha política financiada pela Vale foi acusado de conflito de interesses ao participar da CPI do rompimento da Barragem de Mariana (Bento Rodrigues). Votou a favor do financiamento privado de campanhas políticas, Impeachment de Dilma, Reforma Trabalhista e do teto de gastos, assim como votou favor da reforma do NEM. Evidenciamos ainda que foi favorável ao arquivamento da denúncia de Temer pelo MPF (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [201-?]d, *online*).

XIX - Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), Natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1963. Lopes é formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e possui mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Lopes iniciou sua carreira política como vereador em Belo Horizonte, sendo eleito em 1992. Posteriormente, foi deputado estadual de Minas Gerais por três mandatos consecutivos, de 1995 a 2007. Em seguida, foi eleito deputado federal em 2006 e reeleito em 2010 e 2014. Durante seu tempo como deputado federal, Reginaldo Lopes atuou em várias comissões, como a Comissão de Educação, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, e a Comissão de Desenvolvimento Urbano. Ele também foi líder do PT na Câmara dos Deputados em 2011. Além de sua atuação política, Lopes é autor de diversos livros e artigos sobre economia, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Ele também esteve envolvido em projetos relacionados à educação e inclusão social (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [201-?]e, *online*). Lope votou contra a reforma do NEM e do Teto de Gastos.

XX- Deputada Maria do Rosário (PT/RS), Natural de Veranópolis -RS, iniciou sua carreira política como vereadora em Porto Alegre, sendo eleita em 1992. Posteriormente, foi eleita deputada estadual do Rio Grande do Sul em 1998, cargo que ocupou até 2002. Deputada federal em 2002 e reeleita nas eleições seguintes, em 2006, 2010, 2014 e 2018. Durante seu

tempo como deputada federal, Maria do Rosário atuou em diversas comissões, como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Ela também foi ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República entre 2011 e 2014, durante o governo de Dilma Rousseff. Maria do Rosário é conhecida por sua atuação na defesa dos direitos humanos, especialmente no combate à violência contra mulheres, crianças e adolescentes. Ela também é autora de projetos de lei e proposições relacionadas a temas como direitos humanos, segurança pública e educação. Evidenciamos que a deputada se posicionou contra a reforma trabalhista e a reforma do Ensino Médio (COMISSÃO mista aprova medida provisória que reforma o ensino médio, 2016, *online*).

XXI - Deputado Soraya Santos (PL/RJ), Natural de Niterói, Rio de Janeiro, iniciou sua carreira política como vereadora em Niterói, sendo eleita em 2004. Posteriormente, foi eleita deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro em 2010 e reeleita nas eleições seguintes, em 2014 e 2018. Durante seu tempo como deputada federal, Soraya Santos atuou em diversas comissões, como a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a Comissão de Defesa do Consumidor, e a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Ela também foi líder do PSDB na Câmara dos Deputados em 2017. Além de sua atuação política, Soraya Santos é formada em Direito e possui especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Ela também já exerceu cargos em órgãos públicos relacionados à área de trabalho e emprego. Segundo reportagem da Carta Capital, de novembro de 2022, Soraya utilizou da verba para projetos universitários da Universidade Estadual do Rio de Janeiro para bancar a sua candidatura. “De acordo com os dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do estado, que investiga o caso, o projeto fictício contou com valor bruto total de 23.736 milhões de reais e a suposta participação de 394 pessoas” (DEPUTADOS bolsonaristas usaram verba de universidade para campanha eleitoral, diz site, 2022, *online*). Destacamos que Soraya é sócia da rede CNEC- Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, cujo portfólio é o de escolas e graduações por todo o país (EM AUDIÊNCIA com o ministro da Educação, CNEC apresenta projetos para impulsionar cursos da área de saúde, 2022, *online*).

XXII- Deputado Thiago Peixoto (PSD/ GO), nascido em Goiânia, Goiás, iniciou sua carreira política como deputado estadual em Goiás, sendo eleito em 2006 e reeleito em 2010. Durante seu mandato, atuou em diversas comissões, como a Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [201-?]f, *online*).

XXIII- Deputado Danilo Cabral (PSB/ PE), eleito como deputado federal por Pernambuco em 2014 e reeleito em 2018. Durante seu mandato, tem atuado em comissões importantes, como a Comissão de Educação e a Comissão de Desenvolvimento Urbano. Ele também foi secretário de Educação de Pernambuco entre 2007 e 2010 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [201-?]g, *online*).

XIV- Deputada Dorinha Seabra (DEM/TO), formada em Pedagogia e possui mestrado em Educação. Iniciou sua carreira política como vereadora em Araguaína, sendo eleita em 2000 e reeleita em 2004. Em 2010, foi eleita deputada federal por Tocantins e desde então tem sido reeleita nas eleições subsequentes. A professora Dorinha votou pela reforma do NEM. Infelizmente a pesquisa não conseguiu localizar a dissertação de mestrado da deputada (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [201-?]h, *online*).

XXV - Deputado César Halum (PRB/TO), Nascido em Anápolis, Goiás, em 13 de junho de 1960. Halum é formado em Medicina Veterinária e possui especialização em Administração Rural. Ele iniciou sua carreira política como vereador em Araguaína, Tocantins, sendo eleito em 1992, 1996 e 2000. Em 2002, foi eleito deputado estadual pelo Tocantins e foi reeleito em 2006. Em 2010, César Halum, foi eleito deputado federal e desde então tem sido reeleito nas eleições seguintes. Como deputado federal, ele tem atuado em diversas áreas, como agricultura, pecuária, meio ambiente e saúde. Halum já ocupou cargos de destaque na Câmara dos Deputados, como a presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Ele também foi vice-líder do governo na Câmara. Halum, votou a favor da reforma do NEM (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [201-?]i, *online*).

XXVI- Deputado Toninho Wandscheer (PP/PR). Antônio Wandscheer, é natural de Ponta Grossa, Paraná. Formado em Administração de Empresas, iniciou sua carreira política como

vereador em Ponta Grossa, sendo eleito em 2008 e reeleito em 2012. Em 2014, foi eleito deputado estadual pelo Paraná, exercendo o mandato de 2015 a 2018. Em 2018, Toninho Wandscheer foi eleito deputado federal pelo Paraná e assumiu o mandato na Câmara dos Deputados em 2019. Como deputado federal, ele tem atuado em diferentes áreas, como saúde, educação e desenvolvimento regional. Segundo biografia e atividades na página da Câmara dos Deputados Toninho tem se destacado nas co-autoriais de frentes parlamentares, das observadas evidenciamos as relacionadas ao transporte nacional de cargas, de vias terrestres e aquáticas, além de frentes pela família e de trabalhadores agrícolas. Seu posicionamento foi favorável a reforma do Ensino Médio (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [201-?]j, *online*).

Analisada pela comissão mencionada acima, a medida provisória de 2016 teve sua condição aprovada com algumas modificações do texto original. O texto encaminhado para o Senado manteve a disciplina de Artes e Educação Física como obrigatórias, assim como a obrigação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) arcar com a merenda escolar e o transporte dos alunos do ensino integral; o texto previa ainda a manutenção da Língua Espanhola como optativa e o Inglês como disciplina oficial, revogando, assim, a lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005⁴⁸.

A disputa evidenciou um importante entrave a respeito das disciplinas de humanas, que segundo o Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), se apresentava como a principal preocupação da bancada opositora ao projeto de lei. Para o deputado, a preocupação dos parlamentares de esquerda (centro) se dava somente com a Sociologia e Filosofia porque tal movimento se tratava de um posicionamento político voltado para a permanência de uma formação ideológica do aluno. Segundo o parlamentar, a preocupação seletiva demonstrava interesse na continuação de uma pseudo “doutrinação” da esquerda nos jovens brasileiros (CONFETAM, 2016).

Segundo Bezerra (2019) com entraves extremamente complexos para as escolhas curriculares, a comissão mista realizou algumas audiências públicas sobre o NEM a fim de buscar “democratizar” a discussão acerca da lei orgânica que promulgaria a de MP 746/2016. Participaram das audiências 37 representantes dos seguintes setores:

⁴⁸ Evidenciamos que neste contexto o Brasil trata como opcional o idioma falado por todos os países fronteiriços.

- Setor governamental 11 membros, sendo representado com 3 membros do legislativo, senado e câmara dos deputados, o federal com 06 membros, contando com MEC, INEp, CNE, 1 membro estadual, Consed e 1 membro municipal, Undime; Perfazendo um total de 31,5% de participantes;
- Setor acadêmico, representando por 4 membros, representando Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Perfazendo um total de 11,5%;
- Setor profissional, representado por 8 membros, delegados das seguintes categorias, do campo, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) 1, do movimento Estudantil através da União Nacional dos Estudantes Secundaristas (Ubes); União Nacional dos Estudantes (UNE) 2 e docentes, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), com 5 membros. Perfazendo um total de 23%;
- Setor Privado/Empresarial: Instituto Unibanco (IU); Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec); Movimento Todos pela Educação (TPE); Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS); Instituto Alfa e Beto (IAB), com 05 membros, perfazendo um total de 14%;
- Instituições de Ensino, 6 membros, sendo 3 representantes do ensino público e 3 representantes do ensino privado, sendo de administração pública Instituto Federal do Paraná (IFPR); Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e da administração privada Centro Universitário Cesumar (Unicesumar); Estácio de Sá; Colégio Cenecista Dr. José Ferreira (MG). Perfazendo 17%.
- Movimento social, com 1 membro aqui representado pela organização privada Campanha Nacional pelo Direito a Educação. Perfazendo um total de 3%.

Sobre a constituição dos representantes das audiências do NEM, o Relator Senador Pedro Chaves (PSC) declarou:

Nós estamos convidando um grupo de mais de 30 representações da sociedade [...] Eu acho que é importante, porque essa análise será extremamente democrática. Então, não tem o problema do autoritarismo de ser uma medida provisória. Há um consenso entre oposição e situação de que é necessária, realmente, uma alteração, uma reforma do ensino médio. Isso é pacífico. Então, a partir daí, apenas vamos aprofundar e verificar quais são os pontos substantivos. [...] A Comissão é formada por professores, educadores, pessoas realmente de altíssimo nível, que vão contribuir de forma efetiva para o relatório (SENADO FEDERAL, 2016a, p. 1).

Evidenciamos discordância das condições democráticas apresentadas pelo Sr. Relator, tendo em vista que a escolha dos membros que iriam compor as audiências já apresentava diversos aspectos de consonância com a política educacional hegemônica, alinhando-se, portanto, aos interesses dos que delinearão o trâmite. Metaforicamente explicitamos que não podemos chamar de democracia se decidirmos “realizar uma votação sobre o melhor time do Brasil, dentro da sede do Flamengo, em dia de festa da própria torcida”.

Para Ramos e Frigotto (2016), o NEM foi orquestrado pelo empresariado, políticos e intelectuais, organizados em um formato expesso e autoritário, desconsiderando principalmente a opinião dos principais pesquisadores do assunto.

Ao analisarmos a breve historicidade exposta dos políticos envolvidos, observamos a relação destes com diversos setores que se atravessam nas discussões das políticas públicas nacionais. Proprietários de universidades, escolas, mídias de massa, agronegócio, simpatizante de garimpo e de garimpeiros, intelectuais com experiências internacionais de pesquisa junto ao Banco Mundial, políticos que favorecem as legislações privatistas e/ou que relativizam a educação via parceria público-privada.

A participação deste agrupamento majoritariamente privatista em torno das políticas do NEM converge ainda com as pautas trabalhistas e das demais políticas sociais, expressadas na votação do teto de gastos e reforma da previdência, expressando consonância do grupo com as estratégias sociometabólicas do capital.

Neste curso, Bezerra (2019) evidenciou que as políticas educacionais também contaram com uma nova correlação de forças políticas relacionadas ao conservadorismo, que surge emergente das tensões de 2013-2016 e é retroalimentado pela sociedade política e civil (empresariado). Para o autor, movimentos políticos conservadores atuavam a partir da desqualificação de opositores da reforma, tais como: os estudantes que estavam nas ocupações pelo país, parlamentares de esquerda e participantes das audiências públicas; criando um consenso de que eram todos “agentes influenciados por ideologias esquerdistas/marxistas/comunistas.” (BEZERRA, 2019, p.112).

Elencamos que as igrejas, representadas por evangélicos e católicos conservadores têm desenhado uma ampliação ⁴⁹ de pautas, debates e acusações a partir de novas configurações para as políticas sociais. Para Colombo (apud LAMOSA, 2020) a frente ultraconservadora nacional atua como uma frente ampla de partidos, políticos e APHs, e estes se movimentam em prol de frentes como

[...] a privatização das redes públicas em todos os níveis de ensino através da transferência do fundo público com a implementação do sistema de vouchers; b) a militarização das escolas; e c) a Educação Domiciliar (ED; considerada como ampliação da Educação a Distância). Sob a insígnia “meus filhos, minhas regras”, compreendendo os filhos como propriedade, defendem que a ED deveria ser legalizada para que as famílias pudessem educar seus filhos exclusivamente no âmbito privado de acordo com seus princípios “morais e religiosos” (COLOMBO apud LAMOSA, 2020, p.126).

Segundo Militão e Rocha (2020), Gramsci, ao analisar as condições políticas italianas, evidenciou que entre a religião e a política existe um contexto interseccional de formação de consciência. Para o teórico sardo, esta ligação possuía relação em dois aspectos: o da conformação da classe trabalhadora e o da transformação da classe trabalhadora. Entendendo assim que a história da igreja se entrelaçava com o caráter religioso das revoluções burguesas. Para o teórico sardo esse movimento na verdade só pretende garantir um “equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador” (GRAMSCI, 1991, p.398).

Para Gramsci (1978), o movimento de criação de um novo terreno ideológico determina “reformas das consciências e dos métodos de conhecimento”, destacando que esse processo é um “fato filosófico”, pois é observada a partir destas relações as novas concepções de mundo e moralidade (GRAMSCI, 1978, p.52).

É preciso relembrar que o ordenamento político também parte dessa premissa cultural e moral em sua discussão, na sessão da câmara que julgou o impeachment de Dilma Rousseff (2014-2016), teve como justificativas, na declaração de voto, repetidas palavras de cunho religioso e moralista; 58 menções a Deus, 110 menções à família, além do termo golpe, que foi utilizado 98 vezes (REIS, 2016, *online*).

⁴⁹ Segundo matéria publicada pelo *site* O Globo (MELLO; MARQUES, 2022, *online*), após a eleição de 2022 o Brasil apresentou um número recorde de pastores, bispos e missionários eleitos, cerca de 28 evocaram os títulos para a identificação nas urnas e santinhos (panfletos físicos e virtuais). Evidenciamos que em 2022, foi aprovado no Plenário do Senado um projeto de resolução para uma frente parlamentar evangélica (PRS 65/2022), autor senador Carlos Viana (PL/MG), em nome da liberdade religiosa.

Segundo Lamosa (2020, p. 19), o impeachment de Dilma Rousseff não foi o único golpe que tivemos:

O golpe desferido em 2016 foi a porta para a realização do mais amplo conjunto de contrarreformas na educação dos últimos anos, desde o seu estrangulamento orçamentário até as mudanças produzidas na Lei de Diretrizes e bases da educação brasileira. O golpe da educação, é, portanto, a estratégia nos marcos da autocracia burguesa.

Concordamos com o autor que a saída do PT da presidência nacional aprofundou as condições de precarização do trabalhador brasileiro, mas não consideramos se tratar de uma contrarreforma, mas sim de um processo fluído ocasionado pelo apassivamento das lutas de classe e concentração de capitais durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (2001-2016), destacando que ainda que tenha apresentado eventual melhoria para os trabalhadores subalternizados, não os emancipou, permitindo assim uma fluidez do discurso reacionário junto à classe.

Sobre isso, Fontes (2019, 2019, n. p.) disse:

Uma burguesia agora com trânsito em sindicatos, em Centrais Sindicais e convivendo com ex-sindicalistas doravante gestores de fundos é uma experiência de novo tipo no Brasil.[...] De dentro desses aparelhos de Estado, aumentaram a sua capacidade de formular e disseminar suas concepções de mundo. No início do século, não era ainda um Estado ampliado, pois Gramsci pensava também na luta popular, a luta pela socialização da política. Aqui, houve uma socialização truncada, intra-burguesa, seletiva. Para os setores populares, houve repressão. Mas é uma interpretação muito diferente da suposição de um Estado acima das classes, de certa maneira constituindo-as, como foi corriqueiro em algumas interpretações (que ainda subsistem).

Ainda que tenha tido seu mandato interrompido pelas frações burguesas, o PT, a partir das políticas de valorização do capital portador de juros e fictício e aparelhamento dos sindicatos, como expressou Fontes (2019), não fugiu da configuração de Estado integrado ao capital na gestão do partido dos trabalhadores⁵⁰.

⁵⁰ Destacamos que segundo reportagem da Veja (2022) o Banco Mundial estaria apoiando o governo Lula. “Vim para encontrar membros do time de transição do presidente Lula. Tivemos uma boa conversa com Fernando Haddad. Discutimos a situação geral da economia global, o papel do Brasil na economia mundial e em várias áreas nas quais o Banco Mundial está oferecendo suporte ao país. O Banco Mundial tem sido um parceiro de longa data do Brasil e nós estaremos dando suporte ao novo governo em várias áreas [...]” (VETTORAZZO, 2022, *online*).

Sobre o apassivamento, golpe e reformas, Antunes (2017b) observa:

As nossas classes dominantes sempre oscilaram no controle do poder político e da dominação no Brasil, oscilando entre a conciliação e o golpe, a conciliação e o desenho autocrático, a conciliação e a devastação. Agora é o momento da devastação. Passados os anos, – basicamente nos governos Lula e Dilma, em que imperou a conciliação – com as classes dominantes ganhando muito e o Brasil crescendo, uma parte pequeníssima dos ganhos sobrava para as classes populares e isso funcionou no período de expansão. Agora, no momento de crise econômica, social e política de amplitude global e que chegou de modo devastador no Brasil, é hora para lembrar de Florestan Fernandes, da contrarrevolução preventiva. O que significa isso nos dias de hoje? É um rearranjo das classes dominantes, para prevenirem-se contra qualquer perda maior dessa crise em relação aos seus interesses, o que implica em desmontar a legislação social, protetora do trabalho, que existe há mais de 70 anos no Brasil. Essa é a questão fundamental. Não é um golpe contra o Lula e o PT, é evidente que num dado momento o governo do PT deixou de ser o governo ideal para as classes dominantes como foi, digamos, boa parte no primeiro e segundo governo Lula e em parte do governo Dilma, quando tivemos um crescimento exponencial. Agora é hora de devastar os direitos sociais do trabalho, arrebentar a previdência, instaurar a terceirização total do trabalho, o que significa o retorno à escravidão no Brasil. As classes trabalhadoras vão ter desregramentos, desregulações ainda mais intensas. Vamos ter uma sociedade, se pudéssemos assim dizer, inspirada no que na Inglaterra se chama de *Zero Hour Contract*, o contrato zero hora. Tem trabalho, trabalha, não tem trabalho, não trabalha. Recebe pelas horas que se trabalha e não tem nenhum direito social preservado depois. É isso que se quer instaurar com a terceirização e com o trabalho intermitente, quando tem trabalho é chamado, quando não existe, não tem trabalho e nem direitos. A condição disso é instaurar um padrão de exploração do trabalho ilimitado, num contexto em que o capitalismo é devastador na China, na Índia, na Ásia, na África, na América Latina, na América do Norte, na Europa. É uma disputa para ver quem vai aumentar e intensificar ainda mais o padrão da superexploração da força de trabalho e, desse modo, recompor a dominação burguesa, a expansão capitalista sob o comando financeiro. Na Itália inventaram o trabalho a voucher, trabalho que é pago por um ticket. Abriu-se ainda mais o espaço para a burla aqui. Essa é a tragédia do nosso tempo, é uma reorganização burguesa sob comando e orientação do capital financeiro que não tem limites para sua exploração e devastação (ANTUNES, 2017b, np.).

Gramsci (2000) entende a democracia como algo que se conecta diretamente com o conceito de hegemonia, pois para o autor é na garantia de manutenção deste aparato que se permite o protagonismo das frações burguesas na direção do Estado. É a partir deste pensamento que se compreende que a gestão petista errou ao tentar conciliar o inconciliável e

que a resposta a esse processo de fluidez burguesa foi a tomada do Estado por um bloco de poder que ali já se encontrava.

Os governos autoritários expressam a reorganização do poder capitalista, é justamente este movimento que sustenta que governos como o de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) se sustentem até o final dos seus mandatos e que governos como o petista tenham a sua decadência (e retorno), chancelado pelo Estado Integral.

Mesmo Bolsonaro desmontando estruturas democráticas nas definições das políticas públicas, promovendo influência militar a partir da promoção de oficiais para cargos governamentais, defendendo abertamente a ditadura militar (1964 -1985), fazendo falas e avaliações positivas sobre eventos de tortura e violação dos direitos humanos, minimizando a pandemia, fomentando abertamente críticas à pesquisadores e cientistas diversos (UOL, 2022), este se manteve como chefe de Estado.

Segundo Gramsci (1971), é na crise de hegemonia que consiste precisamente o fato que em tempos de tremores à ordem da democracia burguesa o capital permite que os sintomas mais mórbidos da sociedade possam desabrochar. Evidenciando nessa prática um tipo de manejo do autoritarismo pelo capital. E é nesse interregno que a classe trabalhadora (em condição de massa apolítica) permite (ainda que não saiba) o surgimento de sintomas mórbidos (previamente naturalizados).

A ditadura militar brasileira cumpriu um importante papel para o capital internacional, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que coagia os movimentos dos trabalhadores, influenciava na produção midiática positiva, na censura a negativa “sentando-se a mesa” dos organismos internacionais.

É nesta linha de pensamento que a dissertação em tela compreende que a condição objetiva da classe trabalhadora também advém e é resultante das políticas conciliadoras do Partido dos Trabalhadores, e que a chancela dos políticos aqui mencionados com as novas políticas curriculares só evidencia que cabe somente a classe trabalhadora a sua emancipação.

4.2 DE OBSTÁCULOS À ALIADOS, A FORMAÇÃO OFERTADA PELO MOVIMENTO PELA BASE PARA OS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

[...] todo grupo social, nascendo sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria junto a si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e

consciência da própria função não apenas no campo econômico, mas também no campo social e político (GRAMSCI, 2001, p. 15).

A participação do Movimento Pela Base (organizações e intelectuais que o compõem) na formação dos professores não foi um elemento desprezado na pesquisa, apontamos que os relatórios prévios, as diretrizes, os guias para as escolhas, os recursos e perfis humanos, assim como a formação dos docentes foram constituídos para o sucesso da implantação, conforme já mencionado. Entretanto, destacamos que a formação docente também é importante para os defensores do novo ensino médio, evidenciando essa afirmação a partir da participação dos institutos Itaú, Porvir⁵¹ e o Sintropika,⁵² em parceria com o Movimento Pela Base, no desenvolvimento de uma nova organização privada, exclusivamente para os gestores públicos e professores, chamada “Nosso Ensino Médio”.

Presente em um *hiperlink* no site do Movimento Pela Base, o *Nosso Ensino Médio* se apresenta como:

[..] um programa gratuito de formação continuada de professores e de gestores escolares. É o mais completo e inovador conteúdo do Brasil na formação de educadores para as mudanças previstas para o Ensino Médio. O Nosso Ensino Médio traz trilhas de aprendizagem *on-line* e autoinstrucionais para os educadores, que já podem acessar os componentes, com materiais diversificados e atividades. Oferece também pautas formativas, apresentações, infográficos e diversos materiais de apoio para formadores trabalharem com professores e gestores de suas redes ou escolas, de maneira presencial ou remota. Uma iniciativa do Instituto Iungo, Instituto Reúna e Itaú Educação e Trabalho, o programa foi criado para promover a educação integral e transformadora das juventudes no país. O Nosso Ensino Médio tem dois objetivos complementares: 1- contribuir para o desenvolvimento profissional dos educadores; 2- apoiar na implementação dos novos currículos de Ensino Médio (NOSSO, 2021).

Na página do Nosso Ensino Médio é possível ao professor responder seus dados, dados da sua região e ocupação para ter acesso a diversos materiais formativos de Ensino Médio da sua rede estadual. No caso abaixo, utilizamos o buscador a partir do estado de Santa Catarina. Destes, destacamos o “Componente - A escola do Ensino Médio, os jovens e seus

⁵¹ A Porvir Inovações em Educação autointitula-se como o principal site brasileiro de inovações em educação, é patrocinada pela FaberCastell, Moderna e Árvore. Sua página é focada em inovação (gameificação, cyberbullyng..) e matemática/finanças. Disponível em: <https://porvir.org/>. Acesso em: 26 de out. de 2022.

⁵² Segundo o site da Sintropika “trata-se de um projeto-pesquisa que explora as formas de conectar pensamento sistêmico e dinâmica de comportamento de sistemas complexos (CAS) com a criação artística, design e desenvolvimento digital, para apoiar iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável, regeneração e criação de resiliência social em um contexto cada vez mais dinâmico e incerto” (SINTROPIKA, [201-?], *online*). Disponível em: <https://sintropika.com/>. Acesso em: 26 de out de 2022.

projetos de vida”, que se desdobrava em um novo infográfico, o FGB_C3_infografico-v2 (NOSSO, 2022).

Figura 6 -Captura de tela da página Nosso Ensino Médio



Fonte: Disponível em: <https://nossoensinomedio.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Repleto de estímulos e recursos visuais, o material quantifica e configura a juventude brasileira em três grupos: o grupo da juventude perdida, da juventude estigmatizada e o da juventude redentora. Segundo o guia, no primeiro grupo estariam os que são subestimados em sua capacidade, o segundo grupo, o da juventude estigmatizada, que segundo o infográfico são compostos pelos jovens “nem-nem”, referindo-se aos jovens que não possuem emprego e que não estudam, e no último grupo, o da juventude redentora, encontrar-se-iam os jovens que possuem a condição de transformadores da realidade social. Na descrição da juventude redentora, destacamos que este pode ser reconhecida como um grupo que acredita no que é irreal, que vê o mundo sob uma perspectiva romantizada (NOSSO, 2022).

A página do Nosso (deles) Ensino Médio, apresenta um mapeamento sobre os principais *influencers* da juventude trabalhadora brasileira. Segundo o material destacam-se os líderes religiosos ou de bairro, a família, influenciadores digitais e professores, como o dos principais responsáveis pela formação da subjetividade da juventude (NOSSO, 2022).

Conforme mencionado anteriormente, as formações continuadas também fazem parte do nicho do Movimento Pela Base e grande parte deste material também é elaborado para a formação política e social dos professores. Conforme podemos observar no *Nosso*, seus quatro eixos fundamentais para a configuração de um trabalho docente de excelência centralizam diversos debates na figura do professor, dentre eles estão: o acolhimento; o papel desafio; a entrega de uma maior produtividade; propósito pela causa (NOSSO, 2022).

Para a APH mencionada, a medição da qualidade docente precisa ser centralizada na responsabilização sobre aderência, permanência e resiliência dos alunos, assim como a entrega de um maior volume de trabalho não pago. Segundo a página, tal dedicação e participação ativa nos projetos de vida dos alunos resultariam em jovens mais disciplinados, aptos para conquistarem seus sonhos (NOSSO, 2021).

Tal pensamento não está descolado dos interesses do capital, tendo em vista que o Banco Mundial (2014) também apresentou elementos que configuram a qualidade docente a partir da produtividade e orientação para uma vida laboral incerta. Segundo o relatório “Professores Excelentes - Como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe”, o BM dialoga sobre a importância de professores melhores formados em sala de aula, indicando como potencializador nesse processo a melhora do recrutamento estatal (ampliação do estágio probatório e avaliações), além de indicar caminhos para a motivação (a partir de pagamentos individuais) e indicativos de políticas públicas em prol da reformulação do magistério (WORLD BANK, 2014).

Segundo o relatório anteriormente mencionado, os professores latinos - americanos e caribenhos são os ofensores da qualidade da educação e principalmente são apresentados como despesa aos cofres públicos dos seus respectivos países. Para o banco os professores possuem baixo domínio dos conteúdos acadêmicos e a atuações ineficazes e obsoletas de ensino. Observamos também que esse relatório apresenta que o professor usa apenas 65% do seu tempo em aula para de fato orientar e que não costuma usar recursos tecnológicos, o que para o BM influencia diretamente com o desinteresse do aluno pela escola. Intensificando com isso a compreensão da necessidade de formações diversas e compra de recursos (WORLD BANK, 2014).

Evocamos que para o Banco Mundial (2014, p.3) o cenário da educação não é o mesmo em todos os países, conforme podemos ver abaixo:

Nenhum corpo docente na região hoje (talvez com exceção de Cuba) pode ser considerado de alta qualidade quando comparado globalmente, mas

vários países fizeram progresso na última década no sentido de elevar a qualidade dos professores e os resultados de aprendizagem dos alunos, sobretudo o Chile.

Para o relatório, a mudança do paradigma chileno está relacionada a um melhor recrutamento (ampliação do prazo probatório, avaliações e acompanhamentos em sala), a práticas de capacitação (formações delineadas e executadas pela iniciativa privada) e práticas motivadoras (pedagogias ativas). Segundo o material, os índices de produtividade docente interferem diretamente na qualidade do ensino. Corroborando com o discurso de extração de mais trabalho docente, apontamos no material a fala sobre a necessidade do fim da participação ativa docente nos sindicatos, evidenciando que estes seriam ofensores no que tange o pagamento e a ação docente. A ideia apresentada pelo Banco Mundial alega principalmente que a motivação docente está relacionada a pagamentos individuais de bonificações e prêmios, o que para o banco garantiria o atingimento de metas projetadas para a educação dos países latinos, sobretudo o Brasil (WORLD BANK, 2014).

O *Nosso Ensino Médio*, assim como o Banco Mundial, evoca que o insucesso está na ausência do olhar atento do educador, evidenciando que este não acolhe, não desafia e que principalmente não considera as singulares. No vídeo gravado por sua diretora, Anna Penido⁵³, os desafios do novo ensino médio não estão relacionados à sociedade de classes, a ausência de políticas públicas de acesso à saúde, a cultura, não se dá por conta da gravidez precoce e atravessamentos da segurança pública em seu cotidiano (NOSSO, 2021b). Diferentemente do infográfico de formação na página do Nosso (2021c), que considera que:

Os jovens deixam as escolas de Ensino Médio motivados por: fatores externos à escola, como deficiências físicas e cognitivas, demanda por inserção no mundo do trabalho, pobreza, gravidez/maternidade, violência, envolvimento com atividades ilegais; e fatores internos à escola, como déficit de aprendizagem, falta de significado e flexibilidade curricular, baixa qualidade e atratividade das atividades escolares, clima negativo na escola e desafios emocionais (NOSSO, 2021c, p. 1).

Para Silva e Santos (2022) o indicativo de trabalho docente para os professores, na perspectiva do Banco Mundial, visa contribuir com o formato de produção social capitalista, originando tais mudanças no seio estratégico da crise do capital. Para as autoras, o capital,

⁵³ Anna Penido estudou jornalismo na Universidade Federal da Bahia, atuou como Trainee na Universidade de Columbia com pesquisas em Direitos Humanos; foi gerente de projetos da fundação Odebrecht, trabalhou para UNICEF, atualmente trabalha como diretora executiva do Centro de Pesquisa Lemann.

quando em crise, apresenta novas necessidades, buscando principalmente a diminuição das contradições junto às forças produtivas.

Neste sentido, as concepções que visam naturalizar as dinâmicas do capital passam a ser materializadas pelos professores a partir dos aparelhos privados de hegemonia e dos intelectuais orgânicos, contribuindo principalmente na constituição de uma nova concepção, controlada, regulada e paga por produtividade (SILVA & SANTOS, 2022)⁵⁴.

Segundo Decker (2017), para os intelectuais coletivos⁵⁵ a educação consiste em um processo eterno de formação docente, isto é, cabendo aos professores o direcionamento das críticas e diversas (e eternas) atualizações pedagógicas. Nesta apreensão, observa-se o interesse permanente das organizações privadas na direção do pensamento docente, evidenciando que este movimento não se finda ou permanece estável, pelo contrário, ele se organiza em um movimento de professor eterno aprendiz para colocá-lo, principalmente, a serviço do capital.

Destacamos que ao longo das pesquisas realizadas no site do Nosso Ensino Médio encontramos diversos vídeos de marketing, cujo cerne aponta na direção da sensibilização do professor para atender ao novo currículo. Em um desses vídeos, diversos jovens do Brasil (com diferenciação linguística e fenotípica), expressam suas opiniões em relação à escola. Com enfoque na emoção destes jovens, o vídeo apresenta uma forte crítica à escola que conhecemos. Segundo estes jovens: “o grande papel da escola é encontrar poesia e felicidade na vida do estudante”; “[..] a escola inovadora não tem necessariamente um lugar para aprender”; “você pode estar em uma sala de aula e aprender, eu consigo, só que fora dela, eu consigo aprender muito mais sobre a vida e a cidadania fora da escola” (MOVA, 2016⁵⁶). Aqui, percebe-se claramente a construção de um discurso que toma a escola como um

⁵⁴ Confirmando a produção, temos o discurso do Senador Rogério Marinho (PSDB), que colocava a conta da qualidade da educação no excesso de doutrinação, principalmente na formação dos professores, conforme pode observar: “Os nossos professores, alfabetizadores principalmente, do curso de Pedagogia, saem da universidade sabendo quem é Marx, quem é Engels, quem é Emilia Ferreiro, mas não sabem o que [é] metodologia de ensino. E 56% das crianças na ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) estão no estágio um e dois de proficiência, ou seja, são analfabetos ou analfabetos funcionais. Esse é o quadro da nossa educação. É com isso que temos que nos indignar” (SENADO FEDERAL, 2016c, p. 29).

⁵⁵ A dissertação em tela compreende a categoria de intelectual coletivo a partir da pesquisa de Silva e Santos (2022) que consideram que as orientações do Banco Mundial não podem ser analisadas em condições descoladas da políticas e contextos sociais específicos, tendo em vista que sua ação corresponde aos intentos de manutenção de dominância do capital, essenciais à manutenção da ordem burguesa. Neste sentido, suas atuações ocorrem em prol da elaboração e reelaboração de consensos, essenciais à manutenção de elaboração e reelaboração dos consensos hegemônicos.

⁵⁶ A página da MOVA em fevereiro de 2023 publicou um vídeo agradecendo os parceiros de trabalho, as empresas contratantes e informando que estarão trabalhando com um conteúdo mais leve, voltado para o autoconhecimento (MOVA, 2023), e segundo interpretação própria possivelmente focados na venda da melhora do *mindset*.

espaço que deveria legitimar uma compreensão de educação descompromissada com as formações cognitivas superiores.

Para Evangelista (2020) o capital tem a necessidade de espriar uma formação dócil e para isso demanda formar, a partir de uma estratégia organizativa, a produção da sua hegemonia. Neste sentido, a autora evidencia a participação do empresariado já nas graduações, atuando a partir, principalmente, das licenciaturas na modalidade presencial, com 61,7% de toda a formação nacional e na modalidade EAD, cujo ensino “cresceu 993% (511.451 matrículas), majoritariamente na esfera privada.” (EVANGELISTA, 2020, p.4).

Na pesquisa de mesmo nome desta subseção, a autora realiza ainda um levantamento dos APH's participantes do serviço de formação docente, apresentando como resultado o seguinte:

[..] entre 1996 e 2017, ocorreu “um aumento em torno de 715 mil novas instituições, o que representa um crescimento de aproximadamente 680%” nos APHs. A atualização, em 2020, do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), contabiliza 781.921 Organizações da Sociedade Civil (OSCs)⁵. Segundo essa fonte, “mais de 90% das Organizações Sociais (OSs) foram criadas entre 2011 e 2018 (1.017), enquanto 70% das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)⁶ (4.982) surgiram na década anterior, entre 2001 e 2010” (IPEA, 2020, p. 8). 602 OSCs atuam na área de Educação e Pesquisa – 110 OSs e 492 OSCIPs⁷. Tendo sido impossível conhecer todas, desenhamos outro caminho, à frente explicado, para a obtenção de informações com relativo grau de confiabilidade, embora não exaustivas. Em nosso levantamento, realizado com base em quatro sequências de relações entre APHs ligados à formação docente, discriminados com base no núcleo constituído pelo APH Todos pela Educação (TPE), chegamos a um total de 42 APHs – repetidos nas quatro sequências e diretamente vocacionados à formação docente [...] (EVANGELISTA, 2020, p.05).

No contexto de reconfiguração docente é fundamental evidenciar que o alinhamento do discurso/pensamento político-midiático, somado às ferramentas e plataformas de tecnologia difundidas (e vendidas pelas APH's) se apresentam como um imperativo do capital, não só na transformação deste aluno em um trabalhador funcional, mas a transformação deste professor em um mediador de recursos tecnológicos e de pautas não críticas.

5 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO E EMPREGO PARA A JUVENTUDE NAS FORMULAÇÕES DO MOVIMENTO PELA BASE

O termo “pedagogia da hegemonia” foi utilizado por nós a partir da afirmação de Gramsci de que toda hegemonia é pedagógica (NEVES, 2011, p.231).

Presente em todas as etapas de materialização e implantação da BNCC, o Movimento Pela Base apresenta em seu relatório do ano de 2022 a sua história entrelaçada às políticas públicas. Delimitando 2014 como marco inicial das suas pesquisas; 2015 como organizador do seminário internacional de boas práticas da educação; 2016 como provedor de discussões e adequações técnicas; 2017 mobilizador da sociedade civil para as audiências junto ao Conselho Nacional de Educação; 2018 como recomendado para estados e municípios implementarem a BNCC, assim como orientador das escolhas dos materiais didáticos; 2020 e 2021 gestor (monitoramento) da implementação do NEM, que se mantém em 2022, ano que institucionalizam o movimento e aprovam a entrada de novos membros, como, por exemplo, o Movimento Bem Maior – MBM (MOVIMENTO PELA BASE, 2023).

Ao longo desta dissertação é possível ao leitor observar a relação dos intelectuais orgânicos com o empresariado, com os apontamentos do BM, com a demanda de mercado local/regional, com a fala das mídias burguesas e com o Estado restrito destacando nesse processo a participação destes na defesa da manutenção do NEM mesmo após a sua interrupção em março de 2023.

Conforme podemos observar no relato da Prof. Arigésica Andrade Moura (Embaixadora da BNCC, Articuladora Local do Programa de Formação para (Re) elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos nas Escolas dos Municípios Baianos – UNDIME/BA, Coordenadora Pedagógica, Mestre em Educação/UEFS):

Usando a metáfora do catavento, utilizada pela UNDIME/BA em seu Programa de Formação, ousou dizer que o Movimento pela Base é como um catavento que, no decorrer do ano, soprou bons ventos de todas as regiões da Bahia para todos os seus cantos. Em maio entramos nesta ciranda de cataventos. Digo entramos, porque não fui apenas eu. Como nos diz, poeticamente, Ana Mumbuca, “sou um pedacinho de muitos”. Comigo vieram meu município, meu Território, meu Estado. Eu representava uma Coletividade. Uma ciranda se faz no Coletivo e em contínuo movimento. Era preciso girar. Assim, enquanto Embaixadora da BNCC, cirandei! Cirandamos! Encontros formativos, rodas de conversa, acompanhamento do trabalho desenvolvido pela rede, roda de experiências, entre tantas outras

ações, a fim de cumprir mais um compromisso: a (re) elaboração dos PPP's das unidades escolares. Novo passo para a implementação da BNCC. Neste processo, o Programa da UNDIME/BA foi o vento que impulsionou cada ação, o Movimento pela Base soprou saberes da ciência e da experiência, agregando nossa formação. E agora, olhando para o trabalho realizado, vemos um belo mosaico em nosso Território, na Bahia como um todo. Uns com este trabalho concluído, outros (como em Quijingue), em processo. O catavento continua girando. Que bons ventos nos guiem nessa linda tarefa de prosseguir na sementeira, na partilha de saberes, em prol de uma educação de qualidade. Avante, Movimento pela Base! Vamos cirandar! (MOVIMENTO PELA BASE, 2023b, n. p.).

Fazendo uso da liberdade poética da Prof. Arigésica, podemos afirmar que o Movimento Pela Base se movimentou e literalmente “cirandou”, colocando em uma mesma roda diversas frações burguesas a fim de fomentar o pensamento hegemônico. E foi justamente nesta ciranda que a pesquisa entendeu que precisaria desdobrar os indicativos de trabalho ofertados para classe trabalhadora. Afinal, se todo um aparato foi constituído em torno de uma política pública, precisamos desvelar quais os intentos essenciais que estes espriam para a formação da classe.

Com o discurso de uma escola voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências, observamos o delinear da educação a partir das habilidades necessárias ao mercado (FRIGOTTO, 2015). Destacando a ‘inovação’ como uma palavra de ordem para as novas propostas curriculares, conforme podemos observar nos objetivos da inovação no currículo, extraídos do caderno do estudante de Minas Gerais:

Compreender as redes sociais e demais ambientes colaborativos virtuais como um local de convivência. Compartilhamento de dados, que podem ser usado na resolução de problemas. Avaliar e interpretar a comunicação nas redes sociais e demais ambientes virtuais, refletindo de maneira ética e crítica sobre as ações e interações na internet no cotidiano. Reconhecer e compreender o cyberbullying como um problema que faz parte de ambientes virtuais, refletindo criticamente sobre as formas de expressão, posicionando-se contra esse ato, propondo soluções. Produzir conteúdos do cotidiano utilizando elementos hipermediáticos (hipertexto e multimídia) para expressar ideias de forma criativa, responsável e crítica. Promover soluções criativas e inovadoras a problemas sociais com base no uso de tecnologias, tendo como ponto de partida demandas decorrentes de problemas encontrados no cotidiano. Construir artefatos por meio de prototipagem ou pela construção de materiais não estruturados mobilizando conceitos interdisciplinares. Produzir diferentes tipos de soluções algorítmicas para o problema do dia a dia, utilizando diferentes contextos e informações (MINAS GERAIS, 2023, p.4).

Ainda que a palavra crítica esteja presente, observou-se no caderno uma orientação para o trabalho mediado por tecnologias, apontando para a formação do nosso aluno que a

criatividade é ponto-chave para se manter empregável em um futuro próximo. O que destacamos não fugir das orientações do movimento Pela Base, pelo contrário, seus intelectuais articulam a inovação ao empreendedorismo, colocando o aluno como um trabalhador que precisará estar à mercê das condições mercadológicas das plataformas digitais, para garantir suas condições objetivas de vida.

Para o MpB é fundamental que a educação brasileira promova para o estudante conhecimentos sobre inovação, empreendedorismo e habilidades socioemocionais, destacando que serão essas habilidades que contribuirão com a empregabilidade do trabalhador ao mesmo tempo que este também será responsabilizado por sua sobrevivência.

Os novos componentes curriculares, segundo pesquisas (CASTRO, 2020; SILVA & NIENKOTTER, 2022), apontam a existência de uma intrínseca relação das novas competências com as novas relações produtivas, revelando nas duas pesquisas que o trabalhador ideal espriado pelas APHs esta sendo forjado para atuar em constante formação tecnológica e com comportamentos flexíveis, principalmente no que tange a extração de produtividade.

Segundo relato de um dos componentes do MpB:

Participar da redação da proposta curricular para o Novo Ensino Médio ampliou ainda mais meus horizontes e trouxe conhecimentos, de certa forma, complementares ao que já vivenciei com a Colabore e Inove. A proposta do Novo Ensino Médio é pensar em uma nova forma de ensino, diferente e muito mais significativa do que quando eu fiz o Ensino Médio. Começamos a refletir com mais propriedade sobre qual é a finalidade da educação. Será que basta preparar os estudantes para o vestibular? A gente lida com diversos sonhos que precisam ser considerados de outra maneira e não foram antes (MOVIMENTO PELA BASE, 2020).

Em uma parceria do Instituto Porvir Inovações em Educação (membro do MpB), Oi do Futuro e British Council⁵⁷, o Movimento Pela Base divulgou o Guia de Empreendedorismo Social da Educação. Segundo o guia, seus pontos de trabalho são: a promoção da

⁵⁷ Fundada em 1935 e institucionalizada em 1945 a British Council se apresenta como uma organização fundamental na batalha mundial pela cultura, inclusive se apresentando como resistência ao avanço nazista e fascista da segunda guerra. Desempenhando o papel de publicizar a cultura inglesa no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (a última delas foi presidida por Juscelino Kubitschek, na época, prefeito da cidade). Com o objetivo de estreitar laços culturais o projeto ensinava língua inglesa e reunia diversos apoiadores da causa democrática. Evidenciando que parte do trabalho se dava na concessão de bolsas de estudo para o Reino Unido, tendo inclusive como beneficiário Vinícius de Moraes e a Artista Carmem Portinho (responsável pelo gerenciamento de diversos espaços artísticos). Focando em diversas ações diplomáticas entre os dois países encontros e eventos artísticos a British Council teve encontros com nomes como Tarsila, Portinari, Segall e o apoio de Getúlio Vargas, para garantir a sua fundação (BRITISH COUNCIL, 2023, *online*).

transformação social e ambiental, a promoção de práticas de inovação do modelo educacional, o desenvolvimento de competências fundamentais para a vida e, fundamentalmente, o empreendedorismo social da educação, cujo foco se dá na escola conectada aos desafios de formar trabalhadores para o mercado de contemporâneo.

Segundo Porvir:

Lindsey Hall, presidente-executiva da RIO (Real Ideas Organisation), uma das entidades pioneiras no apoio à criação de programas de empreendedorismo junto a escolas britânicas, afirma que o conceito de empreendedorismo social também passa pela questão de pensar em como obter um equilíbrio entre atividade econômica e finalidade social. “Sim, eu quero poder trabalhar de maneira criativa e empreendedora e ganhar algum dinheiro, mas estou fazendo isso para o bem social e ambiental”, exemplifica. Apesar de não estar limitado ao campo do negócio, o empreendedorismo social também pode envolver a geração de recursos. Diante dessa perspectiva, com o suporte de outros agentes do ecossistema, redes de ensino e escolas podem ajudar a criar condições para que ele seja mais um caminho possível para os jovens, mas sem responsabilizá-los pelas soluções de problemas estruturais e nem reproduzir um discurso de fragilização das relações de trabalho (PORVIR, 2023).

Assim como as demais APH's que orbitam o Movimento Pela Base, o Porvir tem relação com a formação docente, formação escolar e conforme observado na citação acima, com o berço do liberalismo. Neste sentido ainda que evoque uma educação que não responsabilize o sujeito/aluno/trabalhador, observamos que este espria uma orientação de geração de renda que garanta impacto social, isto é, além de inovador em algo, o trabalhador precisará fomentar o renda nos espaços mais vulneráveis da sua própria comunidade.

Para Lamosa (2020) a pedagogia da hegemonia tem se aperfeiçoado nos últimos 30 anos dentro do Estado burguês, demonstrando que embora a sociedade política se expresse a partir de intentos distintos, esta se apresenta organicamente no que tange ao avanço do capital na formação da classe trabalhadora.

Segundo o autor duas frentes capitalistas atuaram na educação durante a gestão Temer- Bolsonaro (2016-2022), a frente liberal ultraconservadora, expressada a partir do arquétipo de Jair Messias Bolsonaro, composta por militares, lupemburgueses, setores evangélicos, setores católicos conservadores e aliados internacionais, principalmente o Student for Liberty, que atua em sólidos alicerces de movimentos e expressões políticas, evidenciando aqui o Movimento Brasil livre⁵⁸ e o movimento Escola Sem partido. Enquanto a

⁵⁸ O MBL possui uma composição política histórica ligada a políticos do PPS, PV, DEM, PSDB e PRB (FRAZÃO, 2016), enquanto o Todos Pela Educação, já contava com a participação de diversos membros da

frente social liberal, descrita no segundo modelo, composta pelos banqueiros, industriais, empresários do agronegócio e grandes corporações, expressados a partir do Aparalho Privado de Hegemonia, chamado Todos Pela Educação – TpE (LAMOSA, 2020).

Essas frentes, ainda que distintas, em mercados de atuação e repletas de tensões táticas se expressam como um “bloco de poder” o que, segundo o autor (LAMOSA, 2020), tem colocado o país e, conseqüentemente a classe trabalhadora, em uma condição de dependência política ainda mais aprofundada.

Destacamos que o MpB não foge das expressões políticas aqui apresentadas, pelo contrário, evidencia um alinhamento político (educacional), entre os blocos que anteriormente estavam em disputa, conforme discutiu Lamosa (2020). O Movimento Bem Maior e a Fundação Roberto Marinho⁵⁹, financiadores do Movimento Pela Base (MBM, pós-eleições de outubro de 2020), representam bem essa relação de aliança e disputa intraburguesa. Enquanto o primeiro é sustentado pela empresa MRV⁶⁰ Engenharia (cuja liderança apoiava diretamente a política profascista de Bolsonaro), o segundo é ligado ao maior aparato nacional de comunicação em massa (rádio, televisão, jornais, revistas, sites, *streamings* e redes sociais), sendo este alvo de constantes críticas de Bolsonaro (2018 - 2022).

Sobre essa estranha relação o Jornal Estadão publicou:

Ao longo de seu governo, o presidente Jair Bolsonaro ameaçou em diversas ocasiões não renovar a concessão da TV Globo e de impor critérios rígidos para autorizar a continuidade da operação da emissora. Um dos chavões utilizados pelo presidente para se referir ao grupo de comunicação foi “a mamata vai acabar”. Em 2019, depois da veiculação pela emissora de uma reportagem sobre a morte da vereadora Marielle Franco, a partir do depoimento do porteiro do condomínio Vivendas da Barra, no Rio, onde Bolsonaro tem casa, o presidente insinuou que dificultaria a renovação da concessão. “Vocês têm que estar arrumadinhos para 2022, hein, eu estou dando o aviso antes!”, disse ele na época (BOLSONARO RENOVA, 2022, *online*).

sociedade política, inclusive atuantes no governo de centro – esquerda do PT, como o caso do Fernando Haddad (TODOS, 2018) e empresários.

⁵⁹ Segundo site próprio da Fundação, suas alianças em prol da educação são: a Fundação Bradesco, FIESP-SESI-SENAI, Sebrae, Iabs- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade, OEI- Organização dos Estados Ibero-americanos, Itaú Social, CIEE – Centro de Integração Empresa Escola, FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Unicef, CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Desenvolvimento Sustentável, Gerar – Paraná e Santa Catarina, Eltrobrás, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Vale, Google, Facebook, Instagram, The Freedom fund, Childhood Brasil (FRM, 2023)

⁶⁰ A composição da MRV engenharia se expressa a partir da participação do seu presidente o Rubens Menin, também acionista da CNN, apoiador de Jair Messias Bolsonaro e amigo de Elon Musk (MENIN, 2022, *online*).

Destacamos no Movimento Bem Maior, a presença de outros líderes/grupos empresariais também relevantes para essa pesquisa, tais como: Cyrela⁶¹, a Brasil Capital⁶², Viland Investimento⁶³ (ambas vendedoras e administradoras de ações), Porto Seguro⁶⁴, Localiza⁶⁵, Instituto Liberta⁶⁶ e ao apresentador Luciano Hulk, empresário e também funcionário da Fundação Roberto Marinho (MBM, 2023).

Destacamos que concomitante ao surgimento e ação destas expressões políticas/educacionais, tivemos no Brasil as *fake News* e demais aparatos, legitimando e instigando que a comunidade escolar filmasse e denunciasse professores, sob a acusação destes serem doutrinadores. Chancelando a partir desse novamente para a escola brasileira, o silenciamento da historicidade da sociedade de classes.

Como podemos observar na página do Instituto Liberal:

Há dois dias circula nas redes sociais um vídeo com a fala de um professor doutrinador. O vídeo foi publicado por uma estudante e reforça o debate em torno da doutrinação em sala de aula que, apesar de cansativo, é profundamente necessário, dado que existem sujeitos mentindo sobre sua existência. Tal como escrevi em um texto anterior, só os doutrinadores negam a doutrinação e aqueles que de fato não enxergam são os mais aguerridos [...] (LIBERAL, 2016).

A fala acima citada, não ocorre em um contexto isolado, ela ocorre um mês após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2014-2016), e ocorre na mesma semana em que o Ministro da Educação anuncia o fracasso da educação pública brasileira, assim como também

⁶¹ A Cyrela se apresenta a partir da participação do seu presidente o Empresário Sírio Elie Horn, também apoiador das políticas públicas oriundas do governo Bolsonaro (BONATELLI, 2022, *online*).

⁶² A Brasil Capital é uma gestora de fundos e ações fundada em 2008, focada em companhia brasileiras, cuja filosofia de trabalho é a garantia de investimento seguro para acionistas. Com escritórios no Brasil e Estados Unidos. Originalmente voltada para a gestão de recursos próprios, teve sua estrutura ampliada e atualmente gere recursos próprios e de terceiros, o que incluem clientes institucionais brasileiros e estrangeiros, pessoas físicas e *family offices* (BRASIL CAPITAL, 2023)

⁶³ A Viland Investimentos ou Viland Capital é uma empresa de análise de riscos de juros/moedas e ações. Segundo seu site sua atividade é: “A análise fundamentalista é o alicerce para a construção de nosso cenário global, que definirá os temas de investimento e guiará a distribuição do risco entre os mercados e regiões. Os gestores especializados por mercados definirão a melhor forma de expressar os temas de investimento. O cenário local será construído sempre olhando o Brasil sob uma perspectiva global e contribuirá para o mais preciso dimensionamento do impacto nos mercados” (VILAND, 2023).

⁶⁴ A Porto Seguro é uma empresa ligada a outras 27, seus nichos principais são: Seguros em geral, Seguro de vida e previdência privada, planos de saúde e planos odontológicos (SEGURO, 2023).

⁶⁵ A localiza está presente em 5 países da América do Sul, possuindo mais de 1 milhão de veículos monitorados por telemetria. Seus nichos são: locação de carro, assinatura de carros para empresas e pessoas físicas e venda de carros seminovos (LOCALIZA, 2023).

⁶⁶ Fundado pelo Empresário Elio Horn (já mencionado na composição do Movimento Bem Maior), o Instituto Liberta é presidido pela filha do ex-presidente Michel Temer, Luciana Temer. O Instituto Liberta se coloca como uma organização voltada contra a violência sexual de crianças e adolescentes atua em campanhas publicitárias de conscientização (LIBERTA, 2023).

em consonância com a publicação do PISA (2015), divulgado pela OCDE, Organização internacional para o Desenvolvimento Econômico. Cujo ranking divulgava o Brasil como a pior educação do mundo.

Destacamos que para o aparato o péssimo resultado da educação estava atrelado à péssima formação dos professores da educação básica, conforme afirma Mendonça em entrevista para a Revista Época (Globo):

ÉPOCA – Já se sabe no Brasil e no mundo que o ponto central para aumentar a qualidade do aprendizado é aumentar a qualidade da formação inicial e continuada dos professores. Por que, então, preparar esses professores não vira uma operação de guerra, já que educação é uma prioridade?
Mendonça Filho – Essa é uma das prioridades do nosso governo. Leve-se em consideração que temos uma alocação de recursos para treinamento de professores da ordem de R\$ 1,8 bilhão por ano (EPOCA, 2016).

Em um contexto de guerra cultural contra a escola, o ultraconservadorismo tem se sustentado e alcançado as camadas mais populares da classe trabalhadora, seja com a desenfreada captura da criticidade a partir da perseguição aos professores, seja às ideias mais estapafúrdias acerca de “kitgays”, mamadeiras de piroca, banheiros mistos, militarização e *homeschooling* (LAMOSA, 2020).

Enquanto ocorrem violências simbólicas e não simbólicas com a categoria docente, é espraiado para a classe trabalhadora a necessidade de novos componentes curriculares, tais como: inovação, empreendedorismo, educação socioemocional, educação financeira, evidenciando nesse processo o intento do empresariado em uma nova configuração pedagógica para a formação social do aluno brasileiro.

Segundo Lamosa (2020, p.19):

Essa contrarreforma educacional, iniciada antes do golpe e acelerada após o golpe, é parte de uma ofensiva de novo tipo sobre a educação pública que se investe de um caráter reformista para reafirmar as formas novas de espoliação do capital. É mais uma vez, parafraseando Bertold Brecht, o velho travestido de novo.

Corroborando com o pensamento de Lamosa (2020), temos o estudo de Evangelista (2021) que reconhece que a política educacional brasileira tem sido costurada a partir de um viés doutrinador, que difunde o pensamento liberal, recrutando e orientando novos intelectuais

orgânicos e atuando principalmente em uma condição pragmática de intervenção nas políticas públicas por dentro do aparelho estatal. Destacamos em sua pesquisa que tais organizações se articulam em prol de áreas de interesses distintas, mas sempre em consonância com o interesse do capital, o que segundo a autora, contribuí para entendermos os APHs a partir de frentes móveis, isto é, aparatos distintos que aglutinam suas forças e quadros a partir de uma perspectiva de demandas de interesse estratégico do capital.

Neste sentido evocamos novamente Evangelista (2021) para evidenciarmos que os dois grupos políticos liberais destacados por Lamosa (2020), mesmo que em disputa pela direção do Estado, atuavam (atuam) em uma frente orgânica em defesa do NEM e principalmente dos seus delineados neoliberais, configurando o Movimento Pela Base como uma APH móvel, isto é, construída para atuar nas políticas da educação básica como uma ação estratégica imperialista.

“Toda hegemonia é pedagógica” com essas palavras Neves (2011) descreve que os impulsos do empresariado brasileiro (já na década de 90) apontavam que a participação da burguesia no cenário político-econômico- social era benéfica para o todo. O “reino do bem” como descreve a autora, apresentava uma relação pedagógica de formação de consensos e de condensação de relações de força entre classes e frações de classe que contribuíam diretamente para consolidar a hegemonia dos grupos dominantes na política nacional.. Com base na literatura dominante do período, com destaque para o livro “A Terceira Via”, de Giddens, Neves (2011), evidenciou que a transição do gerenciamento hegemônico, do Estado para o empresariado, teve quatro movimentos concomitantes: 1- A “conformação de novos cidadãos mediante a consolidação dos valores do individualismo, do empreendedorismo e do colaboracionismo”; 2- A “assimilação dos movimentos sociais classistas ao projeto neoliberal requeitado e requintado da Terceira Via”; 3- A implementação de um projeto político de desarticulação da classe trabalhadora, que contou a “perda do piso nacional”, a “desarticulação da organização dos professores” da educação básica; 4- A “proliferação de novos aparelhos privados de hegemonia, denominados genericamente das organizações não governamentais” (NEVES, 2011 p.231-233).

Conforme a pesquisa em tela busca apontar, a pedagogia da hegemonia não possui aliados somente no campo da direita, sua relação também se dá com políticos compreendidos como centro-esquerda brasileiros⁶⁷ (PDT, PSB e PT), conforme observamos na constituição

⁶⁷ Aqui compreende-se como centro-esquerda os partidos que se organizam a partir da retórica de construção de uma conciliação de classes, na qual os interesses das classes dominantes e classes trabalhadoras poderiam ser atendidos, negando a própria natureza da lógica do capital com sua dinâmica antagonica.

do aparato político em torno do NEM. Essa relação amigável com o empresariado pode ser observada no último congresso promovido pelo Todos Pela Educação, já no ano de 2023, o “Educação Já”, que teve a participação de diversas lideranças políticas da gestão do atual do governo Lula (2022 – 2026), nomes como o do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), o Ministro da Educação Camilo Santana (PT), a ministra do planejamento Simone Tebet (MDB) e até os das ministras, Anielle Franco (PSOL) e Sônia Guajajara (PSOL), como palestrantes no evento.

Segundo Camilo:

Para construir políticas de longo prazo precisamos de um grande **regime de colaboração**. É importante a liderança do governador, do prefeito, dos secretários de Educação. Tem de ser um pacto que envolva os 27 estados e o presidente da República, para que cada governador crie seu comitê com seus prefeitos e construa um processo de valorização, acompanhamento e monitoramento de políticas educacionais (TODOS, 2023, *online*, grifo nosso).

A racionalização da educação básica voltada para o desenvolvimento social apresenta de forma clara as diversas frentes de atuação do capital dentro da política pública brasileira, ora a partir das votações contra o direito dos trabalhadores e limitação de investimentos em áreas fundamentais, ora no oferecimento de estudos e serviços que aprofundam ainda mais o acesso ao fundo público e a nova formação da classe trabalhadora, a formação da conformação da sua condição de dominada. Deste modo, compreendemos que é a partir de estratégias organizativas que o capital produz hegemonia no âmbito da sociedade civil, da sociedade política e do Estado “para obliterar as organizações da classe trabalhadora e sua potencial capacidade de erupção” (EVANGELISTA, 2021).

Neste sentido, destacamos que:

[..] hegemonia se traduz como a capacidade de unificar mediante a ideologia e, ao mesmo tempo, conservar unificado um bloco social que jamais será homogêneo, posto que, caracteriza-se por profundas contradições de classe e também de disputas intraburguesas. Caberia então aos intelectuais orgânicos do capital, entendidos, [...] como mediadores do consenso, a função de elaboradores da ideologia da classe dominante. (EVANGELISTA, 2022, p.2).

É destaque na pesquisa em tela a relação dos APH's, dos intelectuais orgânicos e coletivos com a pedagogia hegemônica que tem sido proposta para a classe trabalhadora

brasileira, conforme observamos ao longo das seções anteriores. As proposições curriculares observadas, e já sinalizadas nesta pesquisa, apontaram para um esvaziamento da criticidade histórica e tornaram-se imperativas de novos serviços do capital, que vendem formações, materiais e reorientam seguindo uma lógica de naturalização da precarização do trabalho.

A reestruturação produtiva observada por Antunes (2020) com a indústria 4.0, evidenciou que os novos indicativos de trabalho são crescentemente individualizados, os trabalhadores que outrora foram direcionados do campo para a cidade (MARX, 2013) passam agora a serem encaminhados para um trabalho intermitente, cujo único vínculo com o capital se dá a partir da produtividade.

Segundo Previtali e Fagiani (2020), a “quarta revolução dos meios de produção” tem sido a nova reestruturação produtiva mundial, a 4.0, que se organiza a fim de garantir a melhor performance do capital em diversas frentes de atuação, reverberando no surgimento das incessantes ferramentas de formação ideológica.

Para Antunes (2020) esta organização se dá a partir dos novos mecanismos de acumulação criados pelo capital financeiro do nosso tempo, que se organizam a partir da trípole de empregabilidade do capitalismo: a terceirização, a informalidade e a flexibilidade, de modo que toda a organização de trabalho passa a ser concebida a partir da lógica de produtividade, flexibilidade e autogestão/autorregulação/ autorresponsabilização do trabalhador (ANTUNES, 2020).

Esse movimento pode ser reconhecido a partir de aplicativos e plataformas, que pagam somente o que foi produzido (percorrido/entregue), estabelecendo assim para o trabalhador nenhuma garantia de vínculo, de negociação e até de organização.

Antunes (2020) evidencia que a relação da indústria 4.0 com as transformações acerca do currículo da educação básica surgem em 2016 e segue até 2018, ganhando formulações e um corpo teórico de apoio. Segundo o autor:

Sua denominação, indústria 4.0, estampa, segundo seus formuladores, uma nova fase da automação industrial, que se diferencia da Revolução Industrial do século XVIII, do salto dado pela indústria automotiva do século XX e também da reestruturação produtiva que se desenvolveu a partir da década de 1970. A essas três fases anteriores sucederá uma nova, que consolidará, sempre segundo a propositura empresarial, a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e controlando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI (ANTUNES, 2020 p.43).

Os trabalhos mediados por recursos tecnológicos não ocorrem em condições abstratas, mas ocorrem em diferentes formas de extração de valor, evidenciando que em demais atravessamentos da extração pode ser ainda maior, tal como raça, gênero e território. Quando maior a relação de recortes da superestrutura estabelecidos, maior a subsunção aos interesses do capital (MORAIS, 2015).

Gramsci entendia que à sociedade civil se elevava até a sociedade política, colocando-a como pertencente a mesma dimensão (superestrutura), ou seja:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado” planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. (GRAMSCI, 2016, p. 17).

Neste sentido, entender que os delineados relacionados à formação e a empregabilidade da classe trabalhadora são sistematizados por quem lucra com a sua miséria, faz parte da constituição dos estudos dos principais revolucionários da história, que se atentaram em apresentar e, ao mesmo tempo, disputar a consciência da classe.

Segundo Thompson (1963, p. 203):

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam na lei de novas maneiras. [...] Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressão sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados.

No que tange a formação do trabalhador entende-se que sua experiência e possibilidades atuam em condições dialéticas, transformadas a partir do embate das classes e suas estruturas de atuação (RAGAZZINI, 2005), neste sentido a pesquisa se viu envolvida em mais dois desafios, o de apresentar as condições históricas de reestruturação produtiva do

capital e o de apresentar a complexificação da relação do avanço do capital fictício a partir das políticas educacionais.

Diante do exposto, nas duas próximas subseções discutiremos as condições históricas espraiadas para os trabalhadores sobre trabalho e a relação destas com o desenvolvimento da burguesia nacional, aliança internacional e endividamento do Estado.

5.1 CONTRADIÇÃO DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E A SUA HISTÓRIA SEMPRE ATUAL

[..] a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como por meio da acumulação o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe (LUXEMBURGO, 1985, p.86)

Ao apresentar alguns elementos que constituem as condições da classe trabalhadora contemporânea, a pesquisa orientou-se pelas transformações do históricas do trabalho, evidenciando, em Marx (2013), que as transformações do sistema feudal na infância do capital eram delineadas por um aparato que orientava e coagia os camponeses, ao mesmo tempo que indicava como única possibilidade a subserviência às novas condições de trabalho, delineadas pela burguesia industrial (nova) e o Estado.

Segundo certa cultura bíblica popularizada, existiam (existem) dois tipos de pessoas, uma extremamente trabalhadora, econômica e com astúcia para transformar pouco ou quase nada de recursos em patrimônios, e outra que composta por vadios e ignorantes que, ao invés de acumularem, foram dissipando o que tinham. Decerto para o segundo grupo, o dos mais pobres, os menos esforçados, deveria sobrar somente o pão com o suor do rosto para sobreviver. “Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele” (MARX, 2013 p. 785).

O pecado escancarado que contribuíra com a manutenção de um povo submisso, encobria a história real da espoliação da classe trabalhadora, do seu assalto, das violências sofridas e das causas reais de sua morte. O que de fato havia é que o formato idílico destas narrativas escondia por trás de um pecado original, o pecado econômico presente nas condições hediondas que a classe trabalhadora era paulatinamente delineada a acreditar como realidade (MARX, 2013).

Segundo Marx (2013), a ideologia do trabalho como forma de enriquecimento obscurecia as reais condições de acumulação da classe burguesa, que ocorria a partir da expropriação de terras camponesas, da conversão dos meios de vida/ de produção em capital, da violência como fomentadora do capitalismo moderno, da transformação dos trabalhadores, desapropriados dos meios de produção, em vendedores de força de trabalho, da centralização da riqueza e do desenvolvimento do sistema colonial/escravagista moderno.

Para o autor, as transformações das condições sociais de produção e reprodução da vida ocorrem no seguinte formato:

[...] o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2013, p. 787).

Neste sentido, para Marx (2013), o processo de criação da relação capitalista é o processo de separação entre o “trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (2013, p.789). O que, segundo o autor, evidencia-se como condições primitivas do capital, pois esse se constitui principalmente com a transformação do modo de produção. Conforme podemos ver abaixo:

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito já empalideceu. (MARX, 2013, p. 767).

O humanista Thomas Moore (1779- 1852), ao analisar o movimento de êxodo rural inglês, escreveu que as ovelhas haviam devorado os homens, pois a partir da política de

Estado, a *enclosure*, as terras de subsistência dos camponeses tornaram-se pastos para os animais, principalmente as ovelhas que forneciam a matéria-prima da indústria têxtil (MORE, 1999). O autor descrevia, com isso, a interferência do Estado na primeira transformação dos meios de produção, que segundo Marx (2013, p.789), obrigou “uma massa de proletários absolutamente livres” a abandonar a terra e seguir para o mercado de trabalho industrial, contribuindo com o fim do sistema feudal e a ascensão da dominação burguesa na economia.

A classe trabalhadora despossuída dos seus meios de subsistência tinha sua extração de trabalho disciplinada/coagida a partir de leis grotescas do Estado, açoites, ferro, brasa, tortura. Caso o trabalhador ousasse resistir à legislação (Eduardo VI) o Estado o punia como vadio e o colocava na condição de escravo do senhor que antes o contratara (MARX, 2013).

Os marcos tecnológicos que envolveram as transformações históricas dos meios de produção são marcos temporais que apresentam a materialidade de um avanço da burguesia. Marx, ao analisar este fenômeno na Inglaterra, evidenciou que a revolução gloriosa de 1689 inaugurou a era do capitalismo, a era da escalada de roubos de propriedades de domínio público (MARX, 2013).

Neste sentido, a terra, cada vez mais expropriada dos camponeses, era cedida, presenteada, usurpada, anexada ou vendida por valores irrisórios. A aristocracia latifundiária, somada aos membros da bancocracia e grandes manufactureiros, se manifestava nas expressões burguesas da época, que tinham como principal objetivo liberar a população rural para as indústrias, inchando assim a população da cidade e rebaixando sua condição de expropriada à proletarizada (MARX, 2013).

Marx (2013) evidencia que não foram todos os camponeses que partiram para os centros urbanos, porém os que resistiram foram alvos de táticas violentas de migração,

De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram incumbidos da execução dessa tarefa e entraram em choque com os nativos. Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar (MARX, 2013, p. 802).

Destaca-se, em Marx (2013), que a história nos apresenta um movimento burguês de buscar e operacionalizar o Estado para regulamentar a sua condição de classe dominante. Nesse sentido os ordenamentos políticos passam a contribuir no que tange à regulamentação do salário e das condições de sobrevivência da classe trabalhadora, apontando que o Estado

atua forjando limites favoráveis para a produção de mais valor, criando leis que fomentam dois vieses, uma maior extração a partir de jornadas exaustivas e a constituição de um grau de dependência (medo) no trabalhador da própria condição (desta piorar). É este o momento fundante da acumulação primitiva.

Neste sentido ressaltamos que o sistema colonial que espoliava a partir de saques, escravidão, latrocínio, em consonância, também se fortalecia a partir das indústrias manufatureiras em ascensão (que também precisava de mercado para seu escoamento), políticas de endividamento público, imposto escorchantes, protecionismo e guerras comerciais (MARX, 2013).

Para Marx:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco (MARX, 2013, p. 821).

Enquanto a Europa acumulava “os tesouros espoliados fora do velho continente [...] saques, escravidão⁶⁸ e latrocínios” (p.821), que contribuíram com o fortalecimento econômico e político da infância burguesa (europeia), novos mercados e de consumo se abriam partir das colônias.

Segundo Williams:

No comércio marítimo triangular, a Inglaterra – bem como a França e a América colonial – fornecia os navios e os produtos de exportação; a África, mercadoria humana; as fazendas, as matérias-primas coloniais. O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucros por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas com mais lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais que seriam levados de volta ao país de partida. Aumentando o volume do tráfico, o comércio triangular foi suplementado, mas nunca suplantado, por um comércio direto entre a Inglaterra e as Índias Ocidentais,

⁶⁸ “[...] na paz de Utrecht, a Inglaterra arrancara dos espanhóis, pelo Tratado de Asiento, o privilégio de explorar também entre a África e a América espanhola o tráfico de negros, que até então ela só explorava entre a África e as Índias Ocidentais inglesas. A Inglaterra obteve o direito de guarnecer a América espanhola, até 1743, com 4.800 negros por ano. Isso proporcionava, ao mesmo tempo, uma cobertura oficial para o contrabando britânico. Liverpool teve um crescimento considerável graças ao tráfico de escravos. Esse foi seu método de acumulação primitiva, e até hoje a “respeitabilidade” de Liverpool é o Píndaro do tráfico de escravos, que – cf. o escrito citado do dr. Aikin, de 1795 – “eleva até a paixão o espírito de empreendimento comercial, forma navegantes afamados e rende quantias enormes de dinheiro”. Em 1730, Liverpool empregava 15 navios no tráfico de escravos; em 1751, 53; em 1760, 74; em 1770, 96; e, em 1792, 132.” (MARX, 2013, p. 829).

no qual as manufaturas de produção interna eram trocadas diretamente por produtos coloniais” (WILLIAMS, 2012, p. 90).

Esse processo de expropriação de recursos do novo mundo contribuiu com o saque de riquezas naturais e extermínios, marcando profundamente a reprodução social da América Latina e a constituição de uma burguesia brasileira politicamente dependente. Enquanto a Europa desenvolvia o capitalismo a partir das relações de produção manufatureiras, no hemisfério sul se expandia a exploração do trabalho escravo em detrimento do enriquecimento da aristocracia rural.

Nesse cenário observamos que, assim como crescia o tráfico humano de exploração e a escravidão nas colônias, se desenvolviam as indústrias da Inglaterra, França e Holanda,

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças. Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”. Ordenado o colonialismo através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas regiões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham as multidões de desamparados e anônimos da história. Não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos constituíram, estruturaram e dinamizaram (1994, p. 2 - 4).

Segundo Williams (2012), a população europeia não teria quantitativo de trabalhadores para a produção em larga escala de açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo, se contasse somente com a população europeia livre*, que já vinha sendo orientada para a ocupação dos postos fabris, demonstrando que o processo de busca de novos trabalhadores se deu em condições ainda mais desiguais em relação às enfrentadas nas periferias europeias. Segundo o autor, a busca pela ocupação de postos de trabalho se tornou ainda mais desumanizada se comparada às que já eram conhecidas, pois agora recorriam aos aborígenes e africanos⁶⁹ para o trabalho forçado.

⁶⁹ É evidente que as condições objetivas desta pesquisa não permitiram que nos aprofundássemos em todos os processos históricos apresentados, entretanto a escravidão aqui evidenciada não contribuiu somente com o

No que diz respeito ao Brasil, para Fernandes (2006) a burguesia nacional não apresentou rupturas com a ordem escravagista, pois a dominação de classes sobreviveu principalmente a partir da aristocracia rural que, graciosamente, o autor denominava de burra e atrasada, por conta da sua também relação de subserviência aos interesses internacionais, que ele chamava de dominação externa.

A dominação externa apresentava um padrão sociológico, o primeiro relacionado ao tipo de dominação colonial, tendo em vista que Portugal, assim como Espanha, não eram suficientemente fortes para sustentar o desenvolvimento da exploração das colônias e sustentar as disputas e controles econômicos (com Holanda, França e Inglaterra) e o segundo, relacionado a subserviência comercial imediata, que ritmava a extração e exigia envio imediato das produções/colheitas/ extrações. O que contribuiu com o desenvolvimento das vias industriais dos países centrais da Europa (FERNANDES, 2006).

A burguesia brasileira desenvolveu-se em condições distintas da europeia, tendo o processo estrutural e dinâmico da sociedade e da cultura organizado a partir de um longo processo social de amadurecimento, de um regime escravocrata – senhorial para um regime de classes (FERNANDES, 2006).

Os originários da burguesia nacional não se organizavam em condições objetivas contra as economias centrais, isto é, não havia o interesse em ruptura com a política de dominação econômica externa. O que havia era o interesse na manutenção do *status quo*.

Para Galeano:

Segundo a voz de quem manda, os países do sul do mundo devem acreditar na liberdade de comércio (embora não exista), em honrar a dívida (embora seja desonrosa), em atrair investimentos (embora sejam indignos) e em entrar no mundo (embora pela porta de serviço). Entrar no mundo: o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. Nada de novo. A América Latina nasceu para obedecê-lo, quando o mercado mundial ainda não se chamava assim, e aos trancos e barrancos, continuamos atados ao dever de obediência. Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata, e seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo... O que nos legaram esses esplendores? Nem herança, nem bonança. Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas de infelizes condenados à morte precoce e palácios vazios onde deambulam os fantasmas. Agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques da celulose e do novo cardápio dos automóveis, que

desenvolvimento de Manchester, contribuiu também com as condições oferecidas para a classe trabalhadora brasileira até os dias atuais.

já não comem apenas petróleo ou gás, mas também milho e cana-de-açúcar de imensas plantações. Dar de comer aos carros é mais importante do que dar de comer às pessoas. E outra vez voltam as glórias efêmeras, que ao som de suas trombetas nos anunciam grandes desgraças (GALEANO, 1977, p.3).

Já a segunda metade do século XX apresentou para a América Latina um amargo contragolpe dos avanços sociais, após a Revolução Cubana (1959), apoiada pela União Soviética, os países latinos tiveram forte influência da política norte-americana, militares e a burguesia local, evidenciando nesses recortes históricos os golpes de: Guatemala e Paraguai (1954); Argentina (1962); Brasil (1964); República Dominicana (1965); Peru (1968); Uruguai e Chile (1973); que para Florestan (2006) apresentavam (apresentam) uma associação hegemônica entre o capital estrangeiro e o Estado (instrumento burguês).

Para Marini⁷⁰ (2018) a América Latina atravessava um período contrarrevolucionário, que afetava a estrutura e o funcionamento social, demandando um esforço de análise das condições objetivas a partir da sua relação com a força e a direção, sem desprezar a política nacional militarizada com forte vínculo internacional.

Segundo o autor, este movimento autoritário estava relacionado ao avanço revolucionário dos trabalhadores/camponeses da Argélia, Congo, Vietnã e Cuba e ao enfrentamento mundial da perspectiva política soviética de luta de classes. Caracterizando neste movimento o surgimento de uma forte doutrina de contrainsurgência social no país (MARINI, 2018).

A contrainsurgência “é um enfoque militar à luta política” que se banha de estratégias fascista de aniquilação do oponente, elevando a adoção de métodos militares a uma guerra tática de contenção ao “vírus revolucionário”. O movimento ocorre, portanto, sob a roupagem de um movimento de reorganização política em prol da democracia burguesa. Entende-se que se estes grupos se utilizam principalmente de “propaganda, da intimidação verbal e até física”, assim como a formação de “grupos armados”. Destacando que a “burguesia contrarrevolucionária” buscava desmoralizar o movimento popular e ganhar força, “somando aliados e neutralizando setores”. (MARINI, 2018, p. 2).

⁷⁰ Exilado no México por conta da ditadura brasileira, Ruy Mauro Marini é convidado para o evento: Las fuentes externas del fascismo: el fascismo latinoamericano y los intereses del imperialismo, realizado no Seminário Permanente sobre América Latina (Sepla) no dia 20 de julho de 1978 no México e traduzido por Rodrigo Castelo em 2018.

Deste modo, a contrarrevolução ocorre principalmente quando um grupo (frações contrarrevolucionárias) assume o Estado e o coloca em seu benefício, institucionalizando e utilizando de métodos abundantemente fascistas de reorganização social.

Não podemos desprezar que o movimento natural da burguesia em termos de reorganização é o de criminalizar a militância, criar narrativas de ódio para a classe trabalhadora e silenciar. Essa movimentação aconteceu na Itália de Mussolini, com o fechamento do congresso e a prisão/assassinato de diversos políticos, dentre eles Antônio Gramsci, e aconteceu com a ditadura militar brasileira, que com o apoio da CIA perseguiu e assassinou diversos revolucionários/ intelectuais, dentre eles Carlos Marighella⁷¹.

Para Florestan (2006) os dilemas históricos latinos são atravessados por duas realidades relacionada à sua estrutura econômica de dependência, sua herança sociocultural e a política nacional, que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo do país, apontando que a dominação externa é a verdadeira responsável pela organização dos estímulos a um modelo de modernização e crescimento a partir de estágios avançados imperialistas.

Sobre a situação dos países dependentes Santos (2011) escreveu:

A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e autoimpulsionar-se, enquanto que outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo desta expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes (SANTOS, 2011, p. 361).

A teoria marxista de dependência (TMD) contribui para analisarmos os aspectos do nascimento da industrialização nacional, a partir da relação da burguesia nacional com a dominação política externa, evidenciando nos recortes estruturais o aprofundamento da extração de trabalho das camadas ainda mais precarizadas, a partir desta aliança.

⁷¹ Filho de um imigrante italiano com uma negra baiana descendente dos revolucionários que atuaram na revolta dos malês, Marighella nasceu na Bahia, na madrugada seguinte ao dia de Inhasã, estudioso, costumava divertir seus professores com poemas e prosas em todas as provas, até mesmo as de física. Filiado ao PCB atuou na organização tática até a sua caminhada para a revolução armada. Escreveu o clássico revolucionário o Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano (MARIGHELLA, 1969).

Neste sentido, entendemos a dependência como uma articulação da burguesia brasileira com a imperialista, modificando apenas a sua relação histórica de dominação, que sai da Europa e migra para os EUA, ressaltando esta alteração de dominação global. Após a conferência de Breetton Woods, em 1944, cujos pontos se davam na cooperação do Banco Mundial (que fica em Washington/EUA) para o desenvolvimento dos países envolvidos na guerra e, posteriormente, América Latina. Destacando que nesse movimento os EUA emprestavam dinheiro, vendiam material bélico em larga escala, forneciam formulações que contribuíam com o desenvolvimento da economia e padrão de vida americano, elevando à escala mundial o padrão de sociabilidade burguesa ideal, a do americanismo.

Segundo os artigos do Acordo de Bretton Woods, 1944:

Quando os privilegiados são poucos e os desesperadamente pobres são muitos, e quando a brecha entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, é apenas uma questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião (MCNAMARRA, 1972, p.31).

A ditadura militar brasileira cumpre esse importante papel contrarrevolucionário na história nacional, sincronicamente ela contém os movimentos dos trabalhadores e das organizações políticas sociais da década de 1960, interrompendo o desenvolvimento das estatais e aprofundando o processo de industrialização a partir de um novo padrão de acumulação. Evidenciando que é na ditadura militar que empresas (estrangeiras) situadas no departamento III da indústria (bens de consumo duráveis) passam a submeter a economia aos ritmos internacionais de reprodução e acumulação de cunho monopolista (MACIEL, 2014).

Neste sentido é importante destacarmos que a reorganização do Estado durante a ditadura militar contribuiu diretamente para impedir o avanço das frações revolucionárias brasileiras/latinas e para uma nova dependência de formulações políticas e econômicas. Evidenciando que o capitalismo dependente brasileiro que emerge das explorações coloniais chegava a contemporaneidade trocando apenas a sua gestão. O que antes contribuía com o desenvolvimento europeu agora coopera com o consumo e a importação dos padrões culturais americanizados.

Destacamos que a ditadura militar brasileira contou com o apoio do empresariado e diversas “famílias de bem”, agrupamentos como rotarys, lions e grupos religiosos atuaram como mobilizadores da extrema direita (PILOTTO, 2021) e torturadores, como é o caso do

Henning Albert Boilesen, famoso após o documentário de 2009, chamado *Cidadão Boilesen*⁷².

Eleitos indiretamente, os cinco presidentes do período da ditadura militar brasileira atuavam disfarçando as evidências da relação que o regime militar tinha com a economia política do país e a agência de inteligência americana. Diferentemente de outros governos que possuíam a imagem de um ditador, como no caso da Argentina e Chile, no Brasil havia uma ditadura que intencionalmente cultivava uma imagem democrática.

A partir da doutrinação da segurança nacional, principalmente no que tangia o anticomunismo (contrarrevolucionária estadunidense), as forças armadas do país forjaram narrativas e ataques terroristas a fim de justificar atrocidades como devolutiva. Desses eventos destacamos o ataque ao Riocentro, forjado pelos militares que buscavam alternativas das práticas violentas e morte dos contrários (revolucionários) ao regime. O plano consistia em explodir os trabalhadores que estavam assistindo ao show de diversos artistas. A comemoração da véspera do dia do trabalhador foi marcada pelo atentado “planejado por militares, seria atribuído a militantes de esquerda, mas uma das bombas explodiu antes, matando um sargento e ferindo um capitão” (SENADO, 2021).

Sobre esse período Rodrigues (1999, p. 64) irá dizer:

[...] manifesta uma descrença generalizada. Nos governantes, na existência de saídas, enfim, na possibilidade de tudo se ajeitar. Havia também irresponsabilidade nos pronunciamentos políticos e nas atitudes de grande parte dos governantes. Como acreditar nas boas intenções do poder público se elas são, diariamente, desmentidas pelos fatos?

O período também evidenciava que o pensamento sociológico defrontava-se com dois movimentos, a continuidade do pensamento marxista que fomentava a modernização via Estado e políticas sociais e o pensamento da “decadência da sociedade latino-americana”, movimento este que constituía narrativas sociológicas delimitadas para o fenômeno de dissolução social (LAVALLE, 2003, p. 94).

O processo de redemocratização se documenta a partir da Constituição de 88, evidenciando nesse documento a manutenção do empresariado nas decisões políticas nacionais, principalmente a partir das brechas jurídicas que segundo Brettas (2020) complexifica as políticas públicas a partir do neoliberalismo. Conforme veremos na próxima subseção.

⁷² CIDADÃO Boilsen. Direção: Chaim Litewski. Local: Brasil, 2009.

Conhecido como o “caçador de marajás” o Presidente Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito pelo voto popular depois de 25 anos de regime de exceção, seu curto período governamental, foi marcado por escândalos de corrupção o que levou a Câmara dos Deputados a autorizar a abertura do processo de Impeachment afastá-lo (BRASIL, 1992).

Contemporaneamente, discutir o chocar do ovo da serpente pelas vias democráticas burguesas é entender que as eleições presidenciais travadas no ano de 2014 no Brasil traziam consigo não somente a relação trabalho x capital, mas discussões que impulsionavam a participação de movimentos políticos intraburgueses em novas (velhas) formulações para a classe trabalhadora e que tais movimentos contavam com apoio argumentativo e financeiro de um importante ator político, intelectual, financeiro e, principalmente, cultural do capital, o Banco Mundial.

Destaque no cenário brasileiro, a movimentação evangélica no entorno da consciência de classe, tornará esse campo de disputa política ainda mais conflituoso, já que suas posturas transmutaram de organizadores de feriados e “praças da bíblia⁷³” a defensores do ultraconservadorismo, principalmente contra feministas, pessoas trans e homoafetivos. Agindo esses em consonância com as vias burguesas para inflar ações e mobilizações reacionárias, conforme observamos com o gigantesco crescimento da frente parlamentar evangélica⁷⁴. Assim como nas manifestações pró-ditadura militar que contavam com a igreja e representantes da burguesia nacional, em torno da moral, da família, de Deus e dos bons costumes, observamos um novo aparato em torno desses e de tantos outros slogans pró-fascismo, pró reforma, pró financeirização (CAPITAL, 2022).

Um aparato que apesar de complexo, foi se desdobrando ao longo desta pesquisa, impedindo inclusive que esta caminhasse sem contemplar as suas múltiplas funções, assim como por diversas vezes, exigindo mais de uma discussão (aspecto) sobre o mesmo assunto.

A permanência histórica da influência dos militares na política brasileira é novamente desvelada, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (2018 - 2022) e ascensão deste bloco, que evidência neste processo o surgimento de perfis políticos e sociais ultraconservadores e

⁷³ Assim como a minha cidade natal, São Gonçalo-RJ, trocou a praça de nome Chico Mendes para praça da Bíblia, diversas outras cidades fizeram o mesmo, tal como Luziânia – GO, São Caetano do Sul-SP, Camboriú-SC, Saquarema RJ e tantas outras.

⁷⁴ Segundo o Senado (2023) parte dos parlamentares brasileiros criaram uma frente evangélica que segundo Damares não fará oposição ao governo Lula, mas estará orando por ele. Até o momento a frente conta com o Senador Carlos Viana (Podemos– MG), Damares Alves (Republicanos- DF), Eliziane Gama (PSD- Maranhã), Alan Rick (União-AC), Cleitinho (Republicanos-MG), Eduardo Girão (Novo-CE), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Jorge Kajuru (PSB-GO), Jorge Seif (PL-SC), Magno Malta (PL-ES), Marcos do Val (Podemos-ES), Mecias de Jesus (Republicanos-RR), Rogério Marinho (PL-RN), Zequinha Marinho (PL-PA) e a senadora Soraya Thronicke (União-MS).

militarizados (LAMOSA, 2020), que durante todo o período de transição (Bolsonaro - Lula) buscavam articulações em prol de um novo golpe ao povo brasileiro (FREIRE, 2023, *online*).

Gramsci ao analisar as condições históricas do fascismo realiza uma crítica ao seu substrato cultural, pois evidencia nas matrizes do regime sua relação com a formação da consciência da classe trabalhadora (senso comum, Estado, Igreja e Intelectuais do passado e presente). Para o autor, o fascismo ainda que diferente em cada país, possui um único conteúdo, a crise de hegemonia da classe que domina. E é neste ponto que o autor desdobra as estruturas de cultura e moralidade, assim como o processo de cooptação das lideranças operárias. O teórico sardo evidencia no socialismo humanitário e burguês novas fases do capital e a ascensão deste a partir de uma revolução passiva⁷⁵. Neste sentido o fascismo é, portanto, uma fase histórica de reorganização internacional, que permite a partir de um processo autoritário e ideológico, passagem ao novo modo de produção e novas formas de consciência e conformação (LINGUORI & VOZA, 2017).

Segundo Leher (2019) o bloco de poder brasileiro apresentou centros de poder dentro do Estado, evidenciados no ano de 2013, durante o governo de Dilma Rousseff. Os setores empresariais passaram a atuar a partir de movimentos interseccionais, isto é o conjunto da burguesia passou a operar a partir do financeiro-especulativo e gerir o produtivo, entretanto, segundo o autor existe uma clara hierarquia dentre os centros de poder, os operadores do capital financeiro.

Para o autor:

As suas exigências em relação à apropriação privada do fundo público, aos direitos trabalhistas, à previdência social, à exploração das commodities, ao agronegócio, à remoção de obstáculos e entraves ambientais e à flexibilização da demarcação dos territórios dos povos indígenas definiram nova agenda para o Estado, que somente poderia se viabilizar se assentada em bases autocráticas [...]O resultado foi conhecido: o impeachment extralegal que destituiu Dilma do governo. São frutos desse processo a Emenda Constitucional nº 95/2016, a contrarreforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a flexibilização ambiental e a da legislação de terras. Mas o governo Michel Temer apenas iniciou o processo de recalibração do padrão de acumulação. Objetivando seguir na mesma agenda regressiva, sem alternativas exequíveis e realistas, o

⁷⁵ Para Gramsci da política dos moderados surge uma revolução sem revolução, isto é, a partir da inexistência da resistência popular que teve sua liderança cooptada surge no movimento intelectual novas ideias de progresso (direção e domínio). Ao analisar o *Risorgimento* italiano Gramsci apresenta que a sua base teórica para a reflexão acerca da revolução passiva se dá em duas premissas marxistas, que nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas internas ainda encontram lugar para um progredir e que não há tarefas para a sociedade que não foram previamente germinadas (LINGUORI & VOZZA, 2017).

bloco no poder convergiu no apoio à candidatura de Jair Bolsonaro (LEHER, 2019, p. 4).

Para Silveira (2020), a saída de Dilma Rousseff (2014 - 2016) foi uma resposta à crise capitalista tendo em vista que após a sua destituição o governo de Michel Temer (2016 - 2018) realizou uma sequência profunda de reformas, elogiadas pelo BM e OCDE, evidenciando que a alegria histórica do capital internacional é a subtração das condições de formação e existência da classe trabalhadora.

Dentre as reformas apresentadas pela gestão Temer (2016-2018) temos a emenda sobre o teto das despesas primárias, tais como saúde e educação; a ampliação da lei de terceirização; e a reforma trabalhista de 2017, que fragiliza o poder de articulação e resistência da classe trabalhadora e a delibera aos interesses do empresariado.

Neste sentido, a narrativa da crise educacional trata-se da busca do empresariado em expandir as “perversas mazelas” de exploração *ad eternum*, isto é, a partir das tendenciais quedas das taxas de lucro, previstas por Marx. As contratendências são operadas para apresentar alternativas e condições de rentabilidade, que se destacam a partir das reformas que visam “assegurar as contas públicas e a estabilidade política” (GAWRYSZEWSKIA, 2017, p.83-85).

Destacamos que o governo petista não pode ser isento da sua parcela de responsabilidade no que tange à formação da consciência da classe trabalhadora, evidenciando que desde os programas de aprendizagem profissional dos anos 2000 às novas políticas de acesso ao ensino superior, os trabalhadores já tinham novas relações de trabalho sendo delineados a partir de uma perspectiva global de produtividade e de formação para um trabalho desconectado das historicidade da classe (ANTUNES 2020, SEIKI 2021; ANDRADE 2021), primando o que seria a participação do empresariado as novas concepções trabalho, assim como sua atuação via parceria público-privada. Nessa relação dois pontos se articulam, o acesso ao fundo público (SEIKI, 2020) e a formação do trabalhador para o empreendedorismo, infoproletariamento e plataformização (ANTUNES, 2020; MORAIS, 2015).

Sobre as transformações do mundo trabalho:

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo

capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo (ANTUNES, 2000, p.05).

É na compreensão do somatório de condições que orbitam a noção de realidade da classe trabalhadora (trabalho, cultura, mídia, pesquisa e organização) que a pesquisa entende como imperativo para o capital o seu entrelaçamento em todas as esferas de sociabilidade e a utilização do Estado como uma ferramenta de hegemonia.

Sobre isso, Marx escreveu:

[..]se resume no fato de que as instituições democrático-republicanas são reivindicadas como um meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e torná-lo harmônico. Por mais diferentes que sejam os meios propostos para a consecução desse fim, por mais que sejam enfeitados com noções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo (MARX, 2006, p.50).

A relação do Estado com as condições de sobrevivência de uma sociedade de classes impõe para a educação novas concepções acerca do todo, criando legislações que delineiam condutas e julgam a partir do que lhes é considerado fundamental. Os novos componentes curriculares, assim como as habilidades e competências defendidas pelo capital tornam-se novas estruturas de composição do aparato hegemônico, evidenciando que não lhes interessa um trabalhador que estude e compreenda a historicidade da humanidade, mas um trabalhador que tenha inteligência emocional suficiente para trabalhar por produtividade em um sistema de monitoramento *full time*.

Neste sentido, a pesquisa julga importante destacar que a acumulação primitiva do capital, elaborada por Marx (2013) entende, grosso modo, todo o movimento de transformação da relação produtiva do capital como um processo de domesticação às futuras formas de espoliações. Do mesmo modo que o capital busca a inovação como extração de mais valor, ele precisa constituir novas formulações para garantir a sociabilidade capitalista em meio às crises que são inerentes ao sistema de acumulação.

Neste sentido apontamos como premissa que o capital só pode garantir que o elemento dinheiro tenha o seu valor se este tiver como pano de fundo toda a economia produtiva, já que o dinheiro trata-se somente de uma representação de valor, resultante do trabalho (MARX, 2006). Destacando neste sentido, que o trabalho não acabou e não acabará mesmo com as

reformas curriculares, pois é ele quem determina o valor do dinheiro, entretanto o trabalho tal como conhecíamos define na medida em que se impregna das novas pedagogias capitalistas e se volta para uma formação social cada vez mais palatável para o desenvolvimento do capital.

O novo trabalho assalariado não tem função fixa, horário, perspectiva de crescimento, de desenvolvimento humano, de cuidado com a natureza e muito menos de produção da humanidade, o trabalho agora espraiado exige empreendedorismo, inovação e autorregulação emocional para que esse trabalhador, com os recursos que já possui, possa se lançar em condições extremamente desumanas a disputa de espaços de trabalho (mesmo os empreendedores).

Deste modo entende-se a conformação da classe trabalhadora, como empiria central do capital, cuja tarefa educativa e formativa se dá a partir dos desdobramentos do aparato hegemônico, deste modo Gramsci evidencia que a luta pela condição hegemônica tende a ocorrer sempre vinculada as temáticas que proponham a manutenção do Estado (democracia), da reforma moral e intelectual do trabalhador (GRAMSCI, 1979).

5.2 APROXIMAÇÕES À CATEGORIA DE FINANCEIRIZAÇÃO

[...] está no fato de que por detrás dele não existe nenhuma substância real e porque não contribui em nada para a produção ou para a circulação da riqueza, pelo menos no sentido de que não financia nem o capital produtivo, nem o comercial (Carcanholo; Sabadini, 2009, p. 43).

No avançar desta dissertação observamos um remodelamento das organizações privadas que compõem o Movimento pela Base (MpB), mais precisamente, nos seus novos mantenedores, o MBM - Movimento Bem Maior e o [B]³, incorporados pós-eleição presidencial de 2022. No processo de análise desta frente privada de atuação na educação pública, observamos a presença de administradoras de ações, seguradoras e investidoras, o que nos levou a refletir sobre a relação deste nicho de mercado com as novas políticas de formação para o Ensino Médio.

Para entendermos melhor sobre esta dinâmica do capital buscamos em Marx (2017) a análise do capital fictício e seus efeitos no sistema econômico. Já em Carcanholo e Sabadini (2009), Brettas (2020), Seiki (2021), Souza (2022) e Souza (2022b) buscamos a contemporaneidade desse debate.

Para Marx, o capital fictício é uma forma de capital que não possui uma base material ou produtiva real, ao contrário do capital produtivo, investido na produção de bens e serviços. O capital fictício é baseado em títulos, ações, derivativos financeiros e outros instrumentos financeiros. Marx argumentava que o capital fictício é uma forma de valor que se origina da especulação financeira e da manipulação do sistema financeiro, evidenciando nesse processo o reconhecimento de uma distorção do sistema econômico, pois o capital fictício não cria valor real, mas apenas transfere e redistribui o valor criado no processo de produção (MARX, 2013).

A relação entre o capital fictício e a valorização do capital portador de juros e fictício está na forma como a financeirização tem impulsionado o crescimento e a importância do capital fictício na economia. Durante o processo de financeirização do Estado, há um aumento significativo das atividades financeiras, como investimentos em instrumentos financeiros, especulação, empréstimos e outras transações, elevando a valorização do capital fictício e uma maior dependência das instituições.

Destacamos que é na exacerbação desse movimento de valorização do capital portador de juros e fictício que emerge o ambiente propício para a financeirização, pois incentiva a busca por lucros financeiros rápidos e especulativos, possibilitando uma maior ênfase nas atividades financeiras em detrimento da produção real de bens e serviços. Além do aumento na complexidade e na sofisticação dos instrumentos financeiros, como derivativos financeiros e produtos estruturados. Esses instrumentos financeiros complexos podem contribuir para a expansão do capital fictício e aumentar os riscos associados a essas atividades financeiras (BRETTAS, 2020).

Neste sentido, destacamos que a financeirização da educação refere-se ao processo em que o setor financeiro desempenha um papel cada vez mais dominante no financiamento e na gestão do sistema educacional. Isto é, quando as instituições financeiras, tais quais bancos, fundos de investimento e empresas privadas, investem e lucram com a educação.

Destacamos nesta perspectiva que esse movimento está profundamente relacionado ao apoderamento do fundo público e no impulso do Estado em regulamentar leis e diretrizes que contribuem na legitimação desta punção do fundo público em benefício da alimentação dessa cadeia especulativa, cujo objetivo é a remuneração de seus investidores.

A relação histórica do empresariado com o Estado pode ser observada no Brasil desde o processo de redemocratização do país, destacando que ainda que a Carta Magna seja a expressão das disputas travadas entre a classe trabalhadora e a burguesia na década de 1980,

ela não rompe com a condição brasileira de capitalismo dependente, pois é nela que se garantem as brechas jurídicas para o acesso ao fundo público pelas organizações privadas. Ou seja, a partir destas brechas da constituição que o Estado passou a contribuir com as projeções do capital internacional, inclinando o Brasil a sedimentar uma gestão empresarial mediante parcerias público-privadas (BRETTAS, 2020).

Seiki (2021) ao analisar as políticas de ensino superior apontou sobre a financeirização das políticas de acesso evidenciando que se trata de um movimento permanente desde os anos de 1990, quando se reorganiza a partir de uma roupagem muito bem costurada por setores distintos do capital que passara a ter implicações profundas nas políticas acesso ao ensino superior na primeira década do novo milênio, como revelam o PROUNI e FIES. Destacamos nesse processo, que os instrumentos financeiros transformaram vagas ociosas das faculdades privadas em vagas ocupadas, permitindo, assim, que além de títulos do Estado, os investidores pudessem comprar dívidas estudantis.

Neste sentido, a financeirização da educação pública pode ser apreendida como a introdução de mecanismos financeiros, tais como empréstimos, investimentos e cooperações entre organizações privadas e o sistema público de ensino, destacando nesse movimento a essência privatista do desenvolvimento desta política. Que sob o slogan de investimento direto na infraestrutura educacional e melhoria na qualidade de ensino enfatiza a relação de interesse financeiro no pagamento de juros, do modelo proposto e na sua execução.

É diante da compreensão deste movimento, de abertura de novos mercados pelas vias privadas, que entendemos as políticas curriculares do Novo Ensino Médio como um impulso privado no oferecimento, na mediação, na formação, na implementação e no monitoramento desta política pública. Que destacamos como uma possível sistemática de um movimento contínuo de métricas quantitativas para a obtenção de resultados financeiros, resultando na pressão para que as instituições educacionais direcionem seus objetivos na garantia de indicadores financeiros, como taxas de matrícula, retorno sobre o investimento, dados quantitativos sobre os docentes, além de classificações sobre encaminhamentos profissionais pós-escola e empregabilidade.

Críticos da financeirização da educação (RAMOS & FRIGOTO, 2016; FERRETTI, 2018; SILVA & ARAÚJO, 2021; SILVA & SANTOS, 2020) argumentam que este processo pode levar à intensificação das desigualdades educacionais, exclusão de grupos marginalizados e, sobretudo, numa visão reducionista da educação como um bem comercializável.

Segundo Brettas (2020), a produção de lucro é direcionada ao pagamento da remuneração dos seus investidores, sem a contrapartida do compromisso com o serviço prestado, posto que o seu comprometimento se dá exclusivamente com os acionistas, que enriquecem com as injeções de fundo público.

Corroborando com a análise das frações do capital fictício na educação básica, Sguissardi (2015) destacou que no ano de 2014 a educação foi o setor que mais cresceu na bolsa de valores. Enquanto na Bovespa caíam as ações da Vale do Rio Doce (13,48%) e Petrobrás (9,32%), oligopólios da educação triplicam as suas ações. Segundo Galzerano & Minto (2014), a Kroton chegava a ter 44% da sua receita atrelada ao FIES.

Com a valorização do dinheiro através das ações, novas movimentações do capital passam a ocorrer compras milionárias, fusões e a intervenção do Estado na contenção de compras. Nesse cenário destacamos que em 2017, a Kroton, empresa de educação superior à distância, foi impedida de comprar/anexar a Estácio de Sá, pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que entendia que essa fusão impediria qualquer condição de concorrência na educação nacional (LIS, 2017, *online*). Apontando, portanto, que esse impedimento não se deu no campo da educação básica, já que a mesma empresa comprou a SOMOS Educação.

Conforme evocamos abaixo:

A Kroton Educacional, líder no setor de educação superior privada no Brasil, fechou a compra do controle da Somos Educação, da Tarpon Gestora de Recursos, por R\$ 4,6 bilhões, em sua segunda aquisição no segmento de educação básica em menos de um mês. A Somos Educação, antiga "Abril Educação", se anuncia como "o maior grupo de educação básica do Brasil" com escolas próprias, cursos pré-vestibulares e idiomas, além de sistemas de ensino e livros. É dona das editoras Ática, Scipione e Saraiva, do Anglo, da escola de inglês Red Ballon, entre outros negócios. A compra foi realizada por meio da holding Saber, subsidiária de educação básica da Kroton, enquanto a parte vendedora inclui fundos de investimentos geridos pela Tarpon, que detém atualmente 73,35% das ações da Somos (KROTON fecha compra da Somos Educação por R\$ 4,6 bilhões, 2018, *online*).

Enfatizamos que, ainda que nossa pesquisa não tenha base documental (por conta da sua proximidade com o tempo de aprovação/implementação/interrupção) para apontar os ganhos atuais dessas frações a partir das políticas públicas de ensino médio, consideramos importante salientar as condições de surgimento e entrelaçamentos dos novos mantenedores.

Sobre o BMB, destacamos que foi criado em 2019 pelos empresários Rubens Menin (MRV Engenharia), Eugênio Mattar (Localiza), Elie Horn (Cyrela) e Bia Vidigal (captadora

de recursos e filantropia), exatamente “com o intuito de fortalecer o sistema de filantropia no Brasil e dobrar, até 2030, o volume de investimento social privado no país” (MINAS, 2023, n.p.).

O MBM, já apresentado na seção 5, atualmente aglutina entre seus associados, presidentes de importantes empresas (investimentos e serviços básicos de moradia e saúde) e tem se destacado em ações de grande impacto na política, economia e formação (MINAS GERAIS, 2023, n. p.). Destacando neste último campo, a sua parceria com a Falcons University. Universidade criada pela organização privada, Gerando Falcões (GF), para capacitar líderes sociais para expansão e estruturação de novas organizações privadas (BARBIERI, 2023, *online*).

Sinalizamos que o dito investimento social está relacionado as doações dedutíveis de imposto, evidenciando nesse processo que ainda que doados pelas empresas, os valores arrecadados já seriam destinados ao Estado, portanto, a organização privada, usa o dinheiro do imposto (dos seus mantenedores ou seu) ou capta verba com órgãos públicos, conforme visto com a Lei Rouanet nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que permite patrocínios, doações, incentivos fiscais, divulgações e parcerias, para o fomento e incentivo a cultural e posteriormente com a Lei nº 13.019/2014, conhecida como Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MORAIS, 2015).

A fim de ilustrarmos as movimentações em torno do NEM, destacamos também a participação da [B]³, que segundo seu *site*,

[..] é uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, com atuação em ambiente de bolsa e de balcão. Sociedade de capital aberto – cujas ações (B3SA3) são negociadas no Novo Mercado –, a Companhia integra os índices Ibovespa, IBRX-50, IBRX e Itag, entre outros. Reúne ainda tradição de inovação em produtos e tecnologia e é uma das maiores em valor de mercado, com posição global de destaque no setor de bolsas. As atividades incluem criação e administração de sistemas de negociação, compensação, liquidação, depósito e registro para todas as principais classes de ativos, desde ações e títulos de renda fixa corporativa até derivativos de moedas, operações estruturadas e taxas de juro e de commodities. **A B3 também opera como contraparte central garantidora para a maior parte das operações realizadas em seus mercados e oferta serviços de central depositária e de central de registro.** Por meio da sua Infraestrutura para Financiamento, veículos e imóveis, a Companhia oferece produtos e serviços que suportam o processo de análise e aprovação de crédito em todo o território nacional, tornando o processo de financiamento mais ágil e seguro. (B3, 2023, grifo nosso).

Sinalizamos que o emergir das seguradoras no cenário político-empresarial brasileiro tem se intensificado, conforme observado na participação do presidente da associação de seguros como palestrante em evento do Grupo de Líderes Empresariais – LIDE⁷⁶. Apontando nesse cenário o entrelaçamento das empresas de investimento, análises de risco, administração de ações e cobranças litigiosas com demais organizações públicas brasileiras e organizações empresariais de saúde e transporte.

Neste sentido, os eventos apresentada abaixo, partem desse processo de visibilizar as condições complexas desta relação:

a) Conferência LIDE Brasil em Nova Iorque:

Realizado no dia 14 de novembro de 2022, as vésperas das comemorações da proclamação da república, a conferência tinha como pauta a democracia brasileira, com apoio institucional da Brazilian-American Chamber of Commerce⁷⁷ (BACC).

Apontamos que a temática apresentava um contexto muito peculiar para acontecer, tendo em vista que antecedeu aos avanços dos bolsonaristas no movimento de golpe brasileiro que segundo reportagens, previa atividades por todo o país, pró-fechamento do congresso e contra a legitimidade da vitória de Lula (BOLSONARISTAS radicais fazem manifestação com intenções golpistas no feriado de 15 de novembro, 2022, *online*).

Segundo oratória de Michel Temer, ex-presidente e palestrante do evento, Jair Bolsonaro (derrotado nas urnas) e Lula (vitorioso nas eleições presidenciais de primeiro e segundo turno) não apresentavam posturas e falas democráticas e, que, portanto, sua presença no evento se dava no fomento de garantir a vontade do povo, isto é, a constituição federal (TEMER, 2022).

⁷⁶ A LIDE é uma organização internacional de empresários que promove a integração e o desenvolvimento de líderes empresariais em diversos países, foi fundada no Brasil em 2003 por João Doria Jr. e visa promover o networking entre líderes empresariais, estimular o empreendedorismo, discutir temas relevantes para o mundo dos negócios e incentivar a responsabilidade social corporativa. A organização realiza eventos, seminários, fóruns e encontros para conectar líderes empresariais, políticos, acadêmicos e especialistas de diversas áreas.

⁷⁷ “A Brazilian-American Chamber of Commerce, Inc., com sede na cidade de Nova York, é uma organização empresarial independente e sem fins lucrativos. Uma associação não-governamental, a missão da Câmara é promover os laços comerciais, de investimento e culturais entre as duas nações e ajudar a desenvolver laços mais estreitos entre as comunidades Empresariais de ambas as nações. A Câmara atua como anfitriã para reunir o público para conhecer os últimos desenvolvimentos e oportunidades no Brasil. É uma fonte de informação para americanos e brasileiros sobre as práticas de negócios mais recentes e facilita a interpretação e compreensão do Brasil para a comunidade empresarial internacional (BACC, 2023).

Neste mesmo evento, Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil, pediu à plateia que refletisse sobre os discursos antidemocráticos e a necessidade de uma regulamentação das redes sociais, destacando nesta fala, as milícias digitais surgidas nos EUA. Para o ministro, as milícias digitais possuem dois efeitos na política nacional, o de impedir que o povo saiba o que é verdade ou não e o de incitar a violência e impedir a eleição/posse de Lula (MORAES, 2022).

Segundo análise, o evento que contou com a presença dos ministros Carmem Lúcia, Dias Tófoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, Carlos Ayres Brito e Antonio Anastácia, tinha como principal objetivo a manutenção dos direitos políticos da chapa Lula - Alckmin.

b) Conferência LIDE Brasil em Londres⁷⁸:

O segundo congresso do LIDE, já em abril de 2023, realizado em Londres e teve como pauta a confiabilidade dos investimentos no país, destacando como participantes deste evento o grupo pertencente a gestão atual do governo federal, Simone Tebet, Carlos Favero, Roberto Campos Neto (Presidente do Banco Central), com destaque para os palestrantes Rodrigo Pacheco (Senador e presidente do Senado) e Davi Alcolumbre (Senador pelo Amapá).

Na conferência mencionada, Roberto Santos, presidente do conselho diretor da Confederação Nacional das Seguradoras disse que “o papel do seguro não se dá somente em indenizar imprevistos, ainda que esta seja a referência” (LIDE, 2023, np), destacando que sua fala estava voltada à justificativa da sua função ali. Cuja função se dava na promoção da confiabilidade dos investidores internacionais na economia brasileira (LIDE, 2023).

Além das conferências da LIDE, que ocorrem com a presença de diversos investidores do mundo, é comum a organização de almoços de negócios com as distintas representações das frações burguesas nacionais. Organizadas a partir de eixos temáticos estratégicos, as atividades contam com CEOs (presidentes e dirigentes internacionais) e setores

⁷⁸ Patrocinado pelo Pogust Goodhead (especialista em litígio internacional), Paper excellence (líder global em produção de papel sustentável), hapvida & NotreDame Intermédica (planos de saúde privada), Grupo J. Safra (conglomerado de produtos e serviços bancários da família Safra), Invest. Rio (empresa de promoção para investimento na cidade do Rio de Janeiro), Eletra (grupo auto ABC transporte), Febraban (Federação Brasileira de Bancos, Cosan (empresa brasileira com negócios nas áreas de açúcar, álcool, energia, lubrificantes, e logística), Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro), CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras), Acciona (empresa espanhola de promoção e gestão de infraestruturas e energias renováveis), Bat Brasil (anteriormente conhecida como Souza Cruz, indústria de cigarros brasileira) e Btg pactual (LIDE, 2023).

governamentais. Deixando evidente, neste sentido, a relação de prestação de contas do governo federal com o empresariado. Segundo José Múcio Monteiro, Ministro da Defesa, esse tipo de encontro deveria ser sempre realizado, já que é a partir destes que o governo pode explicitar o trabalho que tem sido feito, ao mesmo tempo em que ouve e acolhe as críticas e as pontuações dos participantes (LIDE, 2023b).

Apontamos que a LIDE, nesta pesquisa, é entendida mediante a sua organicidade junto ao aparato hegemônico, reforçando a existência da tese de Casimiro (2016), que classifica a LIDE como um APH articulador da organização burguesa a partir de distintos mecanismos por dentro do Estado Brasileiro.

As frações burguesas pró-financeirização, ainda que estejam apresentando destaque nas ações táticas do capital no tempo presente, não possuem sua origem no governo atual. Segundo Galzerano & Minto (2014), havia confluência nas orientações macroeconômicas entre os governos de FHC, Lula - Dilma⁷⁹, contribuindo com o *status* brasileiro de “plataforma de valorização financeira internacional” (GALZERANO & MINTO, 2014). Corroborando com este pensamento, Parra-Bernal e Schincariol (2013), evidenciaram que no ano de 2014, durante o Governo de Dilma Rousseff (2014-2016) os investidores da educação obtiveram o rendimento recorde de 11 bilhões.

Destacamos que, segundo o estudo de Galzerano e Minto (2014), o país permanecia na produção de produtos de baixo valor agregado, preferencialmente originário da mais-valia absoluta, aprofundando sua dependência internacional. Os “setores de serviços sociais transformaram-se em grandes oportunidades de acumulação do capital”, cuja disseminação de consensos se dava a partir dos principais organismos internacionais, BM, OCDE e FMI (GALZERANO & MINTO, 2018, p. 67).

Nesta perspectiva, destacamos que compreendemos em Fernandes (2006) que a historicidade dos *commodities* perpassava como uma dinâmica do capital em extrair mais-valia absoluta dos países de dependência capitalista e que, segundo o autor, este é um dos processos que mais contribui com acentuação estruturas sociais e econômicas do Brasil, o que reverbera, segundo o nosso entendimento, em dois apontamentos que perpassam a dissertação em tela: o da relação de protagonismo histórico da burguesia agrícola e

⁷⁹ A relação do empresariado com as políticas públicas e com as políticas educacionais não é uma novidade do governo neoliberal de Michel Temer (2016- 2018) ou do governo protofascista# de Jair Bolsonaro (2018 -2022), bem como no governo Lula, gestão 2023-2027, (BRETTAS 2020; SEIKI 2021). Evidenciamos que os consensos espalhados nesse período reverberaram na emenda constitucional 95/2016, que congelava investimentos nas áreas sociais e que trazia a tona a participação do empresariado no PNE - Plano Nacional de Educação de (2014 - 2024), expressando principalmente os intentos dessas frações na educação básica em médio e longo prazo.

extrativista com a economia nacional, e a relação de condescendência dos governos com esses setores e com essas movimentações.

Netto e Braz (2009) escreveram que o processo de concentração dos capitais é entendido em Marx (2017) como o crescimento dos capitais individuais e a centralização é entendida como um processo de redistribuição de capitais existentes. Obtendo como consequência a esses dois movimentos, a imersão dos grupos monopolistas, articulados principalmente em prol de uma nova oligarquia, concentradora e possuidora de um enorme poder político e econômico (lobbies).

Sobre isso, no calor das jornadas revolucionárias de 1917, Lenin (2021) apontou que a participação dos monopólios no Estado se daria nas formas mais avançadas do capital, evidenciando que nesse contexto de dominação, os conglomerados teriam maior concentração de poder político e econômico.

Se a relação de duplo interesse do capital estava relacionada a conformação e extração, conforme vistos nas outras seções, os impulsos às finanças do Estado também apresentam duplo interesse, um primeiro relacionado ao endividamento do Estado e o segundo à especulação deste endividamento a partir da relação de financeirização dos serviços públicos (BRETTAS, 2020). Neste sentido, Seiki (2021) vai complementar dizendo que o fluxo do capital adquirido por essas frações burguesas é referenciado por grandes financeiras e seguradoras do Brasil e do exterior, que estão sempre em constante movimento para maximizar ainda mais os lucros.

A participação do empresariado ao longo de todas as etapas do NEM foi destaque nesta dissertação, entretanto, é no campo das políticas macroeconômicas que entendemos que o NEM tem sido sustentado por e para o aparato hegemônico.

É nesta compreensão que evocamos Souza (2022b) quando esta destaca que o empresariamento da educação é um projeto complexo, forjado pelas diferentes frações burguesas em consonância com o Estado, a fim de consolidar a educação pública como um mercado, cuja cerne se dá na alienação do fundo público, e na valorização do dinheiro a partir da circulação na esfera financeira/capital fictício. “Esse capital dinheiro acumulado passa a falsa impressão de criar mais dinheiro, mas o que ocorre, na verdade, é que parte desse capital é remunerado por juros deduzidos da mais-valia criada na produção” [...] (SOUZA, 2022b, p.72).

Esse tipo de transação financeira cria uma hipertrofia na relação entre produção e apropriação do valor; por esse motivo, no

capitalismo contemporâneo, o orçamento do fundo público tende a ser direcionado cada vez mais para a reprodução do capital, remunerando o capital portador de juros e fictício na esfera da circulação (SOUZA, 2022b, p.73)

Destacamos que o capital financeiro se desenvolve a partir da concentração do capital dinheiro e a partir da expedição de títulos de propriedades sobre ganhos, seus movimentos tendem a se expandir, ultrapassando sua conexão com a base material, feitichizando-se. É nesse momento que Marx entende que as esferas de circulação tornam-se efêmeras, de percepção turva, pois compreende que a lógica circula sem que se obedeça a uma produção real (GALZERANO & MINTO, 2018).

Deste modo, embora o capital fictício e o capital de juros tenham a mesma aparência, eles são distintos, pois o capital de juros é produzido sobre forma de excedentes, enquanto o “fictício do ponto de vista global” (CARCANHOLO & SABATINI, 2009, p.43). Destacando que os lucros fictícios emergem como “estratégias para contrapor a tendência da queda da taxa de lucro”, mas não se sustenta “sem o incremento adicional da exploração do trabalho” (GALZERANO & MINTO, 2018, p. 65 -66).

Para Netto (1994), a relação histórica do Estado com a financeirização pode ser evocada a partir da “crise de bem-estar social americana”, do *Welfare State*, onde limites estruturais de sustentação do capitalismo colidiram com a manutenção de “direitos políticos e sociais mínimos” (p.4), evidenciando que a crise americana não expressava somente uma crise intraburguesa (arranjo sócio-político), ela expressava que a condição essencial de maior fôlego ao capital seria a progressiva “eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos”(NETTO, 1994, p. 4-6).

Deste modo, apresentando condições de elevadas taxas de desemprego, que potencializava a queda do investimento empresarial e, conseqüentemente, do crescimento ainda maior do desemprego, a burguesia americana encontrou em Keynes⁸⁰ uma teoria que estimulava o Estado a compensar os déficits oriundos da ausência de demanda. Destacando que tal preocupação não se dava com a subsistência da classe trabalhadora, mas na política de Estado em injetar dinheiro para estimular a contratação e o consumo, contribuindo, assim, com a garantia da ordem e dos lucros burgueses.

Destacamos que esse campo de poder se articulou em prol das transformações históricas das relações de produção, ao nascimento da “hegemonia da finança (fim do século

⁸⁰ John Maynard Keynes (1883 - 1946), economista, britânico, membro do partido liberal americano.

XIX à crise de 1929)”, o “compromisso Keynesiano” até o final dos anos 70 e o momento atual, conhecido como a “hegemonia das finanças.” (DUMÉNIL & LÉVY, 2003, p.38).

Neste sentido, as alterações neoliberais americanas buscavam, em si, a reanimação das condições do capital, cujas alterações se colocavam principalmente em condições protecionistas à extração burguesa de lucro. Apontando que o salvamento da economia (capitalista) dos seus ciclos recessivos se dava no investimento em setores estratégicos para a lucratividade do empresariado americano, sendo a injeção de dinheiro público, fator fundamental para os anos de ouro do desenvolvimento do capital imperialismo, cuja saída da crise se dava sempre no surgimento de um novo ciclo político-econômico do Estado (NETTO, 1994).

Segundo Souza (2022b), é a partir da década de 1970 que o movimento de feiticização do dinheiro toma novos delineamento, pois o capital que sobrou como lucro da circulação não foi reinvestido, isto é, reintegrado ao setor produtivo “o capital não conseguia realizar-se na mesma proporção com que fora produzido e precisava buscar novos mercados para se expandir e aumentar a taxa de mais-valia” (SOUZA, 2022b, p.139). No sentido de desvelar o que é obscurecido, a autora apresenta que o circuito da devolução de dinheiro esconde o processo determinante para garantir mais valor, o capital variável.

Sobre as crises do capital, Marx (2017) vai dizer que à medida que a especulação financeira se torna predominante e os lucros são obtidos, principalmente via transações financeiras em vez de investimentos produtivos, a economia se torna cada vez mais vulnerável às crises de superprodução e colapsos financeiros. Nesse movimento a crise é entendida como algo intrínseco do sistema capitalista, isto é, o sistema capitalista é caracterizado por uma dinâmica de ciclos econômicos, nos quais períodos de crescimento e expansão são seguidos por períodos de crise e recessão.

Sempre que há crise econômica (burguesa), a ação do Estado se dá na injeção de mais dinheiro público na orientação de consumo, infraestrutura e aportes (de custos diversos), contribuindo, assim, para que o lucro empresarial seja sempre maximizado e orientado para a especulação.

Sobre isso Motta e Andrade (2019, p.3) escreveram:

[...] esse empresariamento específico, de um lado, ilumina a tendência do capital de, ao desenvolver a dialética do seu devir, abranger e subjugar à sua lógica todas as condições de reprodução social. De outro, deixa transparecer na educação a primazia do mercado, o ataque aos direitos e garantias sociais, a hegemonia da

concepção econômica da educação, a fragilidade da democracia brasileira e o alinhamento da educação ao nexos da dependência e ao padrão de acumulação que caracterizam o Brasil desde a consolidação do neoliberalismo como doutrina econômica, política e social. Assim, o empresariamento de que tratamos combina a capitalização da educação (processo pelo qual a educação escolar vem operando como capital no sentido de funcionar valor e potencial mais-valor) e a subsunção da educação ao empresariado (processo pelo qual o empresariado brasileiro assumiu, em íntima relação com o Estado estrito e com o empresariado internacional, o protagonismo da formulação, aprovação e implementação das políticas públicas educacionais). (MOTTA; ANDRADE, 2019, p. 3).

O regime de acumulação⁸¹ com dominância financeira aponta para uma mundialização do capital, como uma etapa singular do capital imperialismo, evidenciando que essa movimentação apresenta “um efeito de conjunto de mudanças nas relações entre os Estados e as frações do capital e nas relações políticas entre o capital e o trabalho” (CHESNAIS, 2003, p.46).

Sobre essa fase do capitalismo Brettas (2019) vai dizer que,

O imperialismo é uma fase de desenvolvimento do capitalismo marcado pela concentração, centralização e internacionalização do capital, que tem no aumento das disputas interimperialistas e no desenvolvimento desigual e combinado a expressão do movimento do capital na busca da mais-valia extraordinária. Nesta fase o poder político militar, aliado ao econômico busca alargar as fronteiras da acumulação, intensificando as desigualdades e recheando de novas e contraditórias determinações do desenvolvimento capitalista (BRETTAS, 2019, p.35)

Destacamos que a nova fase do capital combina uma mudança técnica de favorecimento político e enriquecimento com a formação da classe trabalhadora e o sistema da dívida pública, obtendo no Estado o papel de apaziguador dos choques antagônicos, contribuindo no apoio à minimização dos efeitos da crise estrutural de acumulação.

Para Duménil e Lévy (2003), o curso atual do capitalismo é analisado a partir da combinação de superação da crise estrutural, de suas continuidades e maximização das prerrogativas da classe dominante. O que corrobora com o pensamento de Mézaros (2002, p.100), ao escrever que o sistema capitalista “é orientado pela expansão e movimento pela acumulação”.

⁸¹ Para Chesnais (2003, p.47) o termo regime de acumulação é preferível ao termo regime de crescimento, porque um remete explicitamente à noção de capital e que este para o estudo é compreendido com valor, isto é, uma “massa de dinheiro centralizada - que busca crescer por intermédio de um processo de valorização”.

A partir da relação protecionista do Estado com o empresariado, apontamos a impossibilidade de um capitalismo autossustentável, pois no momento que sua acumulação sofre desaceleração e/ou ruptura, amplia-se ainda mais as condições de atuação do capital, principalmente no que tange à segurança de retorno para seus investidores internacionais (MOTTA; GAWRYSZEWSKI; PUTZKE, 2017).

Sobre o movimento da valorização do capital de juros e fictício Chesnais (2017) observa que:

A burguesia mundial [...] empreendeu em proveito próprio [...] a modificação internacional das relações políticas entre as classes. Começaram então a dismantelar as instituições e estatutos que materializavam, o estado anterior das relações. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização [...] devolveram ao capital a liberdade que havia perdido desde 1914, para mover-se e desdobrar-se à vontade no plano internacional. (CHESNAIS apud MONTAÑO; DURIGUETTO 1997, p. 13- 14)

Neste sentido, evocamos Brettas (2019, p.41) ao configurar o Estado como sendo a ponte dos aparelhos privados, que atua a partir de “interesses particulares”, dissimulados e naturalizados, contribuindo diretamente para uma coletiva responsabilização das dívidas públicas, enquanto o lucro é “apropriado privadamente”.

Diante da história nacional de financeirização das políticas sociais, evidenciamos que a MP 746/2016 é parte da mesma lógica capitalista de abertura da educação básica ao capital financeiro, como um novo nicho de atuação do empresariado (ANDRADE, 2021), evocando em tela que seus diversos desdobramentos têm como cerne a espoliação da classe trabalhadora.

Sobre essa espoliação, destacamos o recorde do volume financeiro envolvido entre o Estado e as organizações privadas, segundo o Jornal do Estado de Minas,

A **pandemia de COVID-19** derrubou indicadores econômicos que só reagiram a partir do fim do ano passado, mas 2020 foi o ano em que os brasileiros foram mais **solidários** uns com os outros. Em 2020, o montante de recursos doados por **empresas** e pessoas para projetos sociais, a conhecida **filantropia**, chegou a R\$ 6,6 bilhões nas contas da Associação Brasileira de Captadores de Recursos. É o maior volume de toda a história e equivalente a mais de duas vezes aos R\$ 3,25 bilhões investidos em 2018, dado do último censo. A pandemia acelerou a necessidade de a **sociedade** voltar-se para si mesma, o que levou a esse volume recorde de dinheiro doado para projetos sociais. Mas, embora seja o maior da história, o valor destinado à filantropia no Brasil é de apenas 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), contra uma participação entre 2% e 3% nos Estados Unidos, onde a

filantropia é efetivamente uma fonte de recursos para projetos sociais em **saúde, educação**, inserção produtiva e outras áreas. Na América, a prática de doar parte dos recursos acumulados para solução de problemas sociais vem de meados do século 19 e também se intensificou com a pandemia. Apenas o fundador do Twitter, Jack Dorsey, doou US\$ 1 bilhão. Correspondente a 28% de seu patrimônio pessoal, a quantia, ao câmbio de ontem, representa quase R\$ 5,5 bilhões. O recorde de captação de recursos deve melhorar a posição do Brasil no World Giving Index, o ranking mundial da solidariedade, que na versão de 2018 estava em 122º lugar. Mais do que uma posição em relação a outros países, instituições, associações, fundações e profissionais que atuam nesse mercado comemoram o aumento dos recursos e também o maior envolvimento de empresas e cidadãos no financiamento de projetos com impacto social. “A solução dos problemas complexos do Brasil não virá só pela filantropia, mas ela pode alavancar investimentos sociais privados, desde programas menores, com impacto local, até o reforço para políticas públicas”, diz Carola Matarazzo, diretora-executiva do Movimento Bem Maior (MINAS GERAIS, 2023, *online*).

Ainda que seja necessário um pouco mais de tempo para a análise dos efeitos na bolsa sobre o NEM (em trâmite no período atual), destacamos que a participação de bancos e seguradoras internacionais à frente do Movimento Bem Maior (MBM) não pode ser descolada das análises de valorização das ações e, é nesse sentido, que a subseção evidencia que o complexo esquema de financeirização se dá a partir da despossessão da política de Estado e da fetichização, isto é, da valorização dessa dívida pública, apontando que quanto maior a valorização do título cedido às empresas para o pagamento dos serviços, produtos e seguros (que geram a dívida pública), maior o processo de endividamento do Estado e aprofundamento do capital nas políticas sociais brasileiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola profissional não deve tornar-se uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para uma profissão, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, só com um golpe de vista infalível e a mão firme Mesmo através da cultura profissional se pode fazer transformar a criança em homem, contanto que seja cultura educativa e não apenas informativa, não apenas prática manual. O conselheiro Sincero, que é um industrial, é um mesquinho burguês quando protesta contra a filosofia. (GRAMSCI, 1976, p.100)

Pela presente pesquisa problematizamos o Novo Ensino Médio e sua intrínseca relação com os aparelhos privados de hegemonia, intelectuais orgânicos e coletivos,

apontando, principalmente, que a suposta crise da educação parte de uma especulação burguesa prematura de reestruturação produtiva e reorganização do trabalho (GAWRYSZEWSKI, 2017).

Nesta perspectiva, entendemos que a política pública passa por um conjunto de alterações, articuladas em consonância com a necessidade da classe que dirige e domina o Estado, conforme observamos na categoria marxiana de acumulação primitiva (MARX, 2013) e na categoria de Estado Integral em Gramsci, que descreve que “na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, 2007, p.257).

Neste fio, o esforço empregado se deu no processo de desvelar o MpB e a sua relação sinérgica com o capital, evidenciando, a partir das empresas que atuam na sua composição e seus intelectuais, a relação do seu catálogo de materiais e serviços com um circuito de valorização de valor e conformação da classe trabalhadora.

Desvendar esses meandros nos exigiu a compreensão da dinâmica capital-imperialista, caracterizada pela exacerbação das formas conjuntas de naturalização das novas relações de produção, isto é, da nova pedagogia da hegemonia. Apontando, neste sentido, que os novos componentes curriculares partem da expressão do desejo burguês de tornar a escola da classe trabalhadora a escola da formação hegemônica, isto é, transformar a escola em um espaço de constante conformação de um trabalhador cada vez mais precarizado.

A essência das movimentações do capital em torno da (con) formação do trabalhador (coletivo⁸²) tem sido a empiria central da pedagogia da hegemonia e que, portanto, nos impõe o necessário movimento de pensar criticamente as condições impostas para a escola da classe trabalhadora, assim como o pensar sobre as mais diversas e complexas movimentações da burguesia no que tange a melhor performance do capital.

É na compreensão do somatório de condições que orbitam a noção de realidade da classe trabalhadora (trabalho, cultura, mídia, pesquisa e organização) que a pesquisa entende como imperativo para o capital o seu entrelaçamento em todas as esferas de sociabilidade e a utilização do Estado como uma ferramenta de hegemonia.

A relação do Estado com as condições de sobrevivência de uma sociedade de classes impõe para a educação novas concepções acerca do todo, criando legislações que delineiam condutas e julgam a partir do que lhes é considerado fundamental. Os novos componentes

⁸² Segundo Semeraro (1999) o pensamento de massa gramsciano é o pensamento dos trabalhadores que não se reconhecem enquanto classe, reconhecendo-os como despolitizados, atomizados.

curriculares, assim como as habilidades e competências defendidas pelo capital tornam-se novas estruturas de composição do aparato hegemônico, evidenciando que não lhes interessa um trabalhador que estude e compreenda a historicidade da humanidade, mas um trabalhador que tenha inteligência emocional suficiente para trabalhar por produtividade em um sistema de monitoramento *full time*.

O conformismo se coloca, portanto, como uma tarefa educativa e formativa do Estado, que visa sempre adequar toda a cultura e a moralidade da classe trabalhadora à necessidade de contínua exploração.

Diante disso, Gramsci nos foi valoroso para entendermos a movimentação do capital em torno da totalidade social já que, para o teórico revolucionário, a análise da luta pela hegemonia não pode descolar-se das dimensões superestruturais, portanto, nesse caso, a luta pela condição hegemônica tende a ocorrer vinculado às temáticas da manutenção do Estado (democracia), da reforma moral e intelectual do trabalhador (GRAMSCI, 1979).

Após a pesquisa em tela, entendemos que a palavra democracia se relaciona melhor com a palavra hegemonia, do que com a condição de direitos e deveres iguais, pois segundo o pensamento gramsciano, democracia é o movimento de uma renovação orgânica dos grupos que dirigem e buscam o consenso de sociedade regulada, cuja manipulação se dá a partir da hegemonia da classe que domina (LINGUORI & VOZA, 2017).

A democracia é, portanto, a possibilidade fluida da tomada de poder, isto é, da emergência de um novo grupo dirigente em um mesmo bloco histórico. Evidenciando, nesse processo, que as modificações partem principalmente de uma reorganização que cumpre um papel histórico de avanços contra a classe dominada.

Para esta dissertação partimos da premissa Marxista de que o Estado conserva a transformação do dinheiro em capital pela extração do trabalho não pago e o Estado como organismo de manipulação burguesa (GRANEMANN, 2018). Desse modo, entendemos que os desdobramentos aqui interconectados possuem uma essência de denúncia, principalmente por conta da relação com o tempo presente da sua escrita (revogação/implementação do NEM), mas também parte do pressuposto do pensamento marxista de que tudo que nasce traz em si o movimento de superação.

Nesta perspectiva estudar o NEM a partir da lente marxista nos traz como compreensão que a história humana parte de um processo dialético de contradições e conflitos, que se desdobram em modificações e transformações, que contribuem com o entendimento do NEM, como parte do amadurecimento do capital. Destacando nesse processo

a importância da formação da classe para a possibilidade de um estágio superior capital imperialista.

A fim de apresentar a essência do MpB, a dissertação apresentou sua aparência e sua essência. Enquanto na primeira parte trouxe tudo que era comercial da instituição, na segunda, evidenciou o que era de real, destacando a participação de intelectuais orgânicos e APHs.

Os intelectuais que sustentam o MpB, Ferraz, Deschamps e outros, tiveram suas experiências acadêmicas e profissionais documentadas, destacando nesse processo a transitabilidade destes na sociedade política e sociedade civil, apontando nestes intelectuais, assim como os demais representantes do empresariado, a consonância com a pedagogia da hegemonia discutida por Neves (2015) e Lamosa (2021).

O movimento hegemônico evidenciado nesta pesquisa fica ainda mais latente quando na seção quatro desmistificamos a condição democrática das decisões em torno do NEM, elencando interesses políticos, discursos e composições nos blocos de discussão (bloco de poder), ressaltando assim, o NEM, como uma política pública defendida pelo Estado Integral.

A pesquisa buscou apresentar produtos, serviços, notícias e até *fake news* que foram destaque nos respectivos recortes, entendendo em Gramsci (1971) que o consenso (coerção + pensamento hegemônico) é a chave da construção subjetiva cultural e ideológica do trabalhador.

Nesse sentido a pesquisa não desprezou as ações da APH na formação de professores, evidenciando nesse processo um impulso do aparato hegemônico em dois movimentos, o de formular leis que permitam novos profissionais dentro do espaço escolar, ministrando aulas, ao mesmo tempo em que espraia para os profissionais da educação as novas estruturas da pedagogia da hegemonia.

O *Nosso Ensino Médio*, produto do MpB, foi destaque no que tange a formação de professores, seus documentos e materiais orientam dois grandes golpes na educação pública, o da composição curricular a partir da lógica hegemônica e uma reconfiguração do que seria o papel do professor dentro da escola, resumidamente voltado para mediar um ensino autogerido pelo aluno, cujos temas, discussões e narrativas não problematizam as condições objetivas de vida deste sujeito enquanto classe.

Entendendo a movimentação burguesa a partir da lente de Marx (2013) evocamos, na quinta seção, a acumulação primitiva do capital e sua condição *sine qua non*. Entendendo a partir do processo de reorganização das estruturas produtivas do capital, os elementos que

contribuem com as condições históricas de trabalho ofertado/obrigado para a classe trabalhadora.

Nesta perspectiva, a dissertação apresentou como análise a categoria de acumulação primitiva do capital e a sua dupla regência de consciência e extração de trabalho não pago. A primeira, articulando leis e sistemáticas históricas e a segunda, a partir do êxodo rural inglês e o surgimento dos exércitos de reserva, tão necessários para a garantia de baixas condições de sobrevivência da força de trabalho, até os dias atuais.

Para conseguir apresentar condições mais claras de análise, a pesquisa evocou Fernandes (2006) e Marini (1991) para discutir as condições desiguais e combinadas do capitalismo, e com isso explorar que a condição de dependência político econômica brasileira já existia desde o seu período colonial. Evidenciando nesse processo que a escravidão foi um fator estrutural importante no rebaixamento dos custos, envio dos produtos e principalmente do fortalecimento, enriquecimento e subserviência da aristocracia rural nacional aos interesses internacionais. Desse modo, entendemos que esse movimento também fundamenta a constituição da burguesia nacional e a relação histórica da burguesia agrícola e extrativista (*commodities*) com o Estado. Assim como a relação destas estruturas como forma de marginalização dos trabalhadores precarizados.

Ao longo da dissertação observamos a relação de eventos históricos com diferentes implicações no que tange às condições objetivas de vida dos trabalhadores, o que nos leva a entender que as narrativas sobre as crises elevam a conformação da classe e que estas, por sua vez, contribuem para um avançar das complexidades do capital.

Neste sentido, a última subseção buscou apresentar que a centralidade do capital fictício não é uma forma piorada da acumulação, mas que esta é o próprio desenvolvimento do incontrolável capital (BRETTAS, 2020). Destacando nesse processo as APHs como um aprimoramento da capilaridade do pensamento hegemônico.

Evidenciamos que o movimento de financeirização da educação parte da premissa da valorização dos títulos de dívidas públicas, isto é, quanto maior o endividamento do Estado e subserviência aos interesses internacionais, maior o aprofundamento dos monopólios na educação básica brasileira.

Deste modo, apontamos ao leitor que as novas movimentações do capital se dão a partir de uma complexa fetichização do dinheiro, advindo principalmente da relação dos grandes conglomerados nas políticas públicas (GAWRYSZEWSKI, 2016), o que elencamos tratar-se de ações estratégicas de antecipação e de superação às crises capitalistas. Apontando

nesse processo que a dissertação também entende a formação de consensos na classe trabalhadora como uma antecipação a superação do capitalismo.

Diante do exposto, a crise é compreendida nesta dissertação como um consenso determinante a subsunção da classe trabalhadora, apontando nessa relação que a crise é parte do fertilizante que prepara o terreno para os consensos sobre retomada econômica, sobre as políticas públicas, sobre o currículo da educação e até sobre a formação docente.

Nesta perspectiva evidenciamos que é na (con) formação do trabalhador, produtor da mais-valia, que destacamos que as frentes burguesas se reorganizam antecipadamente as novas relações de produção e que esse movimento se dá cancelado pelo capital globalizado. O que nos leva a apontar que a financeirização é o desenvolvimento supremo do capital e a educação é o meio de uma obtenção lucrativa e consensual desse acesso ao fundo público.

A dissertação, portanto, torna visível o que está sempre dado como natural, ou seja, evidencia que as novas políticas de formação de ensino médio possuem relação direta com a reorganização do trabalho, com o trabalho docente e com o papel da escola. Evidenciando nesse sentido, o impulso capitalista de tornar a escola uma satélite do aparato hegemônico, cujo cerne é ser uma fábrica de gente, pronta para o trabalho incerto, flexível e volátil; educada para a extração de sustento cada vez mais plataformizado, cujas percepções estarão voltadas para a ampliação da sua produtividade e sua responsabilização por ela, pela empregabilidade e pelo seu futuro.

Neste sentido,

Considerando, que a emancipação das classes trabalhadoras deve ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras; que a luta pela emancipação das classes trabalhadoras significa não uma luta por privilégios e monopólio de classe, mas por direitos e deveres iguais, e a abolição de todo regime de classe;(MARX, 1983, p. 288)

Deste modo, compreendemos a REVOGAÇÃO geral do NEM como algo inegociável, profundamente necessário como alternativa de contenção dos estágios mais avançados do capital. Apontando nesta perspectiva que a batalha anteriormente realizada no campesinato e no chão de fábrica só será elevada para todas as novas configurações da classe trabalhadora, se as contradições emergirem de uma educação sem mordaca, de uma formação política e cultural oriundas dos movimentos críticos e revolucionários⁸³.

⁸³ Toda relação pedagógica é uma relação política, nesse sentido ainda que a pesquisa em tela não tenha se proposto a buscar uma alternativa de formação para a classe trabalhadora, consideramos fundamental que esta aponte um caminho a ser refletido e sistematizado a partir das necessidades estruturais do trabalhador brasileiro.

Diante disso, evidenciamos que, compete a radicalidade dos trabalhadores o fomento ao momento ético-político, de acolher, absorver e transformar questões estruturais que hoje nos distanciam, entendendo assim que para nos unirmos como classe, primeiramente precisamos transcender todas as questões que o capital criou para nos separar.

REFERÊNCIAS

ADRILLES e outros bolsonaristas têm contas retidas no Twitter: 'Cerceados'. Uol. 08 de nov. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/08/adrilles-e-outros-bolsonaristas-tem-contas-retidas-no-twitter-cerceados.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

ALFANO, Bruno; FERREIRA, Paula. **Enem: MEC de Lula herda a missão de adequar exame à reforma do ensino médio até 2024**. Jornal Extra. 13 de nov de 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/enem/enem-mec-de-lula-herda-missao-de-adequar-exame-reforma-do-ensino-medio-ate-2024-25608287.html>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

ANDONINI, Giana. **Conheça o Yale World Fellows, programa para profissionais experientes**. Estudar Fora. 10 de out. de 2017, Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/yale-world-fellows/>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

ANDRADE, Ana Carolina. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro**. Mestrado em educação. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2020/dMaria%20Carolina%20Pires%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 31 de mai de 2023.

ANPED. **Nota pública da ANPED sobre a Medida Provisória do Ensino Médio MP do Ensino Médio – Autoritária na forma e equivocada em conteúdo**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/anped_notas_publicas_mp_ensinomedio.pdf. Acesso em: 01 ago. 2022.

Neste sentido a Escola Unitária, a escola do trabalho ou a escola desinteressada, refletida por Gramsci, se apresenta como uma proposta revolucionária (contrahegemônica) de combate as condições elitistas e dualistas espalhadas para a classe que é espoliada. Para o teórico, testemunha ocular das movimentações políticas de Mussolini e da primeira guerra, os processos de transição da classe trabalhadora demandariam um esforço coletivo dos sujeitos sociais na formação para o trabalho e na formação cultural. Destacando nessa perspectiva a escola como responsável pela conservação, sistematização e disseminação de todo o conteúdo já armazenado pela humanidade, cuja função dialética seja capaz de proporcionar ao sujeito importantes experiências de reflexão sobre as estruturas de poder e relações sociais (GRAMSCI, 1979).

APÓS reforma do ensino médio, alunos têm aulas de 'O que rola por aí', 'RPG' e 'Brigadeiro caseiro'. **O Globo**. 13 de fev. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/aula-de-rpg-ou-de-cuidados-com-o-pet-professores-e-pais-criticam-disciplinas-inusitadas-do-novo-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

APROVADA contratação de empréstimo junto ao Bird para implantação do Novo Ensino Médio. **Agência do Senado Notícias**. 17 de mar. De 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/17/aprovada-contratacao-de-emprestimo-junto-ao-bird-para-implantacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

ANTUNES, Ricardo. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 2006.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo. **Fábrica da Educação da especialização taylorista à flexibilização Toyotista**. São Paulo: Editora Cortez 2017

ANTUNES, Ricardo. **Nossas classes dominantes sempre oscilaram entre a conciliação e o golpe**. Esquerda Diário. 8 de setembro de 2017 (2017b). Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=126> Acesso em 21 de Jun de 2023.

BANCO MUNDIAL. **Quem somos nós**. Banco Mundial. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are>. Acesso em: 18 de set. 2022.

BARBIERI, Cristiane. **Movimento Bem Maior vai investir até R\$ 30 milhões em cinco projetos**. 23 de jun de 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/coluna-do-broad/movimento-bem-maior-vai-investir-ate-r-30-milhoes-em-cinco-projetos/> Acesso em: 23 de jun de 2023.

BARBOSA, Fabrício Teixeira. **Crise de 2007/2008 e Banco Mundial: os ajustes estruturais e suas relações com a contrarreforma do Ensino Médio**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11337>. Acesso em: 04 de ago.2022.

BEZERRA, Vinicius. **Empresários e Educação: Consentimento e Coerção na política educacional do ensino médio**. Mestrado em Educação. Dissertação defendida em 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4459>. Acesso em: 31 de mai de 2023.

BIMBATI, Ana Paula. **Novo ensino médio: MEC vai abrir consulta pública no Whatsapp em 8 de maio**. 18 de abr. de 2023. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/04/18/novo-ensino-medio-consulta-publica-mec.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 de abr. de 2023.

BLUMENAU, Conselho Municipal de Educação. **CME promove formação sobre revisão e reestruturação da Lei do Sistema Municipal de Ensino de Blumenau.** Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-educacao/semec/cme-promove-formacao-sobre-revisao-e-reestruturacao-da-lei-do-sistema-municipal-de-ensino-de-blumenau61>. Acesso em: 18 set. 2022.

BLUMENAU. Secretaria Estadual de Educação. **Blumenau será sede do 4º Seminário da Undime/SC.** 13 de out. de 2022. Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-educacao/semec/blumenau-seraa-sede-do-4a-seminario-da-undime-sc17>. Acesso em: 13 de fev. de 2023.

BONATELLI, Circe. **Entra um novo presidente e muda todo mundo. Quem paga o pato é o país.** Jornal Estadão. 19 de dez. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/entra-um-novo-presidente-muda-todo-mundo-e-quem-paga-o-pato-e-o-pais-diz-elie-horn/>. Acesso em: 21 de abri de 2023.

BOLSONARO RENOVA a concessão da Globo. **Jornal Estadão.** 21 de dez. de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-renova-a-concessao-da-globo-por-15-anos/> Acesso em: 15 de jun de 2023.

BOLSONARO sanciona lei que regulamenta repasses do novo Fundeb. **Carta Capital.** 26 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsonaro-sanciona-lei-que-regulamenta-repasses-do-novo-fundeb/> Acesso em: 20 de abri de 2023.

BOLSONARISTAS radicais fazem manifestação com intenções golpistas no feriado de 15 de novembro. **G1 Globo.** 15 de nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/15/bolsonaristas-radicaais-fazem-manifestacao-com-intencoes-golpistas-no-feriado-de-15-de-novembro.ghtml>. Acesso em: 3 de jul. de 2023.

BORGES, H. **Sob aplausos do mercado financeiro, empresários já lucram com reforma do ensino médio.** The Intercept, [S. l.], 20 out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2YXsuTm>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. **Emenda de nº 95.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Portaria Nº 1.432, 28 De Dezembro De 2018.** Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199 Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL, Sumário Executivo de Medida Provisória. **Medida Provisória n° 746, de 2016a**. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 07 de mar. 2022.

BNCC, Base Nacional Comum Curricular. **Histórico da Base: Portaria n° 331, de 05 de abril de 2018**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA331DE5DEABRILDE2018.pdf> Acesso em: 17 de abril de 2023.

BRASIL. Biblioteca da Presidência. **Fernando Collor**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/nome-do-presidente#:~:text=Observa%C3%A7%C3%A3o%20Foi%20o%20primeiro%20Presidente,Collor%20foi%20afastado%20do%20poder>. Acesso em: 23 de jul de 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Institui o Programa Itinerários Formativos**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-733-de-16-de-setembro-de-2021-345462147>. Acesso em: 07 de mar. 2022.

BRASIL. **Manual de execução financeira do programa de fomento às escolas de ensino médio em tempo integral**. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/programas-suplementares/ps-ensino-medio/ps-emi>. Acesso em: 07 de mai. 2022.

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. 2013. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 28 de jun. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei N.º 6.840-A**. 2013. Da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=07B2A00572F05272A556376633D02316.proposicoesWeb2?codteor=1480913&filename=A+vulso+-PL+6840/2013. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Lei Federal 13415/2017. **Regulamenta a contratação de profissionais de notório saber**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.html. Acesso em: 04 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Itinerários Formativos**. 28/12/2021. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-e-acoess/itinerariosformativos>. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Diário Oficial da União. **Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Programa Itinerários Formativos**. 18/11/21, edição 216, página 71. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-22-de-16-de-novembro-de-2021-360350861>. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. **Relação de Egressos do Programa Jovem Aprendiz de 2013 a 2019**. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/arquivos-aprendizagem-profissional/egressos-da-aprendizagem-de-2013-a-2019-admitidos-em-até-18-meses-compilado.xlsx/view>. Acesso em: 04 out. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória 746/2016 (inteiro teor)**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2112490>. Acessado em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf. Acesso em: 17 de abri de 2023.

BRASIL. Diário do Congresso Nacional. **Audiência Pública sobre o Novo Ensino Médio**. 2016. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20804?sequencia=308>. Acesso em: 17 de abri. de 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. Portaria nº 268, de março de 2018. **Cria o Comitê Nacional de Implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2018-pdf-1/99871-portaria-n-268-de-22-de-marco-de-2018-diario-oficial-da-uniao-imprensa-nacional/file#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADdo%20o%20Comit%C3%AA,municipal%2C%20para%20apoiar%20esse%20processo>. Acesso em: 17 de abri de 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018. **Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29495231/do1-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216. Acesso em: 17 de abri de 2023.

BRASIL CAPITAL. **Quem somos?** Disponível em: <https://brasilcapital.com/quem-somos/>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

BRITISH COUNCIL. **Nossa história no Brasil.** Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sobre/nossa-historia> Acesso em: 19 de Mai de 2023.

CAED. **Apresentação.** Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAED. Disponível em: <http://fundacaocaed.org.br/#!/fundacao>. Acesso em: 14 de fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia de Lidice da Mata.** [201-?]a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160528/biografia>. Acesso em: 15 de jul. de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia de Wilson Filho.** [201-?]b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160528/biografia>. Acesso em: 15 de jul. de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia de Renzo Braz.** [201-?]c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160528/biografia>. Acesso em: 15 de jul. de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia de Lelo Coimbra.** [201-?]d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160528/biografia>. Acesso em: 15 de jul. de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia de Reginaldo Lopes.** [201-?]e. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74161>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia de **Thiago Peixoto.** [201-?]f, online). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160617>. Acesso em: 01 de jun. de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia de Danilo Cabral.** [201-?]g. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160528/biografia>. Acesso em: 02 de Jul de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia de **Dorinha Seabra.** [201-?]h, online). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160617>. Acesso em: 23 de jun. de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia de César Halum.** [201-?]i. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160576/biografia>. Acesso em 03 de Jun de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia de Toninho Wandscheer.** [201-?]j, online). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160617>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

CARCANHOLO, Reinaldo In: MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Editora Expressão Popular, v.1. 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. Vol 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARCANHOLO, R.A.; SABADINI, M.S. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 24, p. 41-65, 2009.

CARDOSO, Paulo Erico Pontes. **Crítica a contrarreforma do ensino médio (Lei 13.415/17)**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Dissertação defendida em 2019. Disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40489/5/2019_dis_pepcardoso.pdf Acesso em: 04 ago. 2022.

CARVALHO, Pedro. **Candidato ao governo de Roraima, senador é flagrado em rinha de galo**. Veja. 14 de ago. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/candidato-a-governador-telmario-e-flagrado-participando-de-riinha-de-galo>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. **A nova Direita do Brasil: Aparelhos de ação políticos-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. Tese defendida em 2016. Doutorado em História no Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13910/Tese-flavio-henrique-calheiros-casimiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

CÁSSIO, Fernando. **Ensino Médio Nem-Nem**. Carta Capital. 02 de jul de 2023. Disponível: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/ensino-medio-nem-nem/>. Acesso em: 20 de abri de 2023.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

CASTRO, Milene Silva de. **Análise da concepção de inovação expressa nos documentos oficiais que fundamentam o novo ensino médio**. Programa de Pós-Graduação em Educação Dissertação defendida em 2020. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00008b/00008b13.pdf>. Acesso em: fev. de 2023.

CHADE, Jamil. **Relatório da ONU acusa Bolsonaro de ter ameaçado a democracia brasileira**. Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/06/19/relatorio-da-onu-acusa-bolsonaro-de-ter-ameacado-a-democracia-brasileira.htm>. Acesso em: 21 de jun. de 2023.

CHEQUE-EDUCAÇÃO beneficia crianças e jovens no DF. **G1 Globo**. 20 de jan. de 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1428292-5598,00-CHEQUEEDUCACAO+BENEFICIA+CRIANCAS+E+JOVENS+NO+DF.html> Acesso em: 30 de mai de 2023.

CHESNAIS, François. **Uma nova fase do capitalismo**. CeMarx IFCH-UNICAMP.Campinas: Editora Xamã, 2003.

COELHO, Gabriela. STF absolve ex-senador Valdir Raupp dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. **CNN Brasil**. 02 de mai. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-absolve-ex-senador-valdir-raupp-dos-crimes-de-corrupcao-passiva-e-lavagem-de-dinheiro/>. Acesso em: 26 de abr. de 2023.

COMISSÃO mista aprova medida provisória que reforma o ensino médio. **Câmara dos Deputados**. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/503900-comissao-mista-aprova-medida-provisoria-que-reforma-o-ensino-medio/> Acesso em: 17 de abr. de 2023.

CONFETAM. Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal. Reforma do ensino médio é enviada ao Senado Câmara dos Deputados conclui aprovação da reforma do ensino médio e envia MP 746 ao Senado. Publicado em 21 de dez de 2016. Disponível em: <https://www.confetam.org.br/noticias/reforma-do-ensino-medio-e-enviada-ao-senado-6c4b/>

CONFIRA como votaram os senadores sobre a PEC do Teto de Gastos. **Uol**. 13 de dez. de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/13/confira-como-votaram-os-senadores-sobre-a-pec-do-teto-de-gastos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 04 de mai. de 2023.

CONHEÇA a história do Senador Pedro Chaves. **Senador Pedro Chaves**. Disponível em: <http://www.senadorpedrochaves.com.br/biografia>. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

COSTOLA, A.; BORGHI, R. F. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela Base Nacional Comum. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp3, p. 1313–1324, 2018. DOI: 10.22633/rpge.v22iesp3.11889. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11889>. Acesso em: 9 ago. 2022.

CUEVA, Augusto. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**: ensayo de interpretación histórica. Siglo XXI, 1998.

DEITOS, Roberto; FORNARI, Márcia. O Banco Mundial e a reforma do Ensino Médio no Governo Temer: Uma análise das orientações e do financiamento externo. **Revista Trabalho Necessário**. V.19, nº 39, 2021 (maio-agosto) ISSN: 1808-799 X. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47181/29254> Acesso em: 04 de mai de 2023.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a Educação do Educador. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 117- 134, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/dd9fdHNSyM5HDk6CtfM3SWN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022.

DEPUTADO presidiário é o único a registrar presença na sessão desta sexta da Câmara. G1 Globo. 30 de jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/deputado-presidiario-e-o-unico-a-registrar-presenca-na-sessao-desta-sexta-da-camara.ghtml>. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

DEPUTADOS bolsonaristas usaram verba de universidade para campanha eleitoral, diz site. **Carta Capital**. 13 de dez. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-bolsonaristas-usaram-verba-de-universidade-para-campanha-eleitoral-diz-site/>. Acesso em: 01 de jun de 2023.

DOMENICI, Thiago. “MATAR e quebrar urnas”: evangélico líder de motociata incentiva crimes no Telegram. **Carta Capital**. 27 de out de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/matar-e-quebrar-urnas-evangelico-lider-de-motociata-incentiva-crimes-no-telegram/>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

ELMANO Ferrer lança livro que destaca trajetória sua política. **Cidade Verde Notícias**. 25 jan. de 2023. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/385817/elmano-ferrer-lanca-livro-que-destaca-trajetoria-sua-politica> Acesso em: 24 de abr de 2023.

EM AUDIÊNCIA com o ministro da Educação, CNEC apresenta projetos para impulsionar cursos da área de saúde. **Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC**. 12 de fev. de 2022. Disponível em <https://educacaosuperior.cnec.br/unai/novidades/noticias/em-audiencia-com-o-ministro-da-educacao-cnec-apresenta-projetos-para-impulsionar-cursos-da-area-de-saude> Acesso em: 01 de jun de 2023.

ENAP, Escola Nacional de Administração Pública. 2020. **Semana de Inovação**. Disponível em: <https://semanadeinovacao.enap.gov.br/2020/index.php/programacao/o-futuro-da-educacao-discutindo-os-papeis-do-estado-e-da-iniciativa-privada-na-educacao-basica>. Acesso em: 09 jul. 2022.

ENTENDA a Tramitação da Medida Provisória. **Congresso Nacional**. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/entenda-a-tramitacao-da-medida-provisoria>. Acesso em: 17 de abri. De 2023.

ESCAVADOR. **Perfil de. José Francisco dos Santos**. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4603859/jose-francisco-dos-santos>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

ESCAVADOR. **Perfil de Mariza Vasques de Abreu**. 2023a Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/1942315/mariza-vasques-de-abreu>. Acesso em: 15 de fev. 2023.

ESCAVADOR. **Perfil de Lina Katia Mesquita de Oliveira**. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/573339/lina-katia-mesquita-de-oliveira>. Acesso em: 14 de fev. 2023.

ESPOSA do senador Telmário Mota se entrega à PF. **Congresso em Foco**. 25 de mai. De 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/esposa-do-senador-telmario-mota-se-entrega-a-pf/>. Acesso em: 15 de mai. De 2023.

FARIAS, A. M. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. 2021. 735–765. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44302> Acesso em: 08 de jul de 2023.

FEDERAL quer indicar Raupp, sob suspeita de propina do petróleo. **Folha**. 14 de jun. de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1810262-investigacao-liga-doacoes-a-senadores-do-pmdb-a-propinas-de-belo-monte.shtml>. Acesso em: 26 de abr. de 2023.

FERREIRA, F. da S.; SANTOS, F. A. dos. As estratégias do “Movimento Pela Base” na construção da BNCC: consenso e privatização. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 189–208, 2020. DOI: 10.30715/doxa.v22i1.14031. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/14031>. Acesso em: 07 mar. 2022.

FERRETTI, Celso João. A Reforma do Ensino Médio e Sua Questionável Concepção de Qualidade da Educação. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. 2018. DOI <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 de jun. 2022.

FGV. **Corpo Docente, Cláudia Costin**. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas Disponível em: <https://ebape.fgv.br/corpo-docente/claudia-costin-0> acessado em 13 de Fev. 2023.

FGV. **Dicionário de verbetes: “Romero Jucá”**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/romero-juca-filho> Acesso em: 26 de abr. de 2023.

FRAZÃO, Felipe. **MBL elege um prefeito e sete vereadores, mas não emplaca 82%**. Veja, 03/10/2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/mbl-nao-consegue-eleger-82-de-seus-candidatos/>. Acesso em: 05 de mai. de 2023.

FREUD, Sigmund. **Esboço de psicanálise**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FONTES, Virgínia. Formação dos trabalhadores e luta de classes. **Revista Trabalho Necessário**, 14(25), 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.14i25.p9618>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

FONTES, Virgínia. O protofascismo – arranjo institucional e policialização da existência. **Revista Marxismo 21**, ano de publicação 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Virg%C3%ADnia-Fontes-O-protofascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7%C3%A3o-da-exist%C3%Aancia.pdf> Acesso em: 16 de mai. de 2023.

FONTES, Virginia. **Tecnologia e Guerra de Classes**. Editora Boitempo. 2020 Disponível em: http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/TV-Boitempo/TECNOLOGIA-E-GUERRA-DE-CLASSES.mp4 Acesso em 09 de jun de 2023.

FREIRE, Vinícius. **Militares Bolsonaroistas projetavam golpe**. Jornal Folha. 17 de jun de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2023/06/militares-bolsonaristas-projetavam-golpe-desde-a-escola-de-comando-do-exercito.shtml> Acesso em: 19 de jun de 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Projeto de Vida e o Papel da Escola na Vida do Jovem**. 2018. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/s9XiJSVNm851o61HnLRvYyf2O2hugIa1TZ3sOkMn.zip>. Acesso em: 08 set. 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Talentos da Educação - Conheça os selecionados**. 2019. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/talentos-da-educacao-conheca-os-selecionados>. Acesso em: 23 out. 2022.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Nossa História**. Disponível em <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/#historia> Acesso em: 04 nov. 2022.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Conheça nossas alianças e seus frutos**. Disponível em: <https://www.frm.org.br/aliancas/nossas-aliancas/fundacao-bradesco> Acesso em 26 de abril de 2023.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução Sergio Faraco. Editora LPM. 1977. 2º Edição.

GALVÃO, Milena. **Novo Ensino Médio Suspenso: Lula vai revogar novo ensino médio? Veja o que muda para os estudantes**. 04 de abr. de 2023. Revista Veja. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2023/04/15433308-novo-ensino-medio-suspenso-lula-vai-revogar-novo-ensino-medio-veja-o-que-muda-para-os-estudantes.html>. Acesso em: 08 de abr. de 2023.

GALZERANO, Luciana Sardenha; MINTO, Lalo Watanabe. Capital fictício e educação no Brasil: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 47, p. 61-80, set./dez. 2018.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. Crises capitalistas e conjuntura de contrarreformas: qual o lugar do ensino médio? **Revista Pedagógica**. 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4024>. Acesso em: 28 out. 2022.

GILL, Stephen. **American hegemony and the trilateral Commission**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GOIS, Chico. Filho de Romero Jucá tem emissoras de TV em nome de terceiros. 30 de set. de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/filho-de-romero-juca-tem-emissoras-de-tv-em-nome-de-terceiros-14091900> Acesso em: 26 de abr. de 2023.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos Políticos**. Volume 1. Lisboa: Editora Seara Nova.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos de Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: temas da cultura e ação católica; americanismo e fordismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2022.

GOOGLE FINANÇAS. **Serviço de Informações financeiras**. Disponível em <https://www.google.com/finance/?hl=pt> Acesso em: 23 de jun. de 2023.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HISTEDBR. **Glossário, Teoria do Capital Humano**. Coleção Navegando pela História da Educação Brasileira. 2022. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/teoria-do-capital-humano> Acesso em: 04 nov. 2022.

HISTÓRICO da BNCC. **Base Nacional Comum**. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 23 out. 2022.

HOVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019 - ISSN 2526-1843.

IASI, Mauro. Contrarreformas ou Revolução: respostas a um capitalismo em crise. **Argumentum**. 11(3), 7–17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v11i3.28334>. Acesso em: 10 de jan. 2023.

IMHOF, Rafael. Futuro da educação. Rádio Araguaia. Disponível em: <https://araguaiabrusque.com.br/noticia/futuro-da-educacao/35238>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 28 jun. 2022.

IZALCI SENADOR. **História e Biografia de Izalci**. Disponível em: <https://izalci.com.br/biografia/>. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

KROTON fecha compra da Somos Educação por R\$ 4,6 bilhões. **G1 Globo**. 23 de abr. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/kroton-fecha-compra-da-somos-educacao-por-r-46-bilhoes.ghtml>. Acesso em: 22 de jun. de 2023.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e Escola: A Flexibilização do Ensino Médio no Contexto no Regime de Acumulação Flexível. **Educ. Soc.** 38 (139). Apr-Jun 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2022.

LACERDA, Nara; PIRES, Thalita. **Sangue novo ou mais do mesmo? Simone Tebet é ligada ao agro e contrária a direitos indígenas.** Brasil de Fato. 31 de ago de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/31/sangue-novo-ou-mais-do-mesmo-simone-tebet-e-ligada-ao-agro-e-contraria-a-direitos-indigenas>. Acesso em: 26 de abril de 2023.

LAMOSA, Rodrigo. 2020. **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada.** Rio de Janeiro: Editora Terra Sem Amos, 2020.

LATTES. **Currículo Lattes de Eduardo Deschamps.** 2023a. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6147271842111885>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

LATTES. **Currículo de Katia Cristina Stocco.** 2023b. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9985397425835603>. Acesso em: 14 de fev. 2023.

LATTES. **Currículo Lattes de Beatriz Ferraz.** 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5049422041161658>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

LAVALLE, Adrian. Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n 6, 2003, p. 91-109.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso. **Compolítica.** 2011. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_jp-plinio.pdf Acesso em: 09 de mai de 2023.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEHER, Roberto. Estado, Reforma Administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e educação em Debate**, 13(1), 9–29, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43851>.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Estado e Revolução:** a doutrina do marxismo sobre o estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Editora Boitempo 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIBERTA, Instituto. **Quem somos/ Institucional.** Disponível em: <https://liberta.org.br/quem-somos-2/>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

LIDE. Almoço-Debate LIDE com Flávio Dino e José Múcio Monteiro. 2023b. 22 de mai. de 2023. Disponível em: <https://lide.com.br/eventos/almoço-debate-lide-com-flavio-dino-e-jose-mucio-monteiro-1> Acesso em: 25 de jun de 2023.

LÍDICE da Mata critica desempenho do ensino médio no Ideb. **Agência do Senado Notícias**. 05 de out. de 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/09/05/lidice-da-mata-critica-desempenho-do-ensino-medio-no-ideb> Acesso em: 15 de jun. de 2023.

LINKEDIN. Perfil de Denis Mizne. 2023. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/denis-mizne/>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

LINKEDIN. Perfil de Katia Schweickardt. 2023a. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/k%C3%A1tia-schweickardt-8bb782150/>. Acesso em: 10 de out. 2022.

LINKEDIN. Postagem sobre Mariza Abreu no Perfil da Rede Social de Danilo Silva, disponível em: https://www.linkedin.com/posts/danilo-silva-896530153_educacaetao-activity-7006225267497017344-2mNA?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

LIS, Lais. Superintendência do Cade diz que união entre Kroton e Estácio é anticompetitiva.. **G1 Globo**. 03 de fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/superintendencia-do-cade-diz-que-uniao-entre-kroton-e-estacio-e-anticompetitiva.ghtml>. Acesso em 22 de Jun de 2023.

LOCALIZA. **LocalizaeCo**. Disponível em: <https://www.localizaco.com/>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural. 1985.

MACIEL, David. Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. • **Lutas Sociais**. São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/david_maciel.pdf. Acesso em: 19 de jun. de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

MARIGHELLA, Carlos. **Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano**. Junho de 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm> Acesso em: 22 de mai de 2023.

MARÉS, CHICO. **É montagem a foto de Fátima Bezerra com o boneco vodu de Bolsonaro**. Uol. 31 de mar. de 2020. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/31/verificamos-fatima-vodu-bolsonaro>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

MBL, Movimento Brasil Livre. **Valores e Princípios**. Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios>. Acesso em: 26 de abr. de 2023.

MCNAMARA, Roberts. **Discurso ante la Junta de Gobernadores**. Washington DC: 25-29 de septiembre, 1972. p. 31

MARINI, Ruy Mauro. **Las fuentes externas del fascismo**: el fascismo latinoamericano y los intereses del imperialismo, realizado no Seminário Permanente sobre América Latina (Sepla) no dia 20 de julho de 1978 no México e traduzido por Rodrigo Castelo em 2018.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MAR, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boitempo editorial 2004.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006

MARX, Karl. **O capital, Livro I**. Editora Boitempo. 5º Reimpressão. 2013

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, Thiago. **Há 40 anos, atentado do Riocentro marcou abertura política**. Senado Notícias. 30 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/04/ha-40-anos-atentado-do-riocentro-marcou-abertura-politica>. Acesso em: 14 de ago. de 2023.

MENDONÇA FILHO (DEM), ministro da Educação do governo Temer. **G1 Globo**. 24 de mai. De 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/mendonca-filho-dem-ministro-da-educacao-e-cultura-do-governo-temer.html>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

MENIN, Rubens. **Em meio a debate sobre censura, dono da CNN Brasil almoça com Bolsonaro e Musk**. Uol. 20 de mai. de 2022. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/mercado/em-meio-debate-sobre-censura-dono-da-cnn-brasil-almoca-com-bolsonaro-e-musk-81462>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

MEC. Ministério Da Educação. **Deschamps será novo presidente do Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/39961>. Acesso em: 23 out. 2022.

MEC, Ministério Da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação, de promulgação inicial de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 jun. 2022.

MEC, Ministério Da Educação. **PRONATEC 2011.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MEC, Ministério Da Educação. **Programa Novos Caminhos.** 2022. Disponível em <https://novoscaminhos.mec.gov.br/conheca-o-programa/estrategias#>. Acesso em: 09 ago. 2022.

MEC. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio, Perguntas e Respostas.** 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>. Acesso em: 03 jun. 2022.

MEC. Base nacional comum curricular. **BNCC de Ensino Médio.** 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 27 de out. 2022.

MEC. Ministério Da Educação. **MEC cumpre metas e garante US\$ 40 milhões de empréstimo do Bird para o Novo Ensino Médio.** 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/71321-mec-cumpre-metas-e-garante-us-40-milhoes-de-emprestimo-do-bird-para-o-novo-ensino-medio#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20j%C3%A1.integram%20o%20Grupo%20Banco%20Mundial>. Acesso em: 17 de abr. 2023

MEC. Ministério Da Educação. **Conselho Nacional De Educação/ Conselho Pleno. Resolução n° 4, de 17 de dezembro de 2018.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

MEC. Compromisso Nacional Pela Educação Básica. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/11.07.2019_Apresentacao-ed-basica.pdf. Acesso em: 07 de ago. 2022.

MELCHIOTTI Gonçalves, A., GUERRA, D., & DEITOS, R. A. A política da qualidade educacional para o Banco Mundial proposta no documento: uma agenda de competências e empregos para a juventude de 2018. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate.** 12(1), 315–324, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v12i1.34487>. Acesso em 19 de Mai de 2023.

MELLO, Bernardo; MARQUES, Jéssica. **Câmaras e Assembleias legislativas tem recorde de evangélicos eleitos.** Jornal O Globo. 04 de out. de 2022. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/camara-e-assembleias-legislativas-tem-recorde-de-pastores-evangelicos-eleitos.ghtml> Acesso em: 31 de mai. de 2023.

MÉSZÁROS, IVAN. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Tecnologia e Inovação – Caderno do Estudante**. 10 de jan. de 2023. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/tecnologia-e-inovacao-caderno-do-estudante/> Acesso em: 19 de mai. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de Implementação do Novo Ensino Médio**. 2019 Disponível em <http://ssnovoensinomedio.mec.gov.br/#!/guia>. Acesso em: 03 jun. 2022.

MOL. **Editora Mol**. 2022. Disponível em: <https://editoramol.com.br/>. Acesso em: 09 nov. 2022.

MONTAÑO, CARLOS. **Terceiro Setor e Questão Social**. Crítica ao Padrão Emergente e Intervenção Social. 2º Edição - São Paulo: Editora Cortez: 2003.

MONTEIRO, Matheus. **Em debate, Caiado defende reforma Trabalhista e lei que facilita uso de agrotóxicos**. Jornal Opção. 20 set. de 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/em-debate-caiado-defende-reforma-trabalhista-e-lei-que-facilita-uso-de-agrotoxicos-138318/> Acesso em: 04 de mai de 2023.

MP ELEITORAL pede cassação dos diplomas de Fátima Bezerra e do vice-governador eleito no RN. **G1 Globo**. 20 de dez. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2018/12/20/mp-eleitoral-pede-cassacao-do-diploma-de-fatima-bezerra-e-do-vice-governador-eleito-no-rn.ghtml>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

MOVIMENTO BEMMAIOR. **Quem somos**. Disponível em: <https://movimentobem maior.org.br/quem-somos/#o-movimento-bem-maior>. Acesso em: 21 de abr 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Inovação e empreendedorismo para fazer os sonhos acontecerem**. 04 de dez. de 2020. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/inovacao-e-empreendedorismo-para-fazer-os-sonhos-acontecerem/> Acesso em: 19 de mai. de 2023.

MOVA. **Nossa Escola em (Re)Construção | O que os jovens têm a dizer sobre a escola?** 2016 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Nhkonhynxs>. Acesso em: 06 de abri 2023.

MORAIS, Samara, In. FRIGOTTO, G. NAZAR, TN. NEVES, BM. FERNANDES, AP. SILVA, LT. O Programa Jovem Aprendiz: A contraditória relação entre trabalho e educação na atual sociabilidade capitalista. Uma perspectiva de uma formação profissional no contact center. **Políticas Públicas de Qualificação Profissional e EJA: Dilemas e Perspectiva**. Rio de Janeiro: RPC editora, 2015.

MORE, Thomas. **Utopia**. Organização George M. Logan, Robert M. Adams; tradução Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla – 2ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOTTA, V. C. da; ANDRADE, M. C. P. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3oQL9ub>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MOTTA, V. C. da; GAWRYSZEWSKI, B.; PUTZKE, C. K. Gestão privada de escolas públicas da Educação Básica: um novo mercado sob a tutela do Estado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 728-748, set./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3GRSIqB>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, n. 34, São Paulo, 1994.

MOVIMENTO PELA BASE. **Consed encerra 1º encontro formativo para construção dos currículos do Novo Ensino Médio**. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/acontece/consed-encerra-1o-encontro-formativo-para-construcao-dos-curriculos-do-novo-ensino-medio/> Acesso em: abr. de 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Programa de apoio à implementação da BNCC é retomado**. 2019a. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/acontece/programa-de-apoio-implementacao-da-bncc-e-retomado/> Acesso em: 20 de abr. 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Quem somos. Nossos Valores. Nossos Princípios. Nossos parceiros. Nosso Conselho e Conceito**. 2022. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>, Acesso em: 07 mar. 2022.

MOVIMENTO PELA BASE. **Necessidade de Construção Nacional**. 2015b. Disponível em <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/necessidade-e-construcao-base-nacional-comum.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.

MOVIMENTO PELA BASE. **BNCC chega nas salas de aula em até dois anos após a homologação**. 2017. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/acontece/1785/>. Acesso em: 26 out. 2022.

MOVIMENTO PELA BASE. **Guia de Itinerários Formativos**. 2022b. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/07/guia-de-itinerarios-formativos-vol-iii.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

MOVIMENTO PELA BASE. **Cursor de pesquisa sobre a participação da Fundação Lemann**. 2022c. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/?s=lemann>. Acesso em: 26 out. 2022.

MOVIMENTO PELA BASE. **Depoimentos de profissionais da educação sobre Movimento pela Base**. 2023b. 15 de mar de 2023. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/depoimentos-de-profissionais-da-educacao-sobre-movimento-pela-base/> Acesso em: 18 de mai. de 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Relatório Anual do Movimento**. 2023. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2023/05/relatorio-anual-movimento-pela-base-2023-1.pdf> . Acesso em: 18 de mai. de 2023.

NETTO, José Paulo. Crise global contemporânea e barbárie. **Universidade Lusíada**. 1994. Disponível em: http://dspace.lis.ulusiada.pt/bitstream/11067/3941/1/is_9_1994_5.pdf. Acesso em: 09 de jun. de 2023.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 229-242, jan./jun. 2011

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. NEVES, **A nova pedagogia da hegemonia**. Estratégias do capital para educar o consenso. Lúcia Maria Wanderley Neves (Org.) São Paulo, Editora Xamã, 2015, 312p.

NOSSO. **A Escola dos sonhos dos jovens componente - A escola do ensino médio, os jovens e seus projetos de vida**. Infográfico. 2021. Disponível em: https://nossoensinomedio.org.br/wp-content/uploads/2021/04/FGB_C3_infografico-v2.pdf. Acesso em: 08 set. 2022.

NOSSO. **A escola do Ensino Médio, os jovens e seus projetos de vida**. 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LVvlfCioBMo>. Acesso em: 06 de abr. de 2023.

NOSSO. **Formação Geral Básica Identidade Interesses Vulnerabilidades Demandas O Impacto Da Escola Na Vida Dos Jovens A Escola Dos Sonhos Dos Jovens Componente - A Escola Do Ensino Médio, Os Jovens E Seus Projetos De Vida Infográfico**. 2021c. Disponível em: https://nossoensinomedio.org.br/wp-content/uploads/2021/04/FGB_C3_infografico-v2-1.pdf. Acesso em: 06 de abr. de 2023.

NOSSO. **Infográfico sobre o Lugar da Nossa Avaliação.** 2022. Disponível em: <https://nossoensinomedio.org.br/wp-content/uploads/2021/04/infografico-O-lugar-da-Avaliacao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

NOVA ESCOLA. **Busca por Beatriz Ferraz.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/busca?query=beatriz%2520ferraz&etapa=Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Infantil>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

OBSERVATÓRIO. **Principais Avanços da Implementação do Novo Ensino Médio.** Observatório do Movimento Pela Base. 2023 Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/novo-ensino-medio/>. Acesso em: 08 de abr. de 2023

ODC. **Democracia Cristã.** 2022. Disponível em: <https://www.democraciacrista.org.br/> Acesso em: 02 de nov. de 2021.

OI. **O instituto Oi do Futuro.** 2022. Disponível em: <https://oifuturo.org.br/o-instituto/>. Acesso em: 22 out. 2022.

OLIVEIRA, Valéria. **Delegado da PF acusa senadores Mecias de Jesus e Telmário Mota de atuarem em favor de criminosos na Amazônia.** G1 Globo. 15 de jun. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/06/15/delegado-da-pf-acusa-senadores-mecias-de-jesus-de-telmario-mota-de-atuarem-a-favor-de-criminosos-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

OPERAÇÃO da PF em Roraima investiga ex-senador Romero Jucá. **Poder 360.** 23 de nov. de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/operacao-da-pf-em-roraima-investiga-ex-senador-romero-juca/>. Acesso em: 26 de abr. de 2023.

PARRA-BERNAL, G.; SCHINCARIOL, J. Brazil education sector to boost bankers' dealflow. **Reuters, Business**, Sep. 4, 2013. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-brazil-education-finance-idUSBRE9830EH20130904#YsPvVccwPzYr8LAQ.97>. Acesso em: 04 dez. 2015.

PEREIRA, Moacir. **Ex-secretário de Educação é condenado em R\$ 13,1 milhões por contratos de alimentação escolar.** ND+ Notícias de Santa Catarina, 2022. Disponível em: https://ndmais.com.br/educacao/tribunal-de-contas-condena-ex-secretario-eduardo-deschamps-a-131-milhoes/?fbclid=IwAR10V33kJJgo_r0vZ1MDy1HtamULGIQsi5I_i-AZ-xZMpBSXzfwc-PoDM68. Acesso em: 04 nov. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação Projetos em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337 - 352, jul./dez. 2015.

PILOTTO, Bernardo. “Golpe de ouro”: como a classe média brasileira doou até alianças para apoiar a ditadura. Esquerda Online. 15 de abr. de 2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/04/15/golpe-de-ouro-como-a-classe-media-brasileira-doou-ate-aliancas-para-apoiar-a-ditadura/>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

PF quer indiciar Valdir Raupp sob suspeita de propina no petróleo. **Folha de S. Paulo**. 14 de jun. de 2016. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1781597-pf-indicia-valdir-raupp-sob-suspeita-de-receber-propina-no-petrolao.shtml>. Acesso em: 04 de mai. de 2023.

PNC. **Programa Novos Caminhos**. 2022. Disponível em: <https://novoscaminhos.mec.gov.br/conheca-o-programa/o-potencial>. Acesso em: 03 nov. 2022.

PORVIR. **Empreendedorismo Social na Educação. Orientações, ferramentas e casos reais para inspirar e apoiar gestores educacionais e professores a prepararem jovens para impactar o mundo**. Disponível em: <https://empreendedorismosocial.porvir.org/#o-que-e>. Acesso em: 19 de mai. de 2023.

QUEM é Ricardo Ferraço, o futuro vice-governador do ES. **A Gazeta**. 31 de out. de 2022. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/quem-e-ricardo-ferraco-o-futuro-vice-governador-do-es-1022>. Acesso em: 04 de mai. de 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 401-422.

RAMOS, M.; FRIGOTTO, G. Medida provisória 746/2016: a contrarreforma do ensino médio do golpe de Estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**. v. 16, n.70, p. 30-48, dez., 2016.

REFORMA da Previdência: como votaram os senadores, com relação ao texto principal, em segundo turno. **Agência Senado**. 22 de out. de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/22/reforma-da-previdencia-como-votaram-os-senadores-com-relacao-ao-texto-principal-em-segundo-turno>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

REFORMA do Ensino Médio: Veja Como Cada Deputado Votou. **Congresso em Foco**. 08 de dez. de 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/reforma-do-ensino-medio-veja-como-cada-deputado-votou/>. Acesso em: 19 de mai. de 2023.

REFORMA trabalhista: saiba como votaram os senadores no plenário. **Carta Capital**. 11 jul. de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/reforma-trabalhista-saiba-como-votaram-os-senadores-no-plenario/>. Acesso em: 24 de abri de 2023.

REIS, Thiago. **Deus, filhos... Veja os termos mais citados na votação do impeachment.** G1 Globo. 18 de abr. de 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

RODRIGUES Caíque; RUFINO, Samantha. **Filha de Telmário Mota acusa pai de estupro; senador nega.** Publicado em 19 de ago de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/08/19/filha-de-telmario-mota-acusa-pai-de-estupro-senador-nega.ghtml>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

RODRIGUES, Fernando. **Senador José Medeiros protocola projeto para tirar Venezuela do Mercosul.** Uol. 24 de jun. de 2015. Disponível em: <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/24/senador-jose-medeiros-protocola-projeto-para-tirar-venezuela-do-mercossul/?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

RODRIGUES, Marly. **A década de 1980.** Brasil: quando a multidão voltou às ruas. São Paulo: Ática, 1999.

RONALDO Caiado pede voto de confiança em relação à PEC do Teto de Gastos. **Rádio Senado.** 17 de nov. de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/17/ronaldo-caiado-pede-voto-de-confianca-em-relacao-a-pec-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 04 de mai. de 2023.

SAEB, Relatório de Resultados do SAEB (2019) Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2019/resultados/relatorio_de_resultados_do_saeb_2019_volume_1.pdf. Acesso em: 06 out. 2022.

SANTOS, Isabela. **Quem é Fátima Bezerra, a única mulher eleita para governar um estado no Brasil.** Jornal Saiba Mais. 01 de jan. de 2019. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2019/01/quem-e-fatima-a-unica-mulher-eleita-para-governar-um-estado-no-brasil/>. Acesso em: 12 de mai de 2023.

SANTOS, Márcia Luzia dos. **Formação continuada na rede municipal de ensino de Florianópolis: financeirização da educação básica e a (con)formação docente.** Doutorado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Tese defendida em 2019. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/296/M_rcia_Luzia_dos_Santos_15832511970_857_296.pdf. Acesso em: 12 de mai de 2023.

SANTA CATARINA. Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. **Disposição do PDF sobre a promulgação da orientação nacional. Portaria nº 1.024 de 04 de outubro de 2018.** Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/ensino-medio/documentos-ensino-medio/7263-portaria-n-1-024-de-04-de-outubro-de->

[2018#:~:text=Define%20as%20diretrizes%20do%20apoio,da%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20impacto%20do.](#) Acesso em: 17 de abr. de 2023.

SARMENTO, Fernanda; LEONEL, Juliana. **Guia de práticas pedagógicas inovadoras**. Rio de Janeiro: Oi Futuro. 2019. Disponível em: https://oifuturo.org.br/e-nave/#form_multiple. Acesso em: 09 ago. 2022.

SEDSC, Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina (2019) **Santa Catarina terá novo ensino médio em 120 escolas da rede estadual em 2020**. 2019. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/30445-santa-catarina-tera-novo-ensino-medio-em-120-escolas-da-rede-estadual-em-2020> Acesso em: 20 de abr. de 2023.

SEGURO, Porto. **Empresas do grupo Porto Seguro**. Disponível: <https://www.portoseguro.com.br/institucional/sobre-a-porto-seguro/empresas-do-grupo> Acesso em: 21 de abr. de 2023.

SEKI, Allan Kenji. Apontamentos sobre a financeirização do ensino superior no Brasil (1990-2018). **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, p. 48-71, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43866/24602>. Acesso em: 10 set. 2022.

SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 66, Abril/99. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Q4DLfmXKNVDzJKm9GrKGrnj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 09 de jun de 2023.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais, Educação e Escola: Um Estudo do Caderno 12 de Antônio Gramsci**. 1º Edição, São Paulo: Expressão Popular. 2021

SENADO FEDERAL. **Composição da Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016**. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao_comissao?codcol=2065. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

SENADO FEDERAL. **Notas Taquigráficas: Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016**. Senado Federal, 25 out. 2016a. Disponível em: <https://bit.ly/2UoHaUg> . Acesso em: 05 mar. 2019

SENADO. **Telmário Mota RR**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5535>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

SENADO instala Frente Parlamentar Evangélica. **Agência Senado**. 15 de mar. de 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/03/15/senado-instala-frente-parlamentar-evangelica> Acesso em: 22 de mai. de 2023.

SENADO. **Biografia de Otto Alencar**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5523>. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

SENADO. **Biografia do Senador José Medeiros**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5112>. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

SENADOR protesta contra cessão de território brasileiro por Bolsonaro para agressão à Venezuela. **Brasil247**. 17 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/senador-protesta-contr-a-cessao-de-territorio-brasileiro-por-bolsonaro-para-agressao-a-venezuela>. Acesso: 12 de mai de 2023.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, v. 29/105, p. 991-1022, 2008.

SILVA, Mariléia Maria da; NIENKOTTER, Alessandra Luíse. A educação e as competências socioemocionais do trabalhador/a no século XXI: a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina em ação. **Revista Cocar**. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5400> Acesso em: 22 de mai de 23.

SILVEIRA, Zuleide. Os rumos da educação em questão: da “hegemonia às avessas” à crise de hegemonia. **Germinal: Marxismo e educação em Debate**, 12(1), 325–336. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v12i1.34757>. Acesso em: 22 de mai de 23.

SINTROPIKA. **Página Inicial**. [201-?]. Disponível em: <https://sintropika.com/> acessado em 26 de Out de 2023.

SPERANDIO, Renan; MUNIZ, Ana Carolina. (2017). Paradigmas positivistas nas reformas educacionais do (des)governo Temer: Do Escola sem partido ao Novo Ensino Médio. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, 9(3), 211–219, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.23668>. Acesso em: 22 de mai de 23.

SOUZA, Camila Azevedo. **Educação Básica em Disputa: o jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento do século xxi**. Editora Mercado das Letras. 2022

SOUZA, Patrícia de. **A agenda 2030 para a Educação: o fundo público a serviço do capital**. Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal

de Santa Catarina. Dissertação defendida em 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234864>. Acesso em: 26 de mai de 23.

THINKERS. **Thinkers em ação – Prof. Claudia Costin**. 2023. Disponível em
<https://thinkers-brasil.org/claudia-costin/> Acesso em: 21 de jul. de 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1913985/mod_resource/content/1/THOMPSON%2C%201988.pdf Acesso em: 22 de mai de 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Quem somos. Disponível em:
<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 18 out. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Por que Fernando Haddad está no diálogos #educaçãojá**. 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/fernando-haddad-dialogos-educacaoja/>. Acesso em: 05 de mai. de 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Encontro anual educação já 2023: por um novo senso de urgência**. 2023. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/encontro-anual-educacao-ja-2023/?utm_source=evento&utm_id=banner. Acesso em: 05 de mai. de 2023.

TVSENADO. **Ricardo Ferraço defende o impeachment 'para que o País possa encontrar um novo rumo**. 11 de mai. de 2016. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=UiZXM8748CY>. Acesso em: 04 de mai. de 2023.

TVSENADO. **Discurso de Impeachment Ricardo Caiado**. 09 de ago. de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/08/discursos-do-impeachment-ronaldo-caiado-dem-go-1>. Acesso em: 04 de mai. de 2023.

UOL, Universo Online. Relembre declarações de tom golpista de Bolsonaro
Ex-presidente defendeu ditadura militar, atacou ministros do STF e acusou sem provas o processo eleitoral. Publicado em 29.mai.2022 às 13h12. Disponível em:
<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1734174012519678-relembre-declaracoes-de-tom-golpista-de-bolsonaro> Acesso em 27 de jul 2023.

VEJA como votaram os senadores na aprovação da PEC do Teto de Gastos. **Agência do Senado Notícias**. 13 de dez. de 2016. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/veja-como-votaram-os-senadores-na-aprovacao-da-pec-do-teto-de-gastos> Acesso em: 12 de mai de 2023

Vettorazzo, Lucas. **Banco Mundial Promete a Haddad apoio ao novo governo Lula**. 07 de dez. de 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/banco-mundial-promete-a-haddad-apoio-ao-novo-governo-lula>. Acesso em: 21 de jun. de 2023.

VIEIRA, Alexia. Protagonismo do aluno e do professor é tema central de palestras para docentes de Fortaleza. Jornal O Povo. 25 de Out. de 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/10/25/protagonismo-do-aluno-e-do-professor-e-tema-central-de-palestras-para-docentes-de-fortaleza.html>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

VILAND, Capital. **Quem somos e filosofia de investimento**. Disponível em: <https://www.vinlandcap.com/#filosofia>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

VILLELA, Sumaia. **Mendonça Filho defende urgência da reforma do ensino médio**. Agência Brasil de Comunicação Oficial. Disponível em 29/12/2016b, no link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/mendonca-filho-defende-urgencia-da-reforma-do-ensino-medio>. Acesso em: 19 mar. 2022.

UM POUCO da trajetória de Cristovam Buarque. **Internet Archive**. Disponível em: https://web.archive.org/web/20141103075749/http://www.cristovam.org.br/vida/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=65. Acesso em: 17 de mai de 2023.

WORLD BANK GROUP. **Who we are**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are>. Acesso em: 26 out. 2022.

WILLIANS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WORLD BANK GROUP. **Professores Excelentes Como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe**. 2014 Disponível em: <https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Highlights%20&%20Features/lac/LC5/Portuguese-excellent-teachers-report.pdf> acessado em 05 de abril de 2023.

WORLD BANK GROUP. **Oportunidades Para Todos - Notas de Políticas Públicas para o Brasil. 2023**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/oportunidades-para-todos-notas-de-politicas-publicas-para-o-brasil>. Acesso em: 05 de abr. de 23.

X SEMANA Ecumênica da Família de Brusque inicia no próximo sábado. **Arquidiocese de Florianópolis**. 05 de maio de 2022. Disponível em: <https://arquifln.org.br/noticias/x-semana-ecumenica-da-familia-de-brusque-inicia-no-proximo-sabado/>. Acesso em: 15 de abri de 2023.

ANEXO A - COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO PELA BASE (LOGO DAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS)



Fonte: Elaborada pela autora.